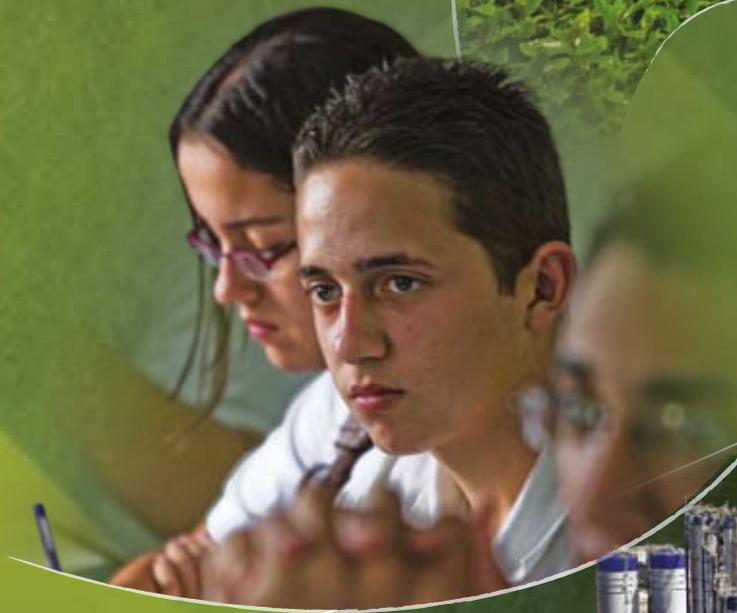


Relatório de sustentabilidade, 2008



SUZANO
PAPEL E CELULOSE



O colaborador Délio de Barros Oliveira,
na colheita noturna de eucalipto no sul da Bahia

Apresentação 06

Mensagem do presidente	07
Perfil	10
Participação e compromisso	13
Matriz de materialidade	14
Públicos estratégicos	17
Visão, Missão e Valores	18
Reconhecimento	19
Localização	20
Cadeia produtiva	22
Destaques operacionais, financeiros e socioambientais	24
Destaques 2008	27

Criação de valor 28

Estratégia e gestão	30
Governança corporativa	32
Gestão de riscos	39
Ativos intangíveis	43



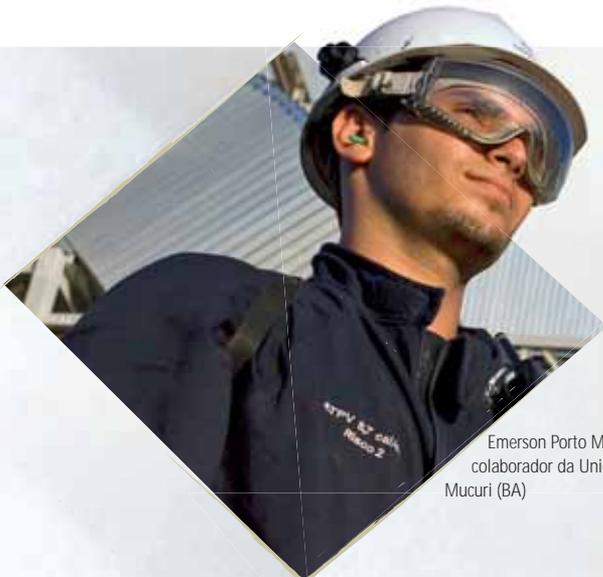
Sergio Uliana, colaborador do Escritório São Paulo



Emerson Paes, no Viveiro de Alambari (SP)

Negócios 46

Unidade de Negócio Florestal	49
Unidade de Negócio Celulose	51
Unidade de Negócio Papel	53



Emerson Porto Marculino,
colaborador da Unidade
Mucuri (BA)

58 Excelência

- 60 Resultado econômico-financeiro
- 63 Investimentos
- 65 Mercado de capitais

66 Envolvimento

- 68 Colaboradores
- 82 Clientes
- 86 Fornecedores
- 88 Comunidade
- 96 Governo e sociedade
- 99 Ecofuturo



Carolina Revollo
Porfírio Borges, colaboradora
do Escritório São Paulo

106 Equilíbrio ambiental

- 109 Materiais
- 111 Energia
- 113 Água
- 115 Biodiversidade
- 117 Emissões atmosféricas
- 120 Efluentes e resíduos
- 123 Produtos e serviços

124 base 2008

126 informações corporativas

127 Demonstrações financeiras

169 Índice Remissivo (GRI)

172 Declaração de verificação

174 Global compact



Edineide Santos Mendes,
no Viveiro de Mudanças,
Urbano Santos (MA)



6

Fábrica de Mucuri vista a partir da Linha 2

Mensagem do presidente

G R I

(1.1)

O ano de 2008 foi marcado pelo fortalecimento de nossa estratégia de negócios e pela busca da excelência em gestão, a fim de preparar a Suzano para iniciar novo ciclo de crescimento, que nos levará a um patamar superior de produção de papel e celulose nos próximos anos. Foi a esse propósito que nos dedicamos, credenciados pelo fato de já termos dobrado nossa capacidade produtiva para 2,8 milhões de toneladas/ano nos quatro exercícios anteriores.

Em julho de 2008, anunciamos nossos planos para um novo ciclo de crescimento. Ele prevê três novas unidades industriais – no sul do Maranhão, no Piauí, e em um terceiro local ainda a ser definido – além da ampliação da produção da Unidade Mucuri. Assim, já na próxima década, mais do que dobraremos nossa capacidade de produção de celulose e atingiremos uma capacidade anual de produção de papel e celulose de 7,2 milhões de toneladas. No Maranhão, contaremos com uma parceria com a Vale, o que nos trará benefícios na formação da base florestal e na logística de produtos.

Não apenas estruturamos e comunicamos nossos planos de expansão ao longo do ano, mas também fortalecemos e investimos em diversas outras frentes que suportarão o futuro da Suzano, tais como a gestão de nossos recursos humanos, de nossa base de clientes e receitas, das rotinas operacionais, dos processos e projetos, dos riscos, dos fornecedores, além das melhorias em sistemas e controles. Esse esforço nos levou, adicionalmente, a conquistar o *Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)*, um reconhecimento internacional conferido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) às empresas de nível Classe Mundial em excelência de gestão.

A brusca e significativa mudança no ambiente de negócios durante o segundo semestre do ano provocou diversos impactos negativos na indústria global de papel e celulose. Ainda assim, a Suzano foi capaz de apresentar melhoria em seus resultados e margens operacionais em relação ao ano anterior. Preparamo-nos para ocorrências como essa por meio da adoção de um modelo rigoroso de gerenciamento de riscos, que exigiu a máxima transparência no compartilhamento de informações. O trabalho, que em

“Esse esforço nos levou a conquistar o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), um reconhecimento internacional conferido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) às empresas de nível Classe Mundial em excelência de gestão”

2008 se concentrou na seleção dos riscos prioritários relacionados aos nossos objetivos estratégicos e no detalhamento dos planos de ação para tratar tais riscos, foi conduzido com sucesso, como consequência do grande preparo dos gestores envolvidos. A partir deste processo, pudemos nos preparar para situações de restrição do crédito e variação cambial e manter uma posição cautelosa, a fim de que fosse possível continuar com os planos de crescimento anunciados.

No âmbito da gestão, demos continuidade ao *Programa de Excelência Operacional*. Consolidamos a aplicação do *Projeto Seis Sigma Corporativo*, estruturado nas áreas Industrial e de Serviços, que já acumulou, nos últimos dois anos, ganhos recorrentes de mais de R\$ 20 milhões, sem que, para isso, fossem necessários investimentos significativos. Para as máquinas de papel, combinamos o *Projeto Seis Sigma* com a *Metodologia de Gestão da Rotina*, com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) – com quem mantemos parceria desde 2002 –, resultando em ganhos recorrentes de eficiência nas máquinas de papel equivalentes a R\$ 43 milhões, acumulados desde 2007.

7

Outros números referendaram nosso Modelo de Gestão. Encerramos o exercício com recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas e recorde de vendas de 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado. Nosso faturamento líquido atingiu R\$ 4,1 bilhões em 2008, 19,2% superior ao ano anterior. Registramos novo recorde de EBITDA de R\$ 1,5 bilhão, superando em 42,1% o montante do ano anterior e nossa margem foi de 36,2% ou 5,8 pontos percentuais superior ao resultado de 2007. Encerramos o ano com R\$ 2,2 bilhões em caixa, um saldo 62% superior ao do ano anterior, resultado da nossa gestão de caixa operacional e das captações realizadas no sistema financeiro antes da crise. Entretanto, devido à forte desvalorização do Real, o impacto da variação cambial no montante de dívida em moeda estrangeira ocasionou um prejuízo contábil de R\$ 451 milhões. A relação dívida líquida/EBITDA foi de 3,7.

Na Unidade de Negócio Celulose, o destaque foi a conclusão da curva de aprendizado, que levou a Linha 2 de Mucuri a alcançar 87% da capacidade de produção, de 1 milhão de toneladas. Outro marco foi a consolidação da nossa atuação no mercado chinês, por meio do escritório comercial em Xangai, que complementou nossa estrutura internacional de comercialização. Ao fim do período, o escritório já respondia por aproximadamente 27% das vendas de celulose de mercado.

Outras conquistas somaram-se na Unidade de Negócio Papel. O destaque foi o mapeamento de processos comerciais e logísticos ocorrido no âmbito do *Projeto Visão*, que busca melhorar o nível dos serviços prestados aos clientes. A iniciativa tem como foco o balanceamento de estoques, a ampliação da eficiência logística e o planejamento da produção, principalmente para o mercado externo. Também lançamos novos produtos – ColorLok®, Report Carbono Zero® e TP Pharma® – que já respondem por 16% de nossas vendas, e fechamos parceria na Europa para a produção do primeiro envelope do mundo certificado pelo *Forest Stewardship Council* (FSC).

Na área florestal, nos posicionamos entre as empresas que mais plantaram no ano – cerca de 48 mil hectares ou 64 milhões de árvores – e mantivemos todos os projetos de crescimento. O *Projeto ValorAção* foi uma das iniciativas que contribuíram para o aperfeiçoamento do plano estratégico na Unidade Florestal, para a



mil alunos do Ensino Fundamental foram envolvidos no Programa Educar e Formar, na Bahia, em 2008

modernização de processos e a reorganização e o esforço da equipe.

Esses avanços, tanto no volume como na qualidade dos negócios, estão amparados por um importante diferencial, que fortalece nossa competitividade nos mercados nacional e internacional: todas as nossas florestas e todos os nossos produtos são certificados por organismos mundialmente reconhecidos. Em 2008, avançamos ainda mais nesse sentido ao buscarmos a certificação também para nossas áreas fomentadas de produção de madeira. Encerramos o período com 5 mil hectares recomendados para certificação, o que corresponde a 6% do volume de madeira de fomento da Unidade Mucuri. Também demos continuidade ao projeto que estende a certificação às cadeias de custódia das gráficas e chegamos ao fim do período com 21 empresas já referendadas pelo FSC.

Foi também em 2008 que investimos mais intensamente em uma de nossas prioridades que compõem nossa estratégia em sustentabilidade, a educação de crianças e jovens, condição básica para o desenvolvimento individual e o crescimento da cidadania. Com o *Programa Educar e Formar*, um amplo conjunto de ações voltadas para elevar a qualidade de ensino e a competência da gestão educacional nos municípios em que estamos presentes, chegamos a seis municípios no sul da Bahia (Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Teixeira de Freitas e Ibirapuã), atuando em três frentes inter-relacionadas: apoio à aprendizagem, em parceria com o Instituto Ayrton Senna; reforma de escolas; e incentivo à leitura, juntamente com o Instituto Ecofuturo. Em 2008, envolvemos no projeto 17 mil alunos do Ensino Fundamental, entre 1ª e 4ª séries; capacitamos 393 professores; entregamos 14.390 livros paradidáticos e 1.865 kits de materiais didáticos, além de reformar 60 escolas, construindo em cada uma delas salas de leitura ou bibliotecas.

Somos signatários do Pacto Global, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2003, e não só acreditamos nesses princípios como eles permeiam todas as ações de responsabilidade social corporativa que desenvolvemos junto aos nossos colaboradores e prestadores de serviço. Prova disso foi a implantação do *Programa Acidente Zero*, ainda em 2007, em todas as unidades industriais e florestais, cujas práticas conscientizadoras contribuíram para a redução, em 2008, de 75% do número de acidentes com afastamento, considerando-se colaboradores próprios e terceiros, o que nos levou a atingir padrões de nível internacional em segurança ocupacional, equiparando-nos a empresas consideradas referência no assunto. Mais do que isso, este esforço demonstra o quanto o assunto é relevante e como está refletido nas metas da direção da Suzano.

Mudanças na nossa estrutura organizacional foram implantadas em 2008 para fazer frente a todos os planos de crescimento de nossa Empresa e para prepará-la de forma estruturada para os próximos desafios, além de atender às expectativas do mercado. André Dorf assumiu a Diretoria Executiva de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores, e Carlos Anibal Fernandes de Almeida Júnior a Diretoria Executiva da Unidade de Negócio Papel. Para ocupar o cargo de diretor executivo de Recursos Humanos foi convidado Carlos Alberto Griner, que atuava nos últimos dez anos na GE. Em dezembro, anunciamos a contratação de Alexandre Yambanis, para o cargo de diretor executivo da Unidade de Negócio Celulose. O executivo traz para a Suzano mais de 20 anos de destacada experiência no setor de celulose no Brasil e exterior.

O empenho do nosso grupo de colaboradores foi traduzido em 2008 por vários reconhecimentos externos, como a premiação da edição *Melhores e Maiores* da revista *Exame*, que pelo terceiro ano consecutivo posicionou a Suzano como a *Melhor Empresa do Setor de Papel e Celulose*. Também de forma consecutiva, agora pela quinta vez, fomos reconhecidos como *Empresa-Modelo* pelo *Guia Exame de Sustentabilidade*. A revista *Globo Rural*, por intermédio da edição *As Melhores Empresas do Agronegócio*, também elegeu a Suzano como a melhor do setor, pelo segundo ano consecutivo. Nossa empresa foi incluída no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – pelo quarto ano consecutivo.

“O empenho do nosso grupo de colaboradores foi traduzido em 2008 por vários reconhecimentos externos, como a premiação da edição *Melhores e Maiores* da revista *Exame*”

Todas essas iniciativas estão sintonizadas à nossa forma sustentável de conduzir os negócios, que privilegia o relacionamento de qualidade com todos os *stakeholders*. Aos colaboradores – cujo empenho foi fundamental para a superação de muitos dos resultados – procuramos oferecer o melhor clima para se trabalhar, oportunidades de crescimento pessoal e profissional e recursos para a melhoria da qualidade de vida. Além disso, investimos em uma série de projetos para que também fornecedores e clientes impulsionem seus negócios, como o desenvolvimento de parcerias e, assim, buscamos a obtenção de bons resultados para nossos acionistas e para toda a sociedade. Mantemos uma relação transparente e séria com organizações não-governamentais e com os governos, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas. E, sobretudo, exercemos nossas atividades com o máximo respeito ao meio ambiente, não apenas para garantir a perenidade dos negócios, mas para contribuir com a construção de um futuro melhor para as próximas gerações.

Agradecemos a todos que nos ajudaram a fazer de 2008 mais um ano de superação, apesar das oscilações do cenário econômico mundial. A crise financeira pela qual estamos passando exige que continuemos a ser cada vez mais inovadores, mantendo nossas relações de qualidade, para que possamos crescer motivados e em linha com nossos planos estratégicos.

Antonio Maciel Neto
Diretor Presidente

Perfil

G R I

(2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9)

Sob a denominação Suzano Papel e Celulose S.A., somos uma companhia de base florestal posicionada entre as maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose da América Latina. Com 85 anos de experiência no mercado de papel e celulose, nosso modelo de atuação está baseado no tripé:

- Acionista controlador definido
- Gestores profissionais
- Relacionamento com o mercado de capitais

Pertencentes ao Grupo Suzano, somos uma empresa de capital aberto com mais de 4 mil acionistas, controlada pela Suzano Holding. Nossa estratégia de atuação está concentrada em duas linhas de produtos: celulose de mercado, vendida principalmente para produtores de diferentes tipos de papel em 47 países, sendo nosso foco as exportações; e papel, vendido principalmente nos mercados latino-americanos, em especial no Brasil. Atualmente, colocamos à disposição dos clientes um portfólio com quatro linhas de papel – não revestidos; cut size ou papéis para escritório; revestidos; e papelcartão – em diversas marcas, como Report®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen®, TpPremium® e Supremo®.

No Brasil, mantemos quatro Unidades Industriais: uma em Mucuri, no sul da Bahia, e três no Estado de São Paulo: duas em Suzano e uma em Embu. Além disso, detemos 50% do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Conpacel), principal unidade industrial integrada de papel e celulose adquirida da Ripasa, localizada em Americana (SP), e atualmente operada sob a modalidade de consórcio.

Nossas áreas florestais e as áreas dos fornecedores fomentados de madeira estão situadas em cerca de 40 municípios, no sul da Bahia, norte do Espírito Santo, interior de São Paulo e nordeste de Minas Gerais.



Danilo Antonio Macedo, colaborador da Unidade Suzano

Nossa estrutura organizacional contempla três Unidades de Negócio – Florestal, Celulose e Papel – e cinco áreas Prestadoras de Serviços: Operações; Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores; Finanças; Relações Institucionais; e Recursos Humanos. A distribuidora de papéis SPP-Nemo, com a base de operações em São Paulo e atuação em outras 13 localidades no Brasil, também integra nossa Unidade de Negócio Papel.

Atualmente, contamos com 3.540 colaboradores, distribuídos nas Unidades de Negócio e Prestadoras de Serviços no Brasil, além de 175 profissionais de outras empresas pertencentes à Suzano, alocados na Argentina, na América do Norte, na Europa e na Ásia.

Atuamos sob os princípios da sustentabilidade, que para nós significa a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem. Isso implica construir bases para um crescimento que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade com todas as partes interessadas.

Essa ótica de gestão dos negócios nos tem levado a alcançar consistentes melhorias em nossos resultados operacionais nos últimos quatro anos. Em 2008, registramos volume recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas e recorde de vendas de 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado, 29% acima do exercício anterior; receita líquida também recorde de R\$ 4,1 bilhões, com elevação de 19% em relação a 2007; e EBITDA recorde de R\$ 1,5 bilhão, um aumento de 42% se comparado ao ano anterior. Entretanto, a forte desvalorização do Real verificada no segundo semestre do ano provocou um prejuízo contábil de R\$ 451 milhões em razão do impacto da variação cambial no montante de dívida denominada em moeda estrangeira.

Além dos importantes recordes registrados, comemoramos em 2008 uma grande conquista: o *Prêmio Nacional da Qualidade* (PNQ), o mais importante reconhecimento da excelência na gestão das organizações brasileiras, concedido pela Fundação

*Nosso crescimento integra
operações competitivas,
responsabilidade
socioambiental e
relacionamentos de qualidade
com todas as partes
interessadas*

42%

foi o aumento do EBITDA
em 2008 em relação a 2007

Nacional da Qualidade (FNQ). Ele é fruto do nosso empenho na adoção e na aplicação do Modelo de Excelência da Gestão, o que exigiu mudanças, adequações e a superação de uma série de desafios ao longo dos últimos anos.

Além das conquistas e realizações no âmbito da gestão e dos resultados operacionais obtidos no ano, vale destacar a comunicação feita ao mercado de nossos planos para um novo ciclo de crescimento, que nos permitirá atingir patamar ainda mais elevado de capacidade de produção de celulose de mercado nos próximos anos.



Manter um diálogo aberto e transparente com todos os públicos que podem afetar ou ser afetados por nossas atividades é o compromisso da Suzano Papel e Celulose

Oswaldo Ferreira Júnior, colaborador da Unidade Suzano

Participação e compromisso

G R I

(1.1, 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17)

Pelo terceiro ano consecutivo, desenvolvemos nosso Relatório de Sustentabilidade com base na terceira versão do *Global Reporting Initiative* (GRI/G3), modelo para a elaboração de documentos sobre o desempenho econômico, ambiental e social de organizações lançado em outubro de 2006. As informações referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008 e englobam os resultados de todas as nossas Unidades Industriais e Florestais no Brasil e escritórios comerciais no exterior. Nosso último Relatório foi publicado em 2008, com informações referentes a 2007.

A apuração dos resultados econômico-financeiros segue todas as normas vigentes no Brasil e foi auditada pela Ernest & Young. O levantamento das informações envolveu as principais áreas da Companhia e primou pela transparência e pela organização dos dados mais relevantes para os nossos públicos de interesse.

O diálogo aberto e transparente com todos os que podem afetar ou ser afetados por nossas atividades é um compromisso assumido por nós e traduz-se na criação de oportunidades para as manifestações externas e internas que contribuem para o aperfeiçoamento das operações e da conduta dos nossos negócios. Esse nível de interação ocorre principalmente com clientes, fornecedores, comunidades, governo, colaboradores, ONGs, sindicatos, mídia, associações e universidades.

Sob essa premissa, realizamos em 27 de novembro de 2008 um encontro com representantes de públicos com os quais nos relacionamos – clientes, fornecedores e colaboradores – para avaliar o Relatório de 2007 e levantar subsídios para esta edição. A dinâmica que norteou o levantamento das informações foi elaborada e conduzida por uma empresa de consultoria externa, e documentada em foto e áudio. Além disso, realizamos, ao longo de 2008, 40 eventos para promover os *Diálogos Sociais*, com 212 entidades, que contaram com a presença de 329 participantes da comunidade, nos Estados da Bahia, do Espírito Santo e de São Paulo. Nos encontros, vários aspectos relacionados à nossa atuação nas comunidades e seus impactos foram relatados, discutidos e encaminhados.

Com base no cruzamento das informações obtidas por meio desses vários canais, criamos uma matriz para nortear a inclusão dos temas que, ao serem contemplados no Relatório, fariam diferença no relacionamento dos públicos com a Suzano.



Encontro com representantes de nossos *stakeholders* para avaliar o Relatório de Sustentabilidade 2007

16

municípios foram envolvidos no projeto *Diálogos Sociais*, que ouviu 329 pessoas sobre os impactos socioambientais da Suzano

Matriz de materialidade

Em novembro de 2008, realizamos um encontro com representantes dos públicos com os quais nos relacionamos – clientes, fornecedores e colaboradores – para avaliar nosso Relatório de Sustentabilidade de 2007 e levantar subsídios para esta edição. Aos pontos observados, foram somadas as informações coletadas nas comunidades do nosso entorno pelo *Projeto Diálogos Sociais* (ver mais informações na página 88). A seguir, listamos os temas prioritários apontados por esses públicos e as nossas considerações:

G R I

(3.4, 3.7, 3.8, 4.17)

TEMAS PRIORITÁRIOS

ENCAMINHAMENTO

1

Deixar claro o que é sustentabilidade para a Suzano, evidenciando os principais impactos de toda a cadeia produtiva das Unidades de Negócios Papel e Celulose.



Sustentabilidade, para nós, significa a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem. Isso implica construir bases para um crescimento que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade com todas as partes interessadas. Para saber mais sobre este conceito, veja o item **Perfil** (pág. 10). Os principais impactos na cadeia de valor dos nossos negócios são identificados na ilustração da pág. 22.

2

Estabelecer metas e contextualizar indicadores sociais e ambientais. Mostrar período de apuração e unidade a que se refere a curva de tendência.



Ao longo do texto, alguns dos nossos compromissos são apresentados, como o de discutir formas de engajar os diversos setores das cidades onde atuamos em movimentos que visam ao desenvolvimento local (pág. 88). Os indicadores desta edição, principalmente os de meio ambiente e práticas trabalhistas, apresentam dados consolidados por unidade industrial e florestal.

3

Mostrar como a Suzano está integrando a sustentabilidade ao seu negócio e quais são os incentivos para isso.



A sustentabilidade é parte da nossa estratégia, como pode ser conferido no item **Estratégia e Gestão** (pág. 30). Pode ser também encontrada na nossa **Missão, Visão** e nos nossos **Valores** (pág. 18). Esse compromisso fica evidente ainda nas diversas certificações que possuímos, com destaque para a ISO 14001 e o selo internacional FSC. Como resultado desse posicionamento, abrimos mercados no Brasil e no exterior, trazendo benefícios à nossa operação e aos nossos públicos de interesse. Mais exemplos da integração da sustentabilidade e dos nossos incentivos podem ser conhecidos ao longo deste Relatório.

4

Deixar claro qual é a capilaridade geográfica da Suzano e seus impactos econômicos, sociais e ambientais em cada região (ex.: crescimento do IDH).



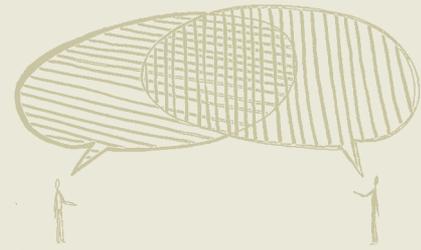
Informações sobre as regiões onde atuamos podem ser encontradas no mapa da pág. 20. Os impactos em cada região são descritos no item **Comunidade**, bem como na tabela do IDH das regiões em que temos presença.

5

Explicitar processos e canais de interação com *stakeholders* e, em especial, com a comunidade.



Essa matriz reflete um processo de interação com alguns dos nossos públicos de interesse. Em relação à comunidade, nas págs. 88 e 89 é possível conhecer duas das iniciativas que adotamos para nos aproximar desse público (*Diálogos Sociais* e *Suzano Responde*). No capítulo **Envolvimento**, são descritas ações de interação com colaboradores, clientes e fornecedores, respectivamente.



TEMAS PRIORITÁRIOS

ENCAMINHAMENTO

6

Incluir informações sobre políticas e critérios de seleção e avaliação de fornecedores e sobre as iniciativas de sustentabilidade da cadeia de suprimentos.



Realizamos auditorias *in loco* e monitoramento de nossos fornecedores, principalmente os considerados críticos para a nossa operação. Também avaliamos seu desempenho e buscamos prover formações em gestão, inovação, qualidade e responsabilidade social, entre outros temas. Outra frente é a do desenvolvimento de fornecedores locais. Em 2007, criamos o *Prêmio Fornecedores*, cujo objetivo é o de estreitar relacionamentos e mostrar a importância do processo em toda a cadeia, premiando os fornecedores que se destacaram ao longo do ano. Mais informações na *pág. 86*.

7

Explicitar o valor social agregado no processo de desenvolvimento do papel Reciclato®.



O valor social oferecido pelo papel Reciclato® é representado inicialmente pela realização da compra de aparas de papel (principal insumo) diretamente das cooperativas de catadores. Essa prática valoriza a ação dos cooperados e elimina atravessadores, permitindo que as entidades recebam um valor maior pelas aparas coletadas. Atualmente, mais de 60 cooperativas participam dessa relação comercial com a Suzano, vendendo diretamente o papelão ondulado e o papel branco de escritório coletados nas ruas da Grande São Paulo. Nessa lógica, também temos o valor ambiental representado pela retirada desses materiais das ruas, o que reduz a pressão sobre os aterros sanitários que receberiam essa carga de resíduos. Além disso, essa relação com as cooperativas fez com que a Suzano, em conjunto com o Instituto Ecofuturo, o Banco Real (do Grupo Santander Brasil) e a Fundação AVINA, se tornasse instituidora do *Programa Investimento Reciclável*, que tem como principal finalidade apoiar cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, para que possam melhorar o processo de gestão de seus negócios.

8

Incluir a perspectiva dos *stakeholders* no Relatório e as informações sobre a contribuição da cadeia de valor na “Sustentabilidade da Suzano”.



Essa matriz traz expectativas levantadas por nossos *stakeholders* sobre o **Relatório**.

9

Usar o Relatório como instrumento indicativo para esclarecer a sociedade sobre o fato de o papel e a celulose produzidos pela Suzano serem produtos sustentáveis (florestas plantadas e certificações).



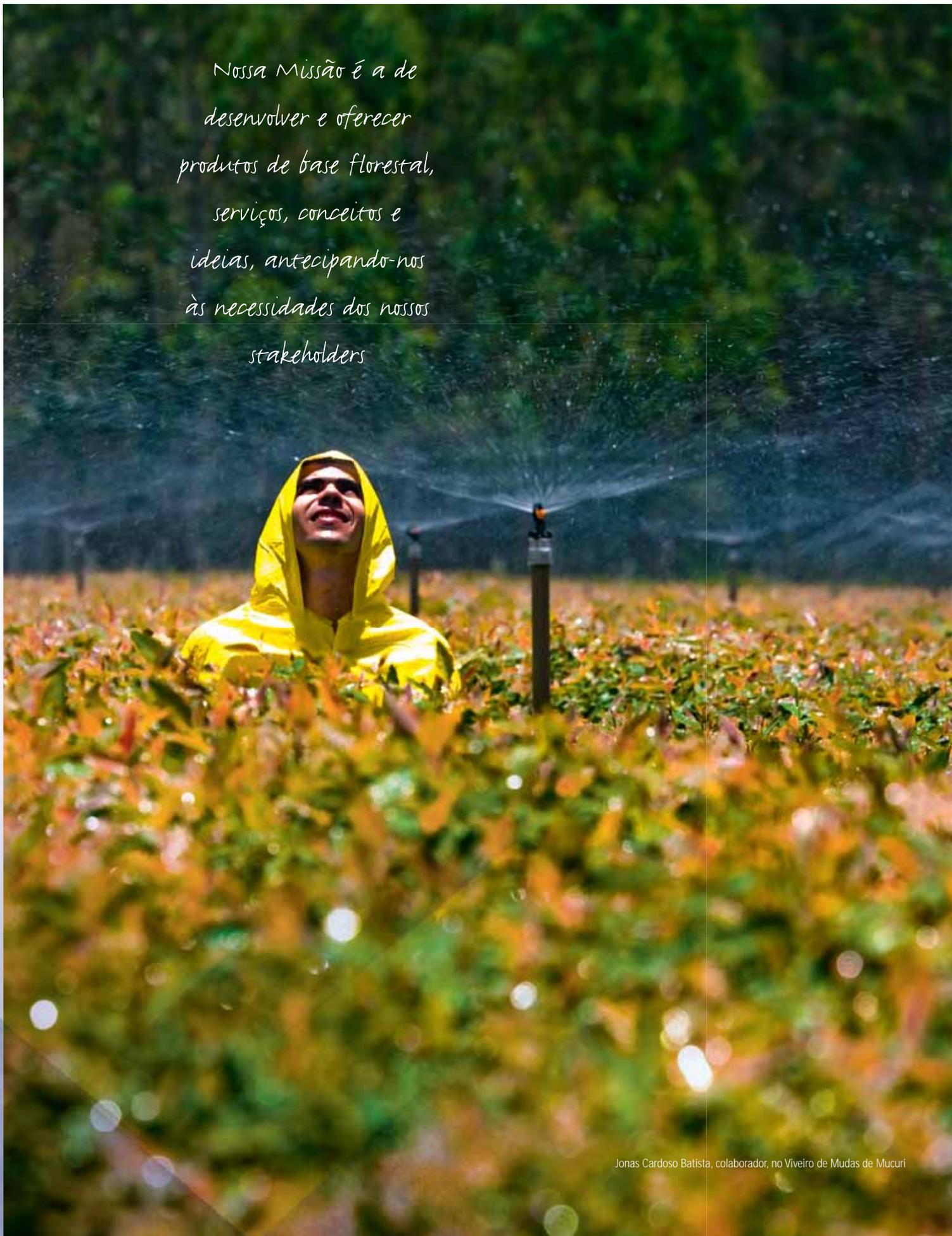
Há menções sobre nossas certificações socioambientais permeadas por todo o **Relatório**, principalmente em relação ao selo FSC, que atesta o manejo responsável de florestas. Entendemos que o **Relatório de Sustentabilidade** não pode ser encarado como uma peça de marketing. Por isso, para transmitir informações ainda mais detalhadas sobre o tema, adotamos outros meios, como vídeos, folhetos e internet.

Para esclarecimentos e/ou sugestões sobre o conteúdo desta publicação, colocamos à disposição os seguintes canais de comunicação:

Suzano Responde: 0800 7747440 ou suzanoresponde@suzano.com.br

Relações com Investidores: ri@suzano.com.br

*Nossa Missão é a de
desenvolver e oferecer
produtos de base florestal,
serviços, conceitos e
ideias, antecipando-nos
às necessidades dos nossos
stakeholders*



Jonas Cardoso Batista, colaborador, no Viveiro de Mudanças de Mucuri

Públicos estratégicos

O mapa a seguir mostra nossos principais *stakeholders*, os públicos com os quais nos relacionamos. Eles aparecem divididos em quatro dimensões, segundo seu tipo de interação com nossa Empresa. O diálogo com todos é a base da nossa sustentabilidade.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Investidores
Credores e Agentes Financeiros
Acionistas/Controladores



DIMENSÃO INTERNA

Conselheiros
Gestores
Colaboradores
Controladas
Terceiros



DIMENSÃO MERCADO

Clientes
Concorrentes
Fornecedores
Fomentados



DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Poder Público
Terceiro Setor
Movimentos Sociais
Imprensa
Órgãos Reguladores

Meio Ambiente
Associação de Classe
Sindicatos
Comunidades Locais
Ecofuturo



Visão

Ser forte e gentil. Construir continuamente uma companhia de excelência que harmonize a criação de valor com a dignificação da vida humana e a preservação dos recursos naturais.

Missão

Desenvolver e oferecer produtos de base florestal, serviços, conceitos e ideias, antecipando-se às necessidades dos clientes e promovendo a satisfação dos acionistas, colaboradores, fornecedores e das comunidades locais.

Valores

Flexibilidade e agilidade
Relações de qualidade
Humanismo e diversidade
Responsabilidade socioambiental
Liderança
Segurança, saúde e qualidade de vida
Comprometimento
Inovação e pioneirismo

G R I
(4.8)

Reconhecimento

Nossa atuação sustentável nas três dimensões do negócio foi reconhecida pela sociedade e se traduziu, em 2008, em uma série de conquistas, além do *Prêmio Nacional da Qualidade* (PNQ):

Melhores e Maiores da Revista Exame

O anuário nos posicionou, pelo terceiro ano consecutivo, como a *Melhor Empresa do setor de Papel e Celulose*.

Anuário Exame do Agronegócio

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação nos elegeu como a *Melhor Empresa do setor de Madeira, Celulose e Papel*.

Anuário Melhores da Dinheiro

Em pesquisa realizada pela revista *IstoÉ*, figuramos como a *Melhor Empresa do setor de Papel e Celulose do País*.

Guia Exame de Sustentabilidade

Pelo quinto ano consecutivo, fomos listados entre as *20 Empresas-Modelo de Sustentabilidade*.



Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Pelo quarto ano consecutivo, integramos o indicador da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Prêmio Fernando Pini

Vencemos em três categorias no prêmio, considerado o mais importante do setor gráfico na América Latina: melhor cartão para impressão com e sem revestimento, melhor papel para impressão não revestido e melhor papel para impressão revestido.

Prêmio Época Mudanças Climáticas

Ficamos entre as líderes no prêmio que homenageou as empresas com as políticas ambientais mais avançadas para reduzir emissões.



Prêmio de Qualidade de Vida

Fomos um dos vencedores da premiação, concedida pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida.

Prêmio Brasil

Excelência em Papelaria

Concedido pela revista *Papel & Arte*, na categoria *Responsabilidade Social*, que obtivemos pelo desenvolvimento da *Escola Formare*.

Top of Mind

Conquistado pela SPP-Nemo, como resultado de pesquisa de satisfação feita com os clientes pelo Instituto InterScience.



Prêmio Mogi News de Responsabilidade Social

Conquistado, na categoria *Público Interno*, em virtude do *Programa Estudar é Crescer*.

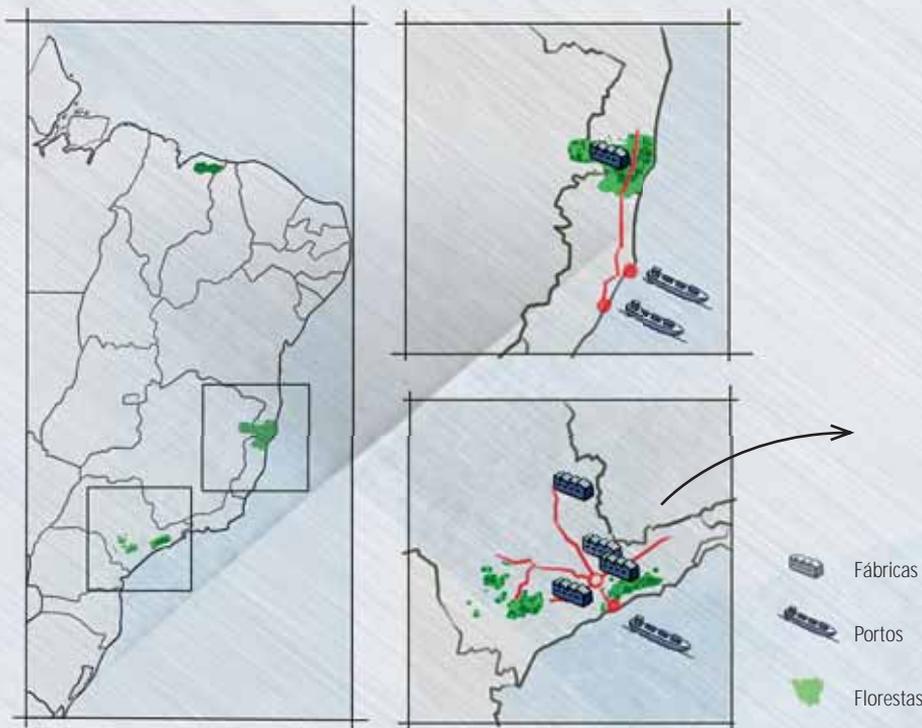
Personalidade do Ano Gestão Empresarial

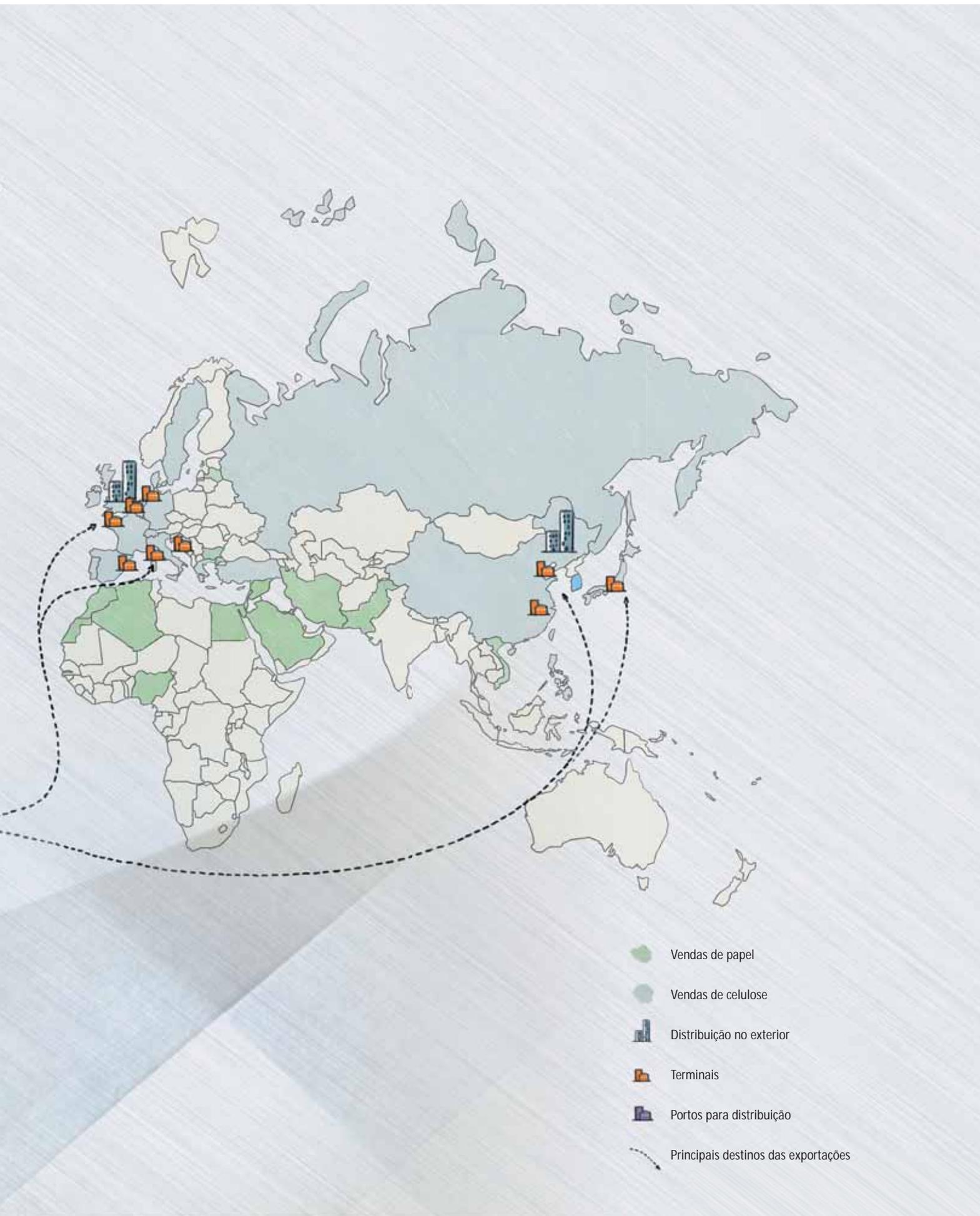
Concedido ao nosso diretor presidente, Antonio Maciel Neto, pela Associação Nacional dos Profissionais de Vendas de Celulose, Papel e Derivados (Anave).

Localização

G R I
(2.4, 2.5, 2.7)

Mantemos cinco Unidades Industriais no Brasil: Mucuri (BA), Suzano, Rio Verde e Embu (SP) e 50% da Conpacel. Nossas áreas florestais concentram-se nos Estados da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo e do Maranhão. Para exportação, utilizamos o Porto de Santos, o de Vitória e o Portocel, no Espírito Santo.





Cadeia produtiva

Apresentamos a seguir o processo de produção e comercialização de nossos produtos, os respectivos impactos socioambientais que podem decorrer desse ciclo e as estratégias que adotamos no sentido de minimizá-los.

G R I

(1.2)



CENTRO TECNOLÓGICO
No Centro de Tecnologia Florestal (CTF), em Itapetininga (SP), investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones de eucalipto com alto potencial de adaptação, maior produtividade e resistência a doenças.



VIVEIRO
Em nossos dois viveiros, em Alambari (SP) e Mucuri (BA), as mudas são produzidas e passam por um processo de rusticificação antes de irem para as áreas de plantio.



PLANTIO
As mudas são plantadas em nossas áreas florestais nos Estados de SP, BA, ES, MG e MA. Nos meses seguintes ao plantio, é feito o controle de pragas (como formigas), além de adubações complementares e combate às plantas daninhas. O plantio também é realizado nas áreas de produtores rurais fomentados, que recebem orientação dos nossos técnicos.



2 COLHEITA E TRANSPORTE
Ao atingir cerca de 7 anos, os eucaliptos são colhidos dia e noite, segundo um planejamento prévio. A madeira é empilhada à beira de estradas e carregada em caminhões que levam as toras até as fábricas de Suzano (SP) e Mucuri (BA). Já os produtores rurais fomentados são responsáveis pelo transporte da sua madeira até a fábrica.



Mudanças climáticas – Como o plantio de eucalipto absorve CO₂ da atmosfera, nosso ciclo produtivo gera créditos de carbono, contribuindo para combater o aquecimento global. Segundo nosso último inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE), para cada 1 tonelada de GEE que emitimos são resgatadas da atmosfera 3,8 toneladas.

Canal aberto – Mantemos o *Suzano Responde*, um canal para receber dúvidas, críticas e sugestões sobre nosso processo produtivo e possíveis impactos socioambientais de nossa atividade, pelo telefone 0800-7747440 ou pelo e-mail suzanoresponde@suzano.com.br.

COOPERATIVA DE CATADORES DE APARAS
Depois de utilizado, parte do papel é coletada por catadores, em muitos casos agrupados em cooperativas. A Suzano compra esse material para utilizá-lo na produção de nosso papel reciclado, o Reciclato®. Dessa forma, contribuimos para reduzir o impacto sobre os aterros sanitários e para incentivar a profissionalização das cooperativas de catadores com as quais trabalhamos.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

- Consumo de água no Viveiro
- Plantio de uma só cultura (eucalipto) em grandes áreas
- Interferência na paisagem
- Uso de adubos e inseticidas
- Risco de condições degradantes de trabalho no campo para colaboradores e terceiros
- Risco de incêndios
- Roubo de madeira nativa e de eucalipto
- Aumento do preço da terra

ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

- Monitoramento e redução do consumo de água no Viveiro
- Monitoramento e controle de possíveis impactos nas microbacias
- Plantio em mosaico, intercalando áreas de mata nativa e os plantios de eucalipto
- Adoção do cultivo mínimo, que não retira os resíduos da última colheita para que eles sirvam de adubo natural no próximo plantio, minimizando interferências no solo
- Monitoramento *in loco* de saúde e segurança e das condições de trabalho de próprios e terceiros, com investimentos em equipamentos, refeitórios, ônibus e banheiros móveis
- Contratação de mão-de-obra local para as atividades de silvicultura
- Realização do programa de fomento, inserindo produtores locais no fornecimento de madeira
- Investimentos em projetos de geração de renda local, como apicultura solidária e arranjos produtivos locais
- Vigilância 24 horas
- Adoção da certificação internacional FSC, com auditoria externa anual.

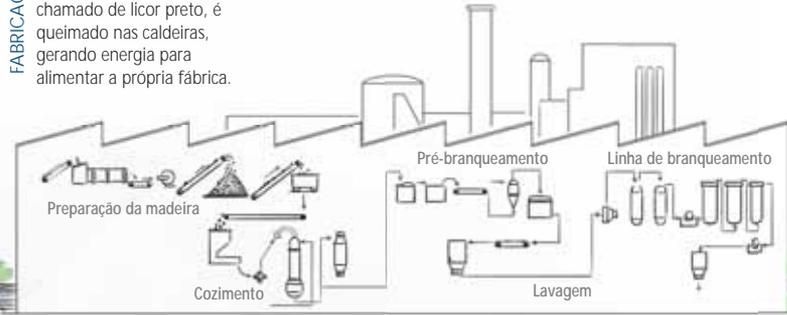
ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

- Aspectos de saúde e segurança relacionados às atividades manuais do processo
- Mecanização da colheita com redução de postos de trabalho
- Terceirização de parte das atividades
- Tráfego intenso de caminhões, trânsito e deterioração das estradas
- Ruídos, poluição e poeira em razão do tráfego de caminhões

3

FABRICAÇÃO DA CELULOSE

Ao chegar às fábricas, a madeira é picada e reduzida a cavacos, que são cozidos. Desse processo, é extraída a fibra da madeira, que se transforma em celulose. O resíduo que sobra, chamado de licor preto, é queimado nas caldeiras, gerando energia para alimentar a própria fábrica.



Celulose branca para extração e para máquina de papel

3

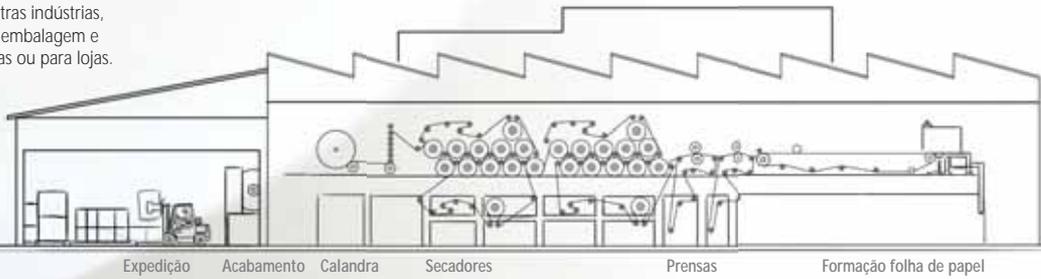
PRODUTO FINAL CELULOSE

Parte da celulose produzida vai para as máquinas de papel que ficam nas Unidades Suzano e Mucuri. O restante passa por um processo de secagem e embalagem. Essa celulose alimenta as fábricas de Embu e Rio Verde (SP) e é comercializada para clientes no Brasil e no exterior (ver mapa na página 20).

3

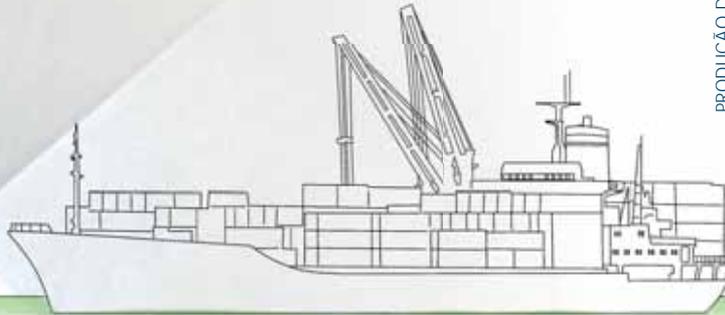
PRODUTO FINAL PAPEL

O papel produzido na Suzano abastece o mercado local e é exportado (ver mapa na página 20). No Brasil, ele vai para outras indústrias, como a de embalagem e para gráficas ou para lojas.



CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

A Suzano possui uma divisão especializada na distribuição de produtos gráficos no Brasil, a SPP-Nemo, que possui 13 unidades comerciais e também atua com produtos de outros fabricantes.



3

PRODUÇÃO DE PAPEL

A massa de celulose atravessa diversas etapas até se transformar em papel. Ele então é cortado, seguindo as especificações dos produtos da Suzano, como o Report® no formato A4, ou conforme demanda do cliente.

ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

- Monitoramento *in loco* de saúde e segurança e das condições de trabalho de próprios e terceiros, com investimentos em equipamentos, refeitórios, ônibus e banheiros móveis
- Monitoramento das empresas terceirizadas, principalmente em relação à legislação fiscal e trabalhista
- Mecanização somente da atividade de colheita, com aproveitamento da mão-de-obra nas demais atividades ligadas ao plantio e em outras como a coleta de resíduos
- Manutenção de estradas, principalmente vicinais
- Treinamentos de direção defensiva e segurança de trânsito
- Desvio de rotas de caminhões
- Restrição da circulação de caminhões em horários de trânsito mais intenso
- Manutenção frequente da frota de caminhões e renovação acima da média nacional
- Adesão a programas voluntários como o *Pacto contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas*

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

3

- Poluição, odor, ruído
- Geração de resíduos e efluentes
- Consumo de energia
- Transporte dos produtos acabados

ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

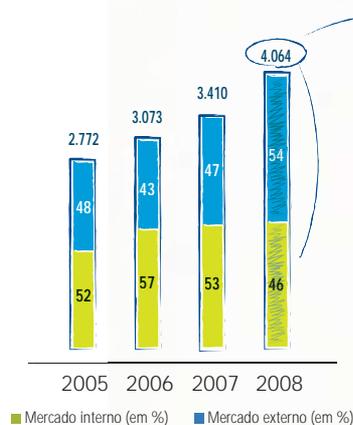
- Investimentos contínuos em melhorias ambientais nas fábricas
- Monitoramento e redução do consumo de água
- Monitoramento e redução do consumo de energia
- Tratamento de efluentes
- Redução de resíduos e aproveitamento dos mesmos em outras atividades
- Monitoramento de odor e instalação de filtros nas fábricas
- Monitoramento de ruídos e instalação de silenciadores
- Restrição da circulação de caminhões em horários de trânsito mais intenso

Destques operacionais, financeiros e socioambientais

G R I
(2.8)

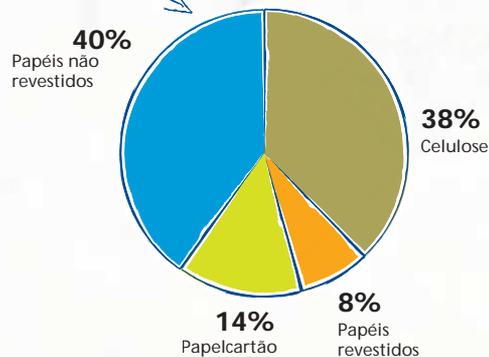
Receita líquida

R\$ milhões



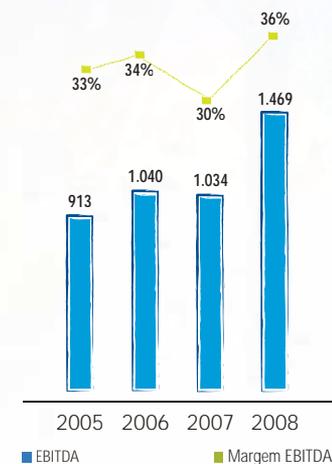
Composição da Receita Líquida

por produto



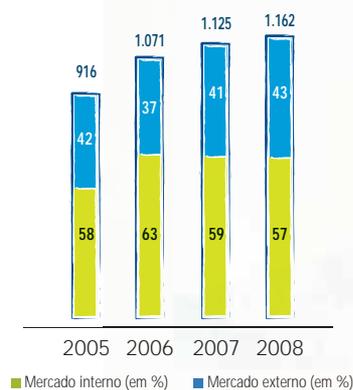
EBITDA

R\$ milhões



Vendas de papel

mil toneladas



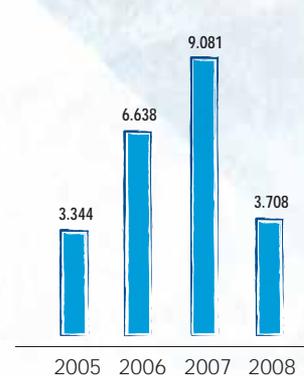
Vendas de celulose

mil toneladas



Valor de mercado

R\$ milhões



EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO (mil toneladas)

	2006	2007	2008
Produção total	1.718	1.926	2.664
Celulose de mercado	638	827	1.524
Papéis de I&E revestidos	133	133	124
Papelcartão	235	241	258
Papéis de I&E não revestidos	712	725	758

I&E: Imprimir e escrever

DADOS FINANCEIROS

	2006	2007	2008
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.099	3.410	4.064
EBITDA (R\$ milhões)	1.040	1.034	1.469
Lucro Líquido (R\$ milhões)	444	539	(451)
Volume Vendido (mil toneladas)	1.686	1.925	2.482
Margem EBITDA	34%	30%	36%
Investimentos (R\$ milhões)	1.765	1.293	483
Dívida Líquida (R\$ milhões)	3.919	4.285	5.459
Dívida Líquida / EBITDA	3,7	3,7	3,7
Lucro por Ação (R\$)	1,41	1,72	(1,47)

EBITDA: Lucro operacional eliminando-se efeitos do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, depreciação e amortização.

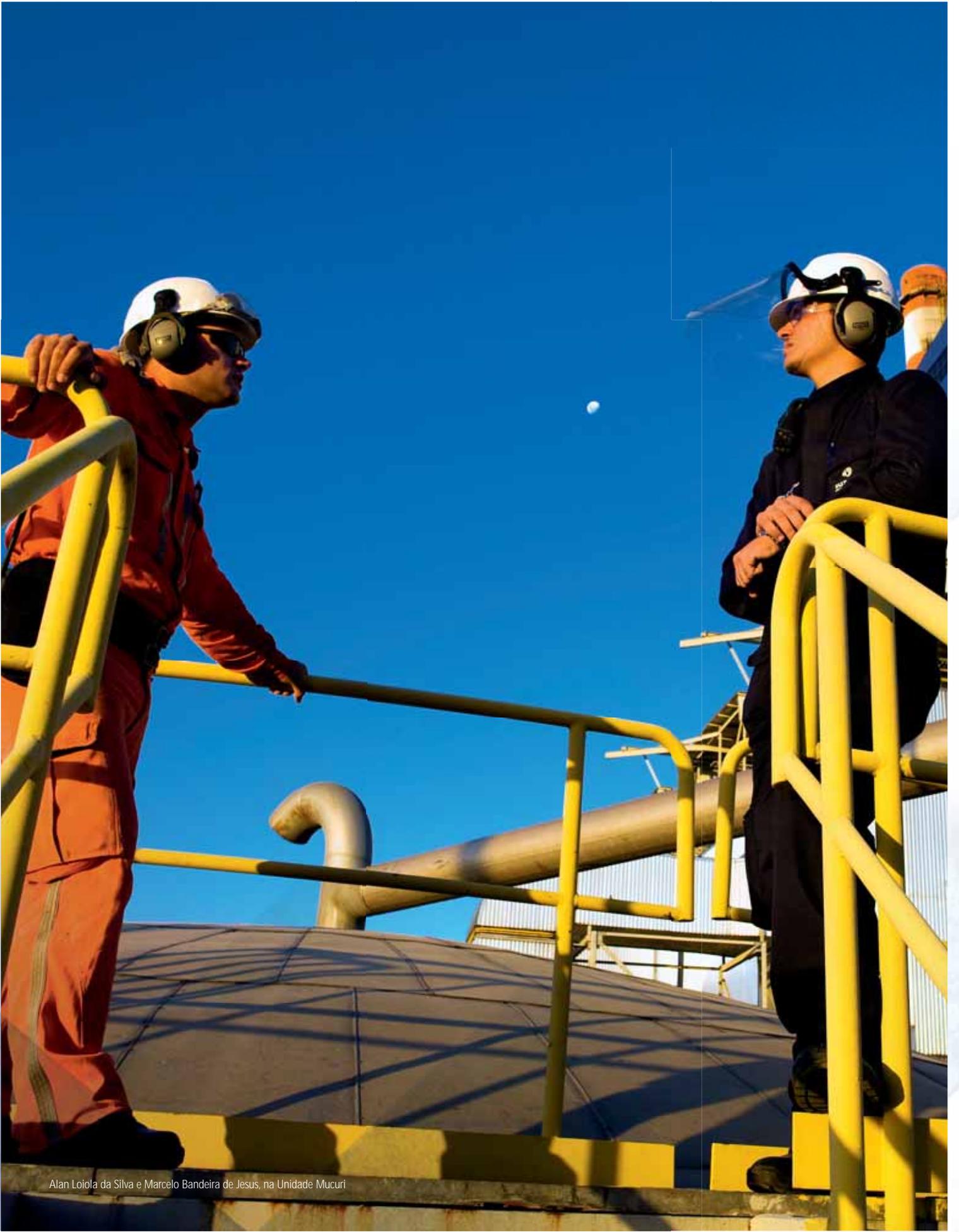
Investimento em responsabilidade social

R\$ milhões



52

milhões de reais foram investidos em projetos socioambientais para os públicos interno e externo no ano de 2008



Alan Loiola da Silva e Marcelo Bandeira de Jesus, na Unidade Mucuri

Destques 2008

Conquista do Prêmio Nacional da Qualidade, reconhecimento internacional conferido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNO) às empresas de nível Classe Mundial em Gestão.



Anunciado um novo ciclo de crescimento.

Recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado.

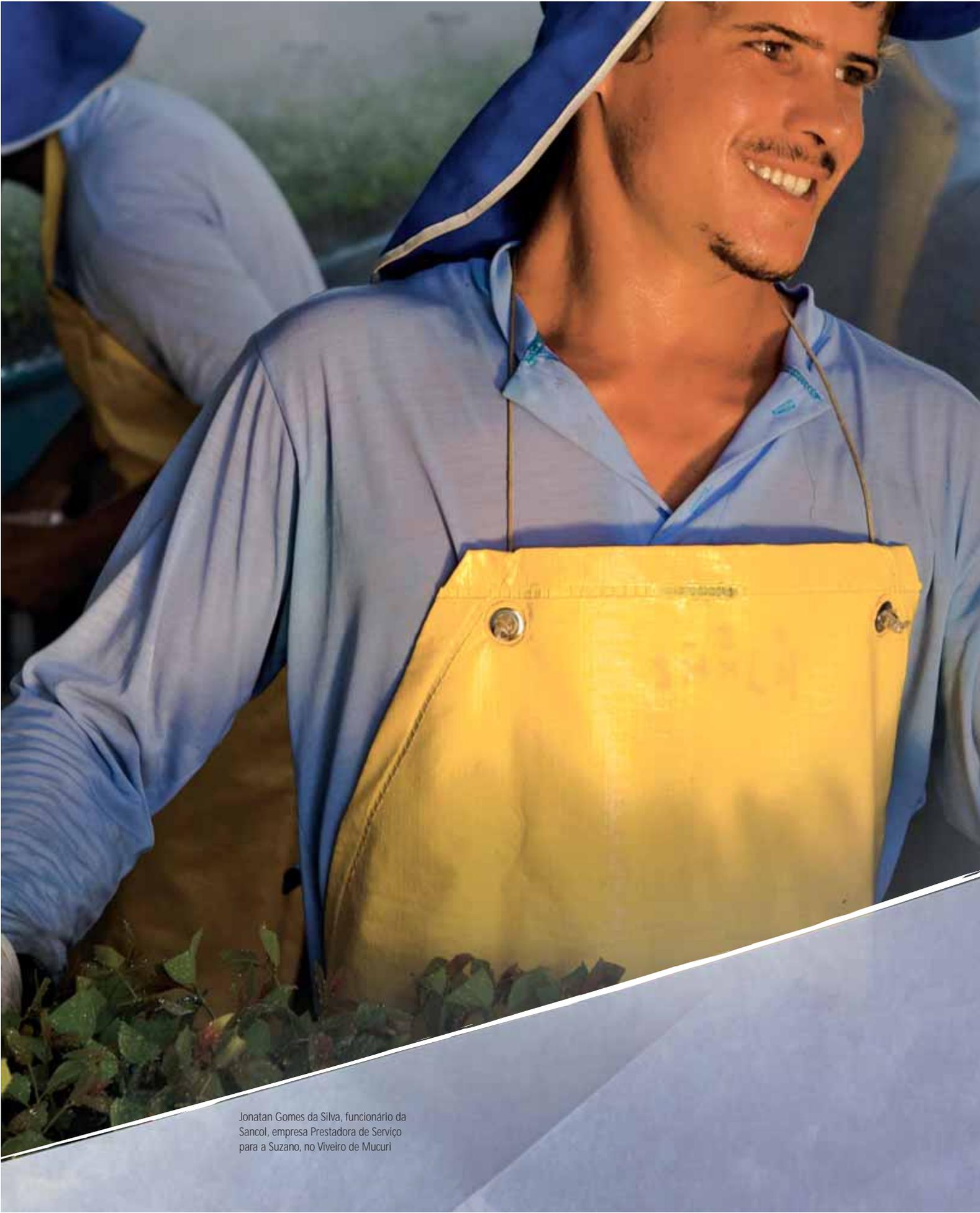
Recorde de vendas de 1,2 milhão de toneladas de papel e 1,3 milhão de toneladas de celulose.

Receita Líquida recorde de R\$ 4,1 bilhões.

Recorde de EBITDA de R\$ 1,5 bilhão.

Disponibilidade de caixa de R\$ 2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008.

Curva de aprendizado da Linha 2 em Mucuri concluída em junho de 2008.



Jonatan Gomes da Silva, funcionário da Sancel, empresa Prestadora de Serviço para a Suzano, no Viveiro de Mucuri

criação de valor

Nossa **estratégia de gestão** está ligada à nossa **Visão de criar valor** em harmonia com a dignificação da **vida humana** e a preservação dos **recursos naturais**

Nosso ciclo de Planejamento Estratégico (PE) tem como principal orientação a criação de valor sustentável em toda a cadeia de negócios e contempla cinco etapas.

A primeira engloba a aprovação, pelo Conselho de Administração, das orientações estratégicas propostas a partir de cenários básicos e projeções de longo prazo, dos objetivos estratégicos e das questões-chave para alcançar esses objetivos. A segunda prevê a análise de cenários e a definição das estratégias potenciais de cada Unidade de Negócio e os projetos para sua sustentação.

Posteriormente, realizamos a validação financeira das estratégias potenciais, revisamos o Plano Plurianual e os projetos nele refletidos. As duas etapas finais garantem a execução dos planos no curto prazo: o orçamento é detalhado na quarta fase, e, na última, os indicadores e planos de ação são definidos e transformados em metas para todos os colaboradores. O ciclo do PE é anual e resulta do contínuo aperfeiçoamento ao longo dos anos.

Esse ciclo está alinhado aos nossos cinco objetivos estratégicos: estar entre as duas maiores e mais rentáveis empresas brasileiras do setor até 2015; desenvolver o tripé controle familiar, gestão profissional e orientação para o mercado de capitais; garantir a sustentabilidade dos negócios, para assegurar o desenvolvimento das comunidades de nossas áreas de atuação, e a obtenção de certificações de reconhecimento internacional; manter a gestão de Classe Mundial, de acordo com critérios da FNO, buscando solidez; e estar entre as dez melhores empresas para trabalhar.



Os colaboradores Vera de Melo e Silva e André Dorf, do Escritório São Paulo

Nosso ciclo de Planejamento Estratégico é direcionado para a criação de valor sustentável em toda a cadeia de negócios

Ciclo de Planejamento Estratégico



Em 2008, aprofundamos as questões-chave das três Unidades de Negócios, de forma a intensificar as ações para alcançar os objetivos. Na Unidade Florestal, definimos uma nova estratégia capaz de proporcionar o crescimento e a produtividade do negócio de celulose e garantir outras oportunidades para a criação de valor por meio de nossos ativos florestais; na Unidade Papel, analisamos nossa estratégia de canais de distribuição na América Latina; e, na Unidade Celulose, realizamos estudos para a definição de novos projetos *greenfield* e a expansão da produção em Mucuri.

Gestão

O sucesso desse novo ciclo de crescimento está amparado por nosso Planejamento Estratégico e pelo conhecimento acumulado ao longo de nossa trajetória, tanto em pesquisa científica e tecnológica aplicada ao manejo florestal e à produção de celulose e papel como em gestão administrativa e condução dos negócios. O reconhecimento ao nosso modelo de gestão refletiu-se na conquista do *Prêmio Nacional de Qualidade* (PNQ), que atestou nossas técnicas atualizadas e bem-sucedidas de administração. Com base no modelo da FNO, estruturamos nossos negócios a partir de oito critérios de excelência – liderança; estratégias e planos; clientes, sociedade; informações e conhecimento; pessoas; processos; e resultados –, que expressam conceitos respeitados internacionalmente e se traduzem em práticas de organizações líderes de Classe Mundial.

43

milhões de reais foram os ganhos recorrentes de eficiência nas máquinas de papel com o *Programa Excelência Operacional*

Nosso modelo de gestão é baseado em uma estrutura organizacional com papéis e responsabilidades bem definidas. Além disso, possuímos uma eficiente estrutura de Comitês e Subcomitês, que agilizam o processo decisório e o tornam participativo. Outro diferencial é o da nossa gestão tecnológica, que alinha as expectativas e os projetos da área de negócios às soluções e aos desenvolvimentos técnicos. Com a criação do Comitê e do Subcomitê de Inovação, integramos diversas áreas internas, que trabalham juntas para que o processo de pesquisa e inovação englobe desde a criação de um produto até a sua colocação e sustentação no mercado. Nossa estratégia tecnológica visa dar suporte a nossas áreas de negócios e já permitiu a aprovação de aproximadamente 40 projetos que, além de novos produtos, buscam desenvolver serviços, processos e tecnologia florestal inovadores.

A gestão de melhoria dos processos está estruturada por programas como o *Excelência Operacional*, que proporcionou ganhos de eficiência nas máquinas de papel da ordem de R\$ 43 milhões. A metodologia *Seis Sigma*, que contribui para aumentar a produtividade em todas as áreas, com ganhos recorrentes de mais de R\$ 20 milhões em 2008, é outro alicerce que garante a alta eficiência, para que planejem projetos ousados e intensifiquemos o comprometimento com o crescimento sustentável de nossas operações.

31



Colaborador Cláudio dos Anjos Pereira, na Secagem da Linha 2, na Unidade Mucuri

Governança corporativa

G R I

(4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.8).

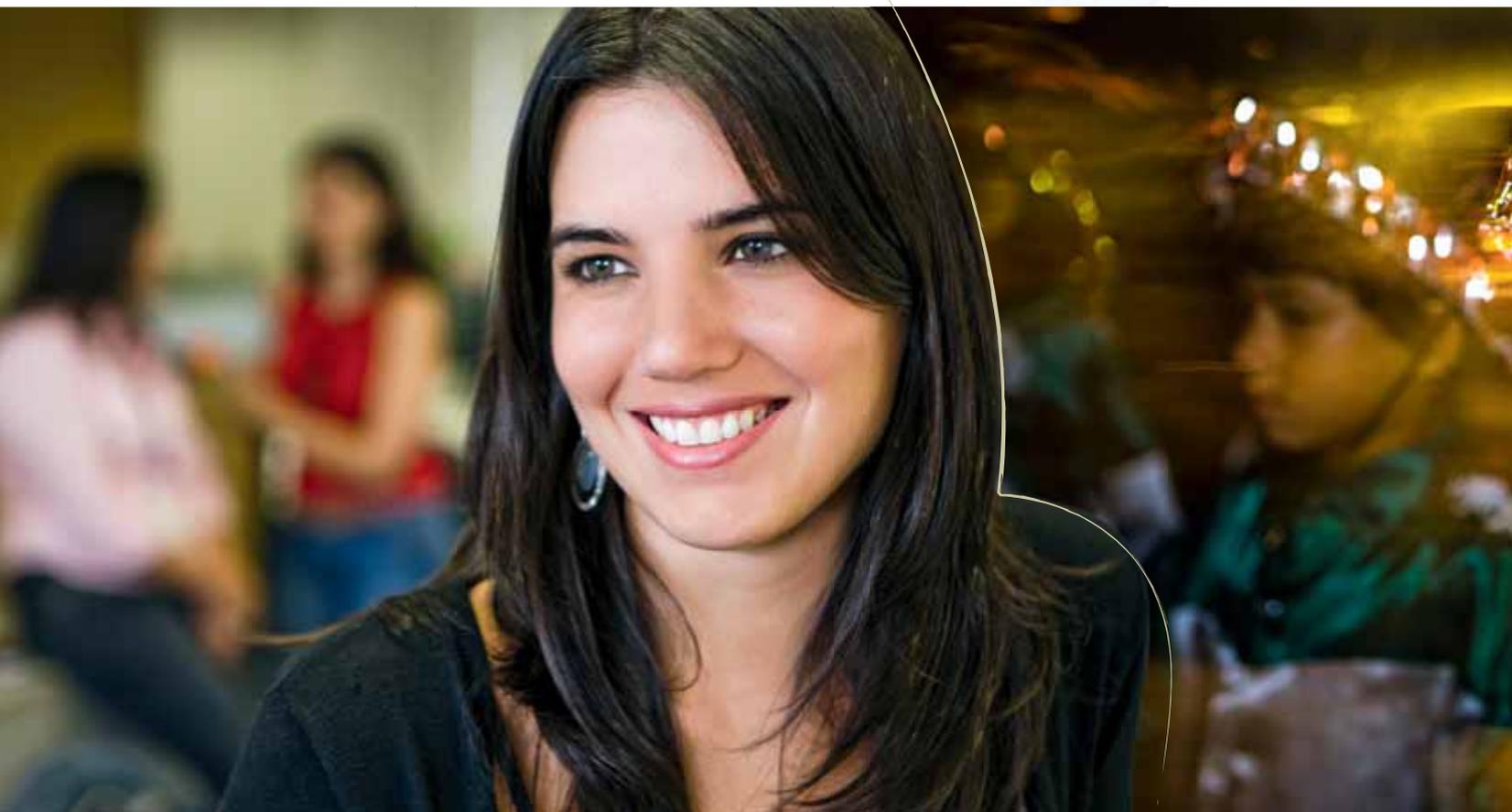
Nossos princípios de governança corporativa contemplam elevados padrões de transparência e profissionalismo. Como sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Nível 1 da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), buscamos estreitar continuamente o relacionamento com o mercado de capitais e com nossos investidores. Facilitamos a eles a avaliação do nosso desempenho em relação às empresas concorrentes e demonstramos, de forma clara, nossas estratégias de crescimento.

Para reforçar ainda mais esses laços, em 2008 criamos a Diretoria de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores, que tem como tarefas identificar, criar e executar projetos estratégicos, promover análises de oportunidades e aperfeiçoar o diálogo com os investidores. A nova Diretoria pode ser contatada por telefone (11 – 3503-9061) ou pelo endereço eletrônico (ri@suzano.com.br).

Princípios e Código

Possuímos um Código de Conduta como forma de comprometer administradores, gestores e colaboradores com os princípios éticos que norteiam nosso comportamento empresarial. O documento, disseminado entre todos os *stakeholders*, é passível de atualização a cada dois anos, sendo o Comitê de Conduta o órgão responsável pelo encaminhamento das inclusões e melhorias propostas. A aprovação, tanto do Código como de suas atualizações, cabe ao Conselho de Administração.

Para fortalecer nossos princípios éticos e garantir seu cumprimento, mantemos ainda Ouvidores Internos, responsáveis por disseminar as diretrizes, esclarecer possíveis dúvidas e receber relatos de conflitos de natureza ética ou desvio de conduta; Ouvidores Gerais, aos quais cabe coordenar as ações dos Ouvidores Internos e encaminhar as denúncias recebidas aos membros do Comitê de





Como sociedade anônima de capital aberto, buscamos estreitar continuamente o relacionamento com o mercado de capitais e com nossos investidores

Maria Carolina Lima, colaboradora, no Escritório São Paulo; e Wesley Gomes, filho da colaboradora Maria dos Milagres Gomes, em Urbano Santos



Elice Szu Wu, colaboradora do Escritório São Paulo

Conduta; e Ouvidoria Externa, um canal adicional para o encaminhamento de relatos, por telefone (0800 771 4060) ou pela internet (ouvidoriaexterna@austernet.com.br), coordenado por empresa externa contratada para este fim.

Auditoria e controles internos

Recorremos a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação de nossos resultados, controles internos e práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria.

Desde 2004, mantemos como prestadora de serviços de auditoria independente a Ernest & Young Auditores Independentes S.A., cujos trabalhos, restritos ao escopo da auditoria, possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

Estrutura organizacional

Com foco no crescimento sustentável e rentável, nossa gestão é exercida pelo Conselho de Administração – com o suporte do Comitê de Gestão, do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e do Comitê de Auditoria – e pela Diretoria Executiva. Temos ainda um Conselho Fiscal permanente, composto por três membros efetivos e três suplentes.

Conselho de Administração

É integrado por nove conselheiros efetivos – sendo um presidente e dois vice-presidentes –, além de um membro honorário, todos com mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o critério do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), quatro dos conselheiros são independentes. O órgão reúne-se ordinariamente a cada três meses e, sempre que for necessário, extraordinariamente.

Em apoio ao Conselho de Administração, o Comitê de Gestão tem como foco as áreas de finanças, orçamento e controle; gestão de talentos; remuneração de executivos; assuntos jurídicos e legais; novos negócios; investimentos e relacionamento com o mercado; investidores; e formulação de políticas corporativas. Também cabe ao órgão acompanhar os resultados e o desempenho dos executivos, de forma a assegurar a adesão às metas e aos objetivos delineados no Planejamento Estratégico, no Plano Plurianual e no orçamento.

O Comitê de Sustentabilidade e Estratégia acompanha e fornece subsídios à estratégia de longo prazo e ao seu planejamento, além de disseminar o conceito estratégico de sustentabilidade para garantir a adoção de padrões mundiais de excelência.

Já ao Comitê de Auditoria compete analisar as demonstrações financeiras, para assegurar que a Diretoria Executiva desenvolva e adote controles internos confiáveis; fiscalizar os trabalhos de auditorias interna e externa, assim como os controles internos, para que desempenhem suas funções de forma independente entre si; e zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e das políticas corporativas para as áreas ambiental e de saúde e segurança.

Composição

O Conselho de Administração é composto pelos seguintes executivos:

David Feffer – Presidente. Nascido em 1956, estudou Administração de Empresas no Brasil e realizou cursos de especialização na Columbia University (USA) e no IMD (Suíça). Ingressou no Grupo Suzano em 1974 e hoje é o presidente da Suzano Holding S.A. É membro de várias instituições sociais e culturais, entre as quais destacam-se: presidente da Diretoria Executiva da Casa de Cultura de Israel, membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, membro do Conselho da Fundação Bienal de São Paulo, membro do Conselho Deliberativo da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria, membro da Ação Comunitária do Brasil, membro do Conselho da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e membro do Conselho do INSEAD.

Daniel Feffer – Vice-presidente. Nascido em 1959, é graduado em Direito pela Universidade Mackenzie e em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Atua no Grupo Suzano desde 1978, no qual é diretor vice-presidente corporativo da Suzano Holding S.A., da IPLF Holding S.A. e diretor presidente da Premesa S.A. Também preside o Conselho de Administração da Polpar S.A. e da Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A., e o Conselho Diretor do Instituto Ecofuturo, entre outras funções ligadas ao Grupo. É membro do Conselho do Instituto Ethos, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e da Bracelpa, entre outros.

Boris Tabacof – Vice-presidente. Nascido em 1928, é graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Foi eleito diretor de uma empresa do Grupo Suzano pela primeira vez em 1975. Hoje, é vice-presidente dos Conselhos de Administração da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A. Já foi secretário da Fazenda do Estado da Bahia, superintendente do Grupo Safra e presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), entre várias outras posições.

Augusto Esteves de Lima Júnior – Membro honorário. Nascido em 1919, é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). É presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., e membro efetivo do Conselho de Administração da Polpar S.A.

Jorge Feffer – Conselheiro. Nascido em 1960, cursou a Faculdade de Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Atua no Grupo Suzano desde 1979, no qual é diretor vice-presidente corporativo da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., diretor da Premesa S.A., diretor executivo da Vocal Comércio de Veículos Ltda. e da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., além de vice-presidente do Conselho Diretor do Instituto Ecofuturo, entre outros.

Cláudio Thomaz Lobo Sonder – Conselheiro. Nascido em 1942, é graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, com extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Na Suzano, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria. É também membro do Conselho de Administração de diversas empresas no Brasil e exterior, como Grupo RBS, Cyrela Brazil Realty S.A., Lojas Renner S.A., OGX S.A. e do Grupo Químico DSM/Holanda.

Antonio de Souza Corrêa Meyer – Conselheiro. Nascido em 1946, é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Sócio-fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, é conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil-SP, presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados e membro dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, entre outras.

Oscar de Paula Bernardes Neto – Conselheiro. Nascido em 1946, é graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Administração pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É sócio-diretor da Integra Associados, Reestruturação Empresarial e membro do Conselho de Administração de diversas empresas no Brasil e exterior, como Gerdau S.A., Satipel Industrial S.A., São Paulo Alpargatas S.A., Delphi Corporation (Estados Unidos) e Johnson Electric (Hong Kong).



Os colaboradores Claudia Okumura Vicentini e Luiz Marcelo Siegert Schuch, do Escritório São Paulo

O Comitê de Sustentabilidade e Estratégia acompanha e fornece subsídios às estratégias de longo prazo, além de disseminar o conceito de sustentabilidade para garantir a adoção de padrões mundiais de excelência

Marco Antonio Bologna – Conselheiro. Nascido em 1955, é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Na Suzano, é coordenador do Comitê de Auditoria. Participa como membro do Conselho de Administração da TAM Empreendimentos e Participações S.A. – TEP, Holding controladora da TAM S.A., e da TAM Aviação Executiva S.A. É presidente da TAM Aviação Executiva S.A.

Nildemar Secches – Conselheiro. Nascido em 1948, é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduado em Finanças pela PUC-RJ e possui doutorado em Economia pela Unicamp. É presidente do Conselho das Empresas Perdigão e membro do Conselho de Administração da WEG S.A., Ultrapar Participações S.A. e Iochpe-Maxion.

Diretoria Executiva

É composta por um presidente e sete diretores, das Unidades de Negócio Celulose, Papel e Florestal, e das áreas de Finanças, de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores, de Operações e de Recursos Humanos.

Composição

Integraram a Diretoria Executiva em 2008 os seguintes profissionais:

Antonio dos Santos Maciel Neto – Presidente (desde junho de 2006). Nascido em 1957, é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Conselho de Administração da Archer Daniels Midland Company (ADM) e da Marfrig Frigoríficos, já ocupou a presidência da Ford Brasil e a vice-presidência da Ford Motor Company. Também foi presidente do Grupo Itamarati, da Ferronorte Participações S.A. e da Cecria Revestimentos Cerâmicos S.A., além de ter sido secretário do Ministério da Indústria e do Comércio.

André Dorf – Diretor da área de Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores. Nascido em 1973, é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e participou do Programa de Treinamento de Analistas da Salomon Brothers, em Nova York, e do Curso de Finanças na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Foi associado sênior no J.P. Morgan-New York (Grupo de Corporate Finance para América Latina e Grupo Global de Corporate Finance para clientes da indústria de Papel, Celulose e Embalagem).

Bernardo Szpigel – Diretor de Finanças. Nascido em 1945, é graduado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), possui M.Sc. em Engenharia Elétrica pela PUC-RJ, M.Sc. em Management Science e PhD em Administração de Empresas pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Já atuou na Vale por 23 anos, na qual ocupou os cargos de diretor, vice-presidente executivo e membro do Conselho de Administração.

Carlos Alberto Griner – Diretor da área de Recursos Humanos. Nascido em 1964, é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na General Electric, ocupou posições relevantes no Brasil e no exterior, entre elas as de gerente de Recursos Humanos de Operações em Aviação, diretor Global de Recursos Humanos para Tecnologia da Informação, nos Estados Unidos, e diretor de Recursos Humanos para México e América Latina.

Carlos Anibal Fernandes de Almeida Júnior – Diretor da Unidade de Negócio Papel. Nascido em 1969, é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA pelo Ibmec-SP. Antes de ingressar na Empresa, trabalhou na General Electric, na qual, entre outros cargos, foi gerente geral de Vendas para América Latina na Divisão de Sistemas Industriais.

Ernesto Pousada Júnior – Diretor da área de Operações. Nascido em 1967, é graduado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá, com especialização em Administração de Negócios pela FIA-USP. Atuou por 15 anos na Dow Chemical Company, em que ocupou vários cargos executivos, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, sendo o último, em Horgen (Suíça), o de diretor de Poliestireno para a Europa.

João Comério – Diretor da Unidade de Negócio Florestal. Nascido em 1965, é graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa, com pós-graduação em Ciência Florestal e Tecnologia de Madeira pela Universidade de São Paulo (USP) e especialização em Princípios de Gestão pela Columbia University. Ocupou diversas posições técnicas e gerenciais na International Paper até o início de 2006.

Rogério Ziviani – Diretor da Unidade de Negócio Celulose. Nascido em 1956, é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, com MBA pelo New Hampshire College e especialização em Administração Internacional. Antes de ingressar na Companhia, trabalhou na Aracruz Celulose S.A. como gerente de Comercialização para o Brasil e América do Norte (deixou o cargo em 03/11/08).

Conselho Fiscal

Permanente, o órgão é composto por três membros efetivos, dois deles indicados pelos acionistas controladores e um pelos acionistas preferencialistas.

Composição

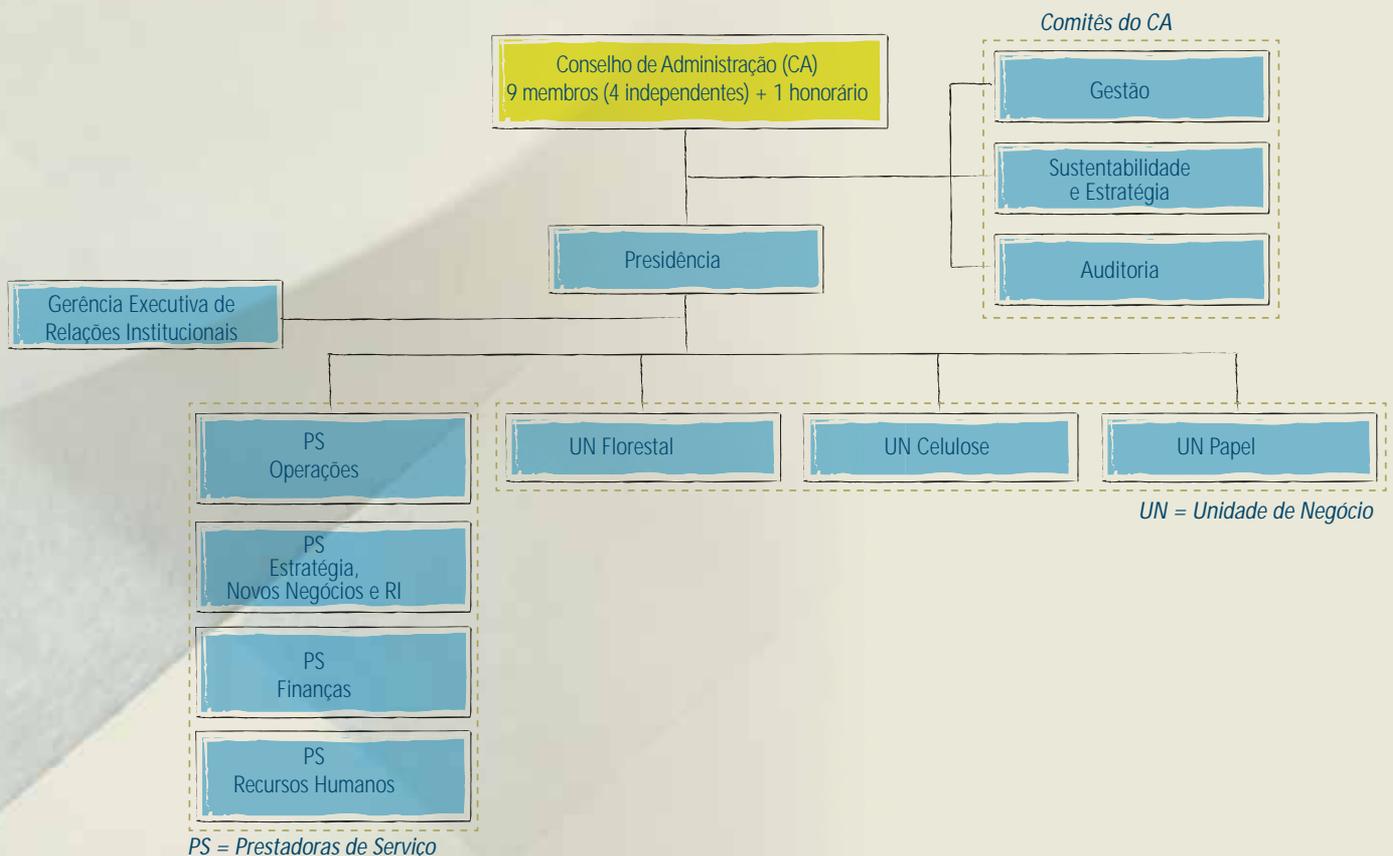
Fazem parte do Conselho Fiscal, como membros efetivos e suplentes, os seguintes executivos:

Luiz Augusto Marques Paes – Nascido em 1961, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Desde 1991, é sócio-diretor da empresa Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., que atua no segmento de consultoria e assessoria tributária para empresas.

Rubens Barletta – Nascido em 1946, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Foi membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior por mais de 40 anos. Presta serviços jurídicos para diversas empresas, entre elas Banco Alfa S.A. e Companhia Transamérica de Hotéis, além de ser membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. e Alfa Holdings S.A.

José Luiz Montans Anacleto Júnior – Nascido em 1977, é graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). É analista de empresas na Skopos Administradora de Recursos, desde dezembro de 2002. Foi conselheiro fiscal da Mahle-Metal Leve S.A. e da Encorpar e assistente de analista nos setores de mineração, papel e celulose, siderurgia e bancos, no CLSA Corretora, na área de Research.

Modelo organizacional



Estrutura de apoio

Em reforço à nossa estrutura organizacional, em 2008 consolidamos a sistematização de Comitês, Subcomitês e Grupos de Trabalho, em sintonia com nosso Modelo de Excelência da Gestão, que proporciona a integração entre as diferentes áreas internas e intensifica o aprendizado e a disseminação de práticas e assuntos estratégicos. A nova organização contempla:

Comitês (CO) – Têm estrutura transversal, multidisciplinar, alinhada à nossa estratégia, e o objetivo de deliberar sobre assuntos específicos e reduzir a agenda da Reunião de Diretoria. São dez os Comitês: Estratégia, Gestão de Pessoas, Excelência Operacional, Sistema Integrado e Normalização, Inovação, Fiscal-Tributário, Investimentos, Gestão Internacional, Conduta e Socioambiental.

Subcomitês (SC) – Têm estrutura transversal, multidisciplinar, alinhada aos Comitês, e o objetivo de deliberar sobre assuntos específicos. São 19 os Subcomitês: Riscos, Crédito (ligados ao Comitê de Estratégia), Gestão de Pessoas (ligado ao Comitê de Gestão de Pessoas), Operações, Serviços, Fornecedores, Seis Sigma (ligado ao Comitê de Excelência Operacional), SIG SPP, SIG UNF, SIG Industrial (ligado ao Comitê de Sistema Integrado e Normalização), Inovação (ligado ao Comitê de Inovação), Time Operacional Tributário – TOT (ligado ao Comitê Fiscal-Tributário), Tecnologia da Informação, Orçamento Matricial (ligado ao Comitê de Investimentos), Gap Closure (ligado ao Comitê de Gestão Internacional) e Responsabilidade Social, Comunicação e Meio Ambiente (ligados ao Comitê Socioambiental).

Grupos de Trabalho (GT) – Têm estrutura transversal, multidisciplinar, alinhada aos Subcomitês, e o objetivo de discutir sobre assuntos específicos e levar definições que estejam fora da alçada de aprovação dos Subcomitês e Comitês. São 16 os Grupos de Trabalho: Planejamento Estratégico, Sucessão, S&OP, Excelência Operacional–Mucuri, Excelência Operacional–Suzano, FSC, Legislação Ambiental, SSO, Qualidade, Meio Ambiente, Legislação SSO, SIG UNF–SP/BA/ES/MG, SIG UNF–SP, Crise Mucuri, Crise Suzano e Segurança da Informação.

Consolidamos a sistematização de Comitês, subcomitês e Grupos de Trabalho, em sintonia com nosso Modelo de Excelência da Gestão, proporcionando integração entre áreas e intensificando o aprendizado e a disseminação de práticas



Gestão de Riscos

G R I

(1.2, 4.11)

Em 2008, demos vários e importantes passos para o aperfeiçoamento de nosso modelo de gerenciamento de riscos. A estruturação de Comitês e Subcomitês, concluída no período, contemplou a criação do Subcomitê de Riscos, subordinado ao Comitê de Estratégia e responsável, entre outras tarefas, por acompanhar a aplicação na Organização da metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), assim como disseminar internamente suas orientações e melhores práticas.

O trabalho é organizado em ciclos anuais sincronizados com nossos ciclos de planejamento estratégico. No ciclo de 2006, nos concentramos no mapeamento e na quantificação, com base na ponderação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto financeiro, se ocorrer (medida que fornece o impacto financeiro esperado), dos eventos de risco para as Unidades de Negócios.



No ano seguinte, ao mesmo tempo em que as Unidades de Negócio se dedicaram à revisão dos eventos já mapeados, estendemos essa fase da aplicação do COSO a todas as demais áreas, incluindo as Prestadoras de Serviço. O resultado foi o levantamento dos eventos de risco relevantes, estratégicos e operacionais, para cada um dos quais elaboramos planos de ação (medidas a serem adotadas para aprimorar as ações já existentes para o gerenciamento dos riscos), planos de contingência (medidas que devem ser adotadas caso os riscos se materializem) e planos de controle (monitoramento das variáveis-chave que indicam o crescimento do impacto financeiro ou da probabilidade de ocorrência dos eventos de risco).

Em 2008, nos dedicamos à seleção dos eventos de risco prioritários, tanto para nossos objetivos estratégicos como para a sustentabilidade dos negócios, para os quais deveríamos revisar os planos de ação, contingência e controle, de forma a adequar os níveis de resposta a esses riscos à sua relevância. Os critérios adotados para elegê-los priorizaram os riscos com capacidade de provocar maiores impactos financeiros e estratégicos, ainda que a probabilidade de ocorrência fosse relativamente baixa.

A aplicação dessa metodologia é fundamental para a manutenção e a gestão do conhecimento interno, além de ter sido forte aliada para que atravessássemos a crise financeira mundial com disciplina. Ainda no ciclo de 2009, pretendemos aprimorar os mecanismos de *reporting* e *compliance*, para adequá-los às melhores práticas em processos de gestão de riscos na metodologia do COSO.



Acima, Nara Michelin Ribeiro e Rodrigo Sienra; ao lado (da esquerda para a direita), Rodrigo Marchi Michelucci, Sandra Leal e Vinicius Vidal de Moraes, no Escritório São Paulo

Entre os principais riscos para o nosso negócio, destacamos os seguintes:

Preços de produtos – Estamos sujeitos a riscos de mercado relacionados principalmente à volatilidade de volumes e preços de papel e de celulose, em decorrência de variações nas capacidades de produção e demanda mundiais, de oscilações (i) das taxas de câmbio entre as principais moedas do mundo, (ii) das taxas de juros, e (iii) dos níveis de atividade nas principais economias.

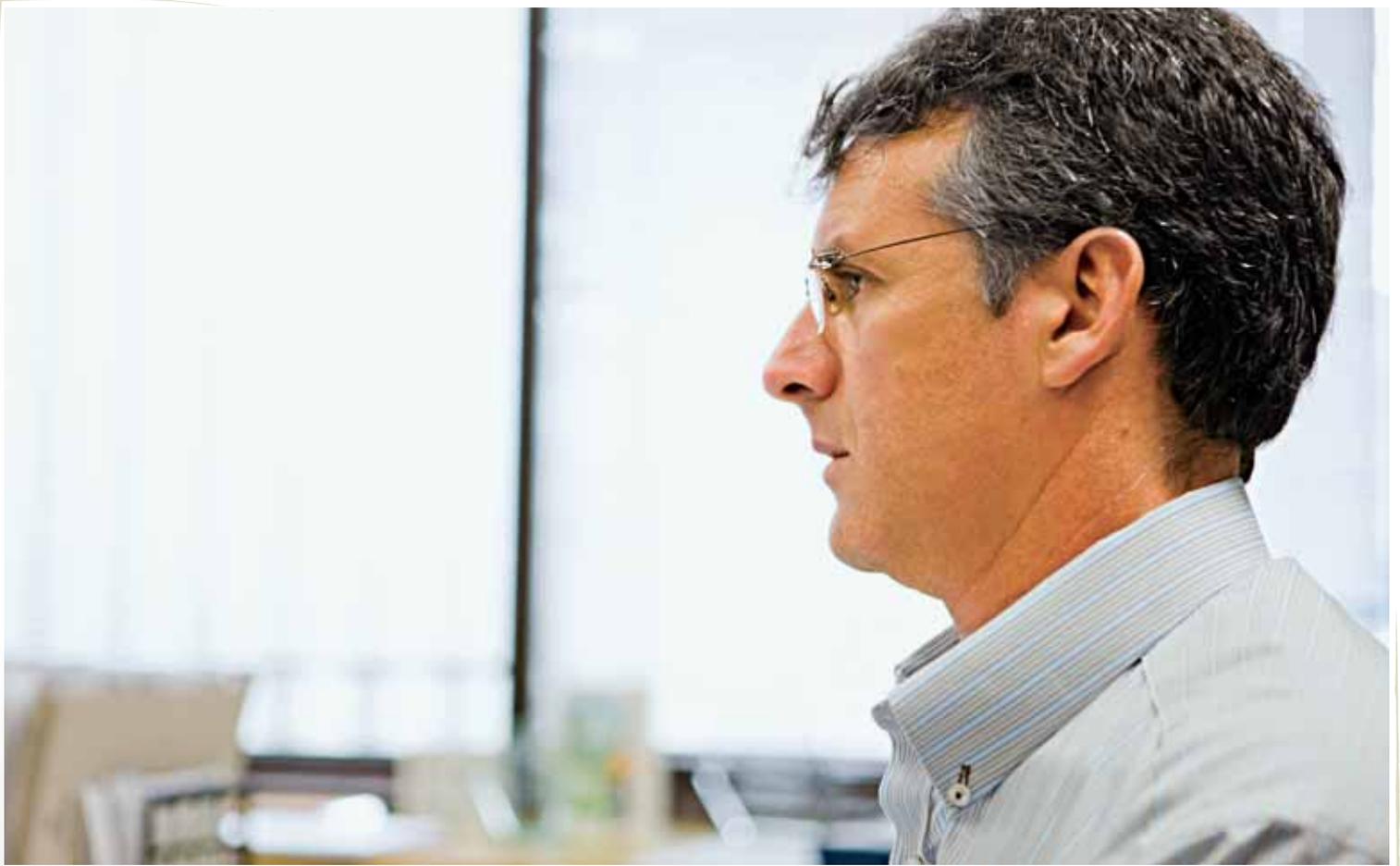
Riscos econômico-financeiros – Um dos principais riscos de natureza econômico-financeira aos quais estamos sujeitos é o da volatilidade do Real em relação ao Dólar, uma vez que parte significativa de nossas receitas e endividamento é denominada nessa moeda. Nossa política de *hedge* é norteada pelo fato de que cerca de 54% da receita líquida é proveniente de exportações, com preços em dólares. Esse *hedge* natural permite conciliar o fluxo de pagamentos dos financiamentos e das demais obrigações denominadas em dólares com o fluxo de recebimentos das vendas. O excedente de receitas em dólares não-atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio por meio de operações à vista e nos mercados de futuros para buscar as melhores oportunidades de contratação dessas vendas. Em 31 de dezembro de 2008, havia US\$ 300 milhões em operações contratadas para venda futura de dólares. Além disso, são celebrados também contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, no sentido de diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros. Como estratégia de proteção contra a volatilidade do risco-país e a eventual indisponibilidade de linhas de financiamento, adotamos uma política de manter o perfil alongado de nossa dívida, com redução do risco de rolagem. Em 31/12/2008, o *duration* da dívida de longo prazo era de 3,6 anos, em comparação a 4 anos em 2007.

Risco de liquidez – A Companhia depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios, e contrata operações de financiamento para dar suporte a seus investimentos e capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008, em razão da crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta nosso risco de rolagem, ou seja, a possibilidade de não-obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco

Em 2008, nos dedicamos à seleção dos eventos de risco prioritários, tanto para nossos objetivos estratégicos como para a sustentabilidade dos negócios

de ter de levantar esses recursos a custos elevados, prejudicando os resultados. Para minimizar esse risco, mantemos robusto saldo de recursos em caixa e adotamos como indicador o Horizonte de Liquidez, medida que fornece o tempo durante o qual o saldo de caixa, somado à geração operacional de caixa projetada sob premissas bastante desfavoráveis, é capaz de fazer frente à amortização de todos os compromissos, sem a contratação de novos financiamentos. Procuramos manter em caixa recursos que garantam um horizonte de liquidez superior a dois anos.

Risco de crédito – Mudanças na qualidade do crédito de contrapartes para as quais tenham sido efetuadas vendas a prazo, adiantamentos, empréstimos ou outros tipos de cessão podem afetar o valor dos ativos, o patrimônio e os resultados da Companhia. Para gerir esse risco, possuímos políticas e procedimentos de crédito e cobrança, adotamos critérios rigorosos de avaliação da qualidade do crédito das contrapartes e de pulverização e diversificação de sua carteira de recebíveis, e procuramos contratar ou constituir garantias que mitiguem os riscos de crédito. Em adição, buscamos adotar medidas para transferir ou compartilhar parte do risco de crédito inerente aos negócios, sendo a principal delas a contratação de apólice de seguro de crédito de exportações.



Carlos Alberto Griner, colaborador da área de Recursos Humanos

18%

da madeira que utilizamos, em 2008,
foi adquirida de terceiros

Concorrentes de grande porte e produtos

importados – Enfrentamos concorrência significativa, tanto no mercado doméstico como no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contam com disponibilidade de recursos financeiros. Historicamente, as importações de papel e celulose não têm provocado impacto relevante no mercado doméstico, principalmente em razão dos custos de logística. No entanto, com a apreciação do Real em relação ao Dólar nos últimos anos, aumentou a concorrência de produtores estrangeiros no mercado doméstico. Se o Real voltar a apreciar, esse movimento poderá ser retomado ou ampliado.

Atrasos em projetos de expansão e/ou aumentos dos investimentos inicialmente programados

– Projetos de crescimento envolvem vários riscos, incluindo os de engenharia, construção, regulamentação e outros desafios significativos que podem atrasar ou impossibilitar a conclusão ou a operação dos projetos ou aumentar significativamente seus custos. Para mitigar esses riscos, (i) contratamos financiamentos com prazos e perfis de amortização adequados e taxas competitivas; (ii) gerenciamos de maneira eficaz os projetos, e (iii) contamos com a experiência de administradores e consultores especializados.

Dependência de terceiros como fornecedores de parte das necessidades de madeira

– A madeira é a principal matéria-prima utilizada para a produção de celulose e produtos de papel. Em 2008, 18% da madeira que utilizamos foi adquirida de terceiros.



*Em 2008, fortalecemos
nossa estrutura de Recursos
Humanos e focamos a meta
de zerar os acidentes de
trabalho em nossas unidades*

Angelo Lopes Magalhães, colaborador da
Unidade Rio Verde, em Suzano (SP)

30%

superior é a produtividade dos novos clones de eucalipto com a aplicação de tecnologias em plantios experimentais



Área de plantio de eucalipto em Urbano Santos (MA)

Ativos Intangíveis

Para gerir nossos ativos intangíveis, mantemos uma política que nos possibilita identificá-los, avaliá-los, desenvolvê-los, retê-los e protegê-los. Ela estabelece diretrizes, em linha com nossos pilares estratégicos, que foram fundamentais para que, em 2008, elegêssemos os principais diferenciais competitivos com base em dois critérios: capacidade de proporcionar benefício econômico para a Companhia e possibilidade de ter seus custos mensurados de forma confiável. São eles:

Gestão da Inovação, Tecnologia e Novos Produtos –

Investimos fortemente em pesquisa e desenvolvimento para fazer jus à nossa vocação inovadora, revelada em produtos, processos e serviços. Desde 1983, pesquisamos as variedades de eucalipto mais adaptadas aos climas das diferentes regiões onde atuamos. Nossa área de Tecnologia Florestal desenvolveu nova safra de clones apropriada aos ambientes mais secos do Maranhão e do Piauí. Com essa nova espécie, a Suzano vai aumentar ainda mais a sua produtividade para abastecer de madeira as novas fábricas que serão construídas na região.

As tecnologias aplicadas ao melhoramento genético e ao manejo resultam em ganhos expressivos. A nova geração de clones desenvolvidos para São Paulo e Bahia apresentou, nos plantios experimentais, produtividade de 13 toneladas de celulose por hectare/ano, 30% mais do que em outras áreas plantadas de igual dimensão. Além disso, os clones são mais resistentes a pragas e doenças – um diferencial relevante, na medida em que minimizamos a utilização de defensivos químicos na produção.

Outro exemplo de nossa capacidade inovadora foi o acordo firmado com a HP em janeiro, durante a *Paperworld*, na Alemanha, para a incorporação da tecnologia ColorLok® na fabricação de nossos papéis. A solução possibilita melhor qualidade na impressão jato de tinta, com cores mais vivas, maior intensidade na cor preta e secagem mais rápida. Ainda em produtos, lançamos em julho o Report Carbono Zero®, o primeiro papel fabricado no Brasil em escala industrial que compensa, com o plantio de árvores, a emissão de gases do efeito estufa durante o processo produtivo.

Também desenvolvemos, em 2008, na Unidade Mucuri, o Centro de Controle de Operações Logísticas – Cecol, um projeto inovador, com sistema integrado de gerenciamento de abastecimento de madeira, insumos e escoamento de produtos acabados. Por meio de tecnologia de comunicação e informação, o sistema é capaz de controlar o abastecimento de madeira do carregamento à fábrica, com rastreamento dos caminhões por GPS. Nas fábricas, os veículos são monitorados por uma maquete eletrônica, e, na área de produtos acabados, controlados a partir do momento em que são associados às remessas, em toda a sua movimentação e até chegarem ao porto ou ao depósito do cliente.

Já no âmbito do processo de integração da Unidade Embu, adotamos o SAP e o Optivision, vencendo o desafio de migrar de sistema de gestão sem interromper a operação e demais atividades da fábrica.

Certificações – Detemos o maior escopo de múltiplas certificações florestais do mundo, com base nos dados da *International Accreditation Fórum* (IAF), entre elas o selo FSC, as ISO 14001 e 9001 e a OHSAS 18001. Em 2008, recomendamos a certificação FSC também de 5 mil hectares de áreas fomentadas de produção de madeira e a obtivemos para 22 empresas gráficas clientes, que tiveram sua cadeia de custódia referendada.

Além disso, refinamos nosso processo de auditorias, no ano, de forma a avançarmos em relação aos critérios da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Em outubro, concluímos o processo de certificação das normas do Sistema Integrado de Gestão (SIG) – ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 – em todas as nossas Unidades, com exceção da de Embu, que ainda está em processo de certificação pela OSHAS 18001. Essa recertificação significou a adoção de um novo critério corporativo integrado para as áreas operacionais, escritório e distribuição, e multissite para a área florestal. Assim, a cada período de auditoria – semestral – temos seis certificações, duas para cada norma.

Detemos o maior escopo de múltiplas certificações florestais do mundo, entre elas o selo FSC



A certificação FSC identifica as florestas que seguem os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council

A marca do manejo florestal responsável
SW-COC-001388

© 1996 Forest Stewardship Council A.C.



Cecília Korber Gonçalves e Camila Alvares Veronez, no Escritório São Paulo; Maria Eliza Kovalski Ferreira, colaboradora do Centro Tecnológico Florestal, em Itapetinga (SP)

Também comemoramos a conquista, pela SPP-Nemo, da certificação FSC, o que posiciona a distribuidora como a primeira do País a garantir o selo para toda a cadeia produtiva, dos fabricantes de celulose e papel à indústria gráfica.

Identidade corporativa e marcas – Depois da definição de uma nova estrutura da marca Suzano, que em 2006 possibilitou o alinhamento de nossa linguagem, nossos produtos e projetos, finalizamos em 2008 a gestão da nossa identidade corporativa, de forma a estabelecer a cultura de *branding* para a integração dos negócios, a aplicação contínua da inovação e, conseqüentemente, o aumento da competitividade. A medida é fundamental para que os públicos com os quais interagimos tenham a correta percepção de nossas crenças, nossos valores e nossa estratégia de negócios. Eles estão expressos nos serviços que colocamos à disposição dos clientes e nos produtos com os quais a sociedade está familiarizada, comercializados em 25 marcas de papéis não revestido, papelcartão, revestido e *cut size* não revestido: Paperfect Offset®, Paperfect Laser®, Alta Alvura Alcalino®, Reciclato Suzano®, Reciclato Suzano Reprográfico®, Pólen®, Super 6 Premium®, ExtraKot®, Neo Pack®, ArtPremium Barr®, TpPremium®, ArtPremium®, Supremo®, Supremo Duo Design®, Royal®, TP Pharma®, Couché Suzano®, Couché Suzano/Conpacel®, Kromma®, Report®, Report ColorLok®, Report Carbono Zero®, Reciclato Suzano®, Report Seninha® e Cartolina Escolar Report Seninha®.

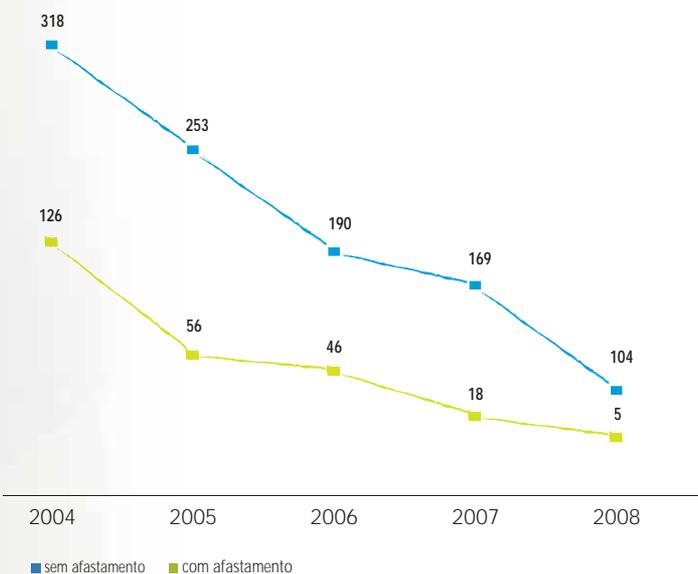
Relacionamento com clientes – Além do Brasil, onde temos dois escritórios e cinco unidades de produção, mantemos canais de comercialização dos nossos produtos na Argentina, nos Estados Unidos, na Europa e Ásia. A estrutura, que nos permite estar mais próximos dos clientes, inclui a Stenfar, uma das maiores distribuidoras de papéis da Argentina; a Suzano América, com um escritório e quatro terminais nos Estados Unidos; a Suzano Europa, com um escritório na Suíça e oito terminais; e a Suzano Ásia, com um escritório e três terminais na China. Em todos os escritórios são mantidos gerentes técnicos, o que agiliza o atendimento e a prestação de serviços de pré e pós-venda. Eles se reportam a um profissional no Brasil, destinado a coordenar as atividades e a promover a integração entre as operações no exterior.

Pessoas – Nossa política de atração e retenção de talentos, amparada por uma série de programas de desenvolvimentos profissional e pessoal, nos leva a manter um time de colaboradores comprometido com nossos valores e resultados. Para aprimorar ainda mais o clima organizacional e intensificar nosso relacionamento com esse público, em 2008 fortalecemos a nova Diretoria de Recursos Humanos, criada em 2007, e direcionamos o foco para o alcance da meta de zerar o número de acidentes de trabalho em nossas Unidades, por meio do *Programa Acidente Zero*. No mesmo sentido, unificamos nosso Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), com a inclusão das Unidades Florestais, e desenvolvemos nas Unidades paulistas a campanha *Sua Segurança Dentro e Fora da Empresa – Edição Trânsito*.

Para contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, mantemos o *Programa Viver Suzano*, que contempla ginástica laboral, palestras, orientação nutricional e campanhas de vacinação e promoção da saúde.

Performance de Segurança

Número de acidentes (próprios + EPS)



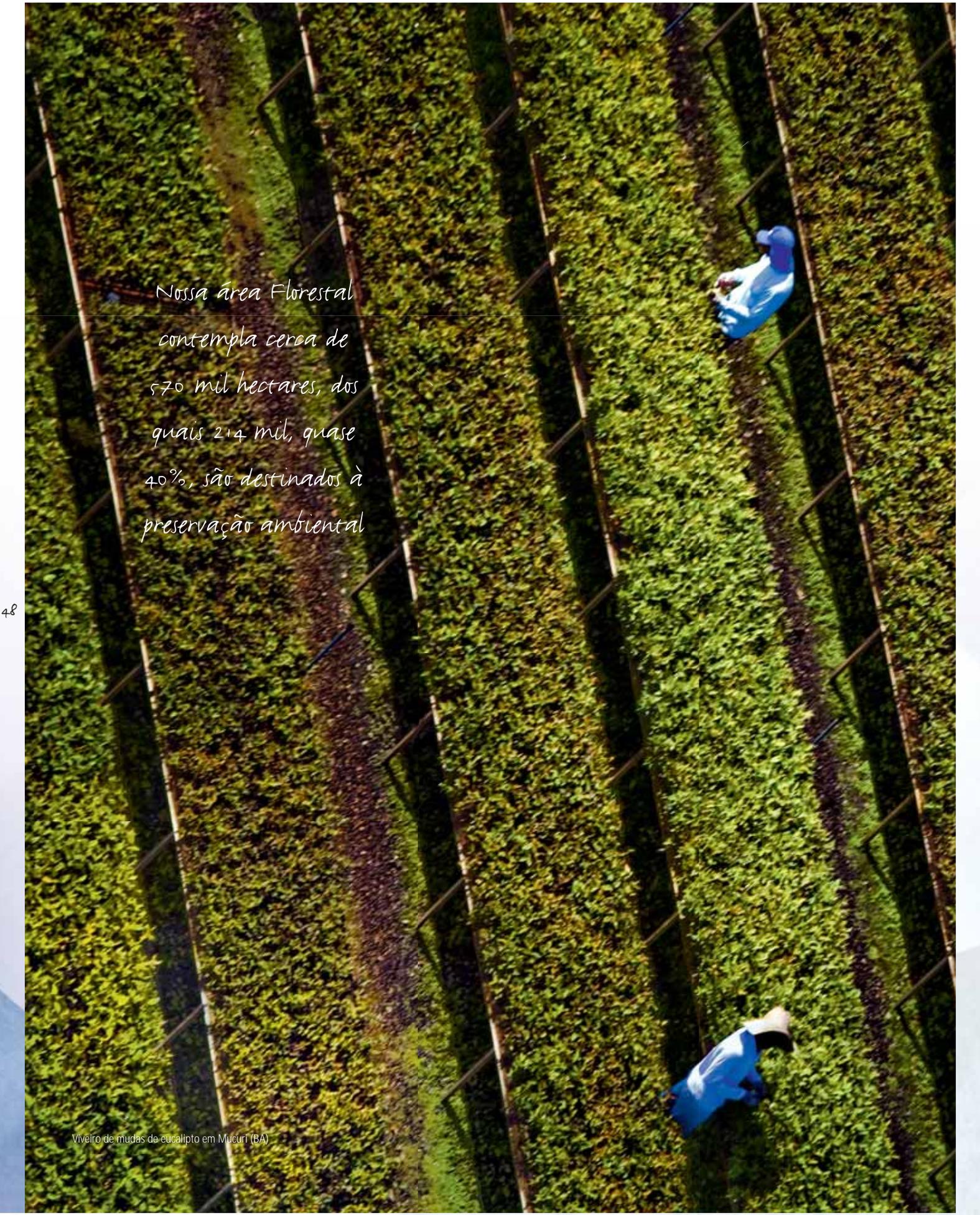


Marcelo Bandeira de Jesus, colaborador da Unidade Mucuri

negócios

Nossa **estrutura**
organizacional
contempla
três Unidades de
Negócio (**Florestal,**
Celulose e Papel)
e cinco áreas
Prestadoras
de **Serviço**

47

An aerial photograph of a large-scale eucalyptus seedling nursery. The image shows a vast field of young green plants arranged in neat, parallel rows. Two workers, dressed in white protective suits and hats, are visible in the field, likely tending to the seedlings. The perspective is from a high angle, looking down on the rows of plants.

*Nossa área Florestal
contempla cerca de
570 mil hectares, dos
quais 214 mil, quase
40%, são destinados à
preservação ambiental*

Viveiro de mudas de eucalipto em Mucuri (BA)

64

milhões de árvores foram plantadas em 2008



José Carlos dos Santos Silva, funcionário da Sancel, empresa Prestadora de Serviço da Suzano, em Mucuri (BA); e florestas plantadas e nativas no sul da Bahia

Unidade de Negócio Florestal

Em um ano marcado pela alta competitividade e produtividade do setor florestal no Brasil, nos posicionamos como uma das empresas que mais plantaram (48 mil hectares ou 64 milhões de árvores) e consumiram florestas plantadas (quase 11 milhões de metros cúbicos) no setor de papel e celulose. Nosso grande diferencial consiste em promovermos o crescimento sustentável das atividades com fortes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aos quais destinamos aproximadamente R\$ 9 milhões no exercício, crescimento de 83,3% em relação a 2007.

Nossa área Florestal total atinge 570 mil hectares nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão. Desse total, 271 mil hectares são ocupados por plantios de eucalipto, e 214 mil hectares, cerca de 40%, são destinados à preservação ambiental. Além disso, contamos com 93 mil hectares ocupados por plantios de produtores locais, que participam do *Programa de Fomento de Madeira* e são responsáveis por parte do abastecimento industrial.

A produtividade média dos nossos plantios alcançou 43,8 m³/hectare/ano, o que representa 3% menos do que a registrada em 2007, em razão dos baixos índices

de chuva nos Estados da Bahia e do Espírito Santo. Ainda assim, nos mantivemos acima da média nacional – a maior do mundo –, que é de 41 m³/hectare/ano para o eucalipto, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf).

Em volume de celulose, atingimos quase 11 toneladas/hectare, com a manutenção do crescimento contínuo de nossas áreas produtivas. Em plantios experimentais, os novos clones alcançaram 13 toneladas/hectare/ano, o que significa 30% mais celulose produzida em comparação com outras áreas plantadas de igual dimensão.

Além disso, em razão do foco no desenvolvimento tecnológico de materiais genéticos, estamos aptos a iniciar o plantio em áreas de climas mais secos, como no Piauí e no Maranhão. Investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones com alto potencial de adaptação, maior produtividade e resistência a doenças.

Detemos, desde 2006, o maior escopo de certificações florestais do mundo, que inclui ISO 14001, ISO 9001 e OHSAS 18001 e FSC.

Em janeiro de 2008, por meio de um projeto pioneiro no setor de papel e celulose, iniciamos estudos para ampliar a certificação FSC para as áreas do *Programa de Fomento de Madeira*. Nosso objetivo é o de tornar os parceiros cada vez mais alinhados aos nossos objetivos de criação de oportunidades de emprego e renda, modernização das relações de trabalho e ampliação do conhecimento decorrente da troca de experiências. Foram recomendados três produtores participantes do *Programa de Fomento* para certificação FSC, com área total de 5 mil hectares, sendo 3,5 mil hectares com plantio de eucalipto, o que representa 6% do volume de fomento da Unidade Mucuri.

O controle dos impactos das atividades florestais sobre os recursos hídricos também é foco de atenção da Suzano. Nesse sentido, atuamos em duas linhas: qualitativa e quantitativa. A primeira inclui o monitoramento de parâmetros físicos, químicos e biológicos de alguns cursos d'água que atravessam nossas propriedades. Por possuímos grandes áreas de florestas nativas, essas

análises têm demonstrado que a água sai das propriedades com qualidade superior à da entrada. Já na linha quantitativa, integramos, assim como outras empresas, o Promab – Programa Microbacias, desenvolvido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), que tem como diretriz estudar o comportamento das microbacias com eucalipto em todo o País (são 18 no âmbito da iniciativa) – de maneira a também subsidiar as alterações e o aperfeiçoamento do manejo. Os resultados desses monitoramentos retroalimentam o manejo florestal, funcionando como indicadores para ajustes, quando necessários.

Nossas conquistas foram reforçadas em 2008 pelo aperfeiçoamento do plano estratégico da Unidade Florestal promovido pelo *Projeto ValorAção*. Por meio desse projeto, será possível aumentar ainda mais a eficiência na utilização dos recursos, com a produção de mais madeira na mesma área, menor utilização de agroquímicos e aumento da taxa de absorção de CO₂ por hectare plantado.

50

43,8

m³/hectare/ano é a produtividade média dos nossos plantios

Viveiro de mudas, em Mucuri (BA)

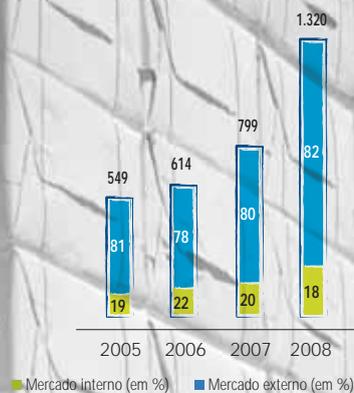


Unidade de Negócio Celulose

G R I
(2.8)

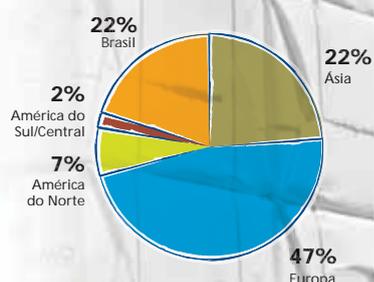
Vendas de celulose

mil toneladas



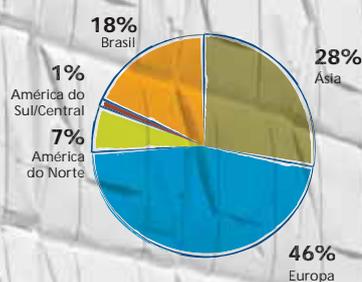
Destino das vendas de celulose 2007

Volume de vendas

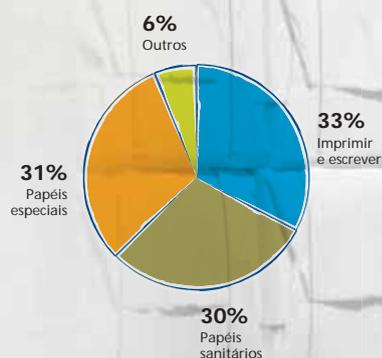


Destino das vendas de celulose 2008

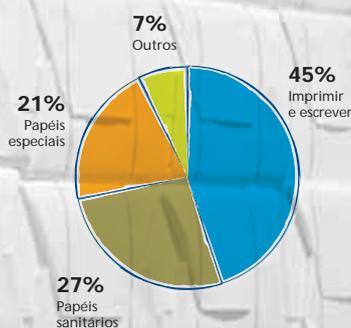
Volume de vendas



Vendas de celulose por segmento 2007



Vendas de celulose por segmento 2008



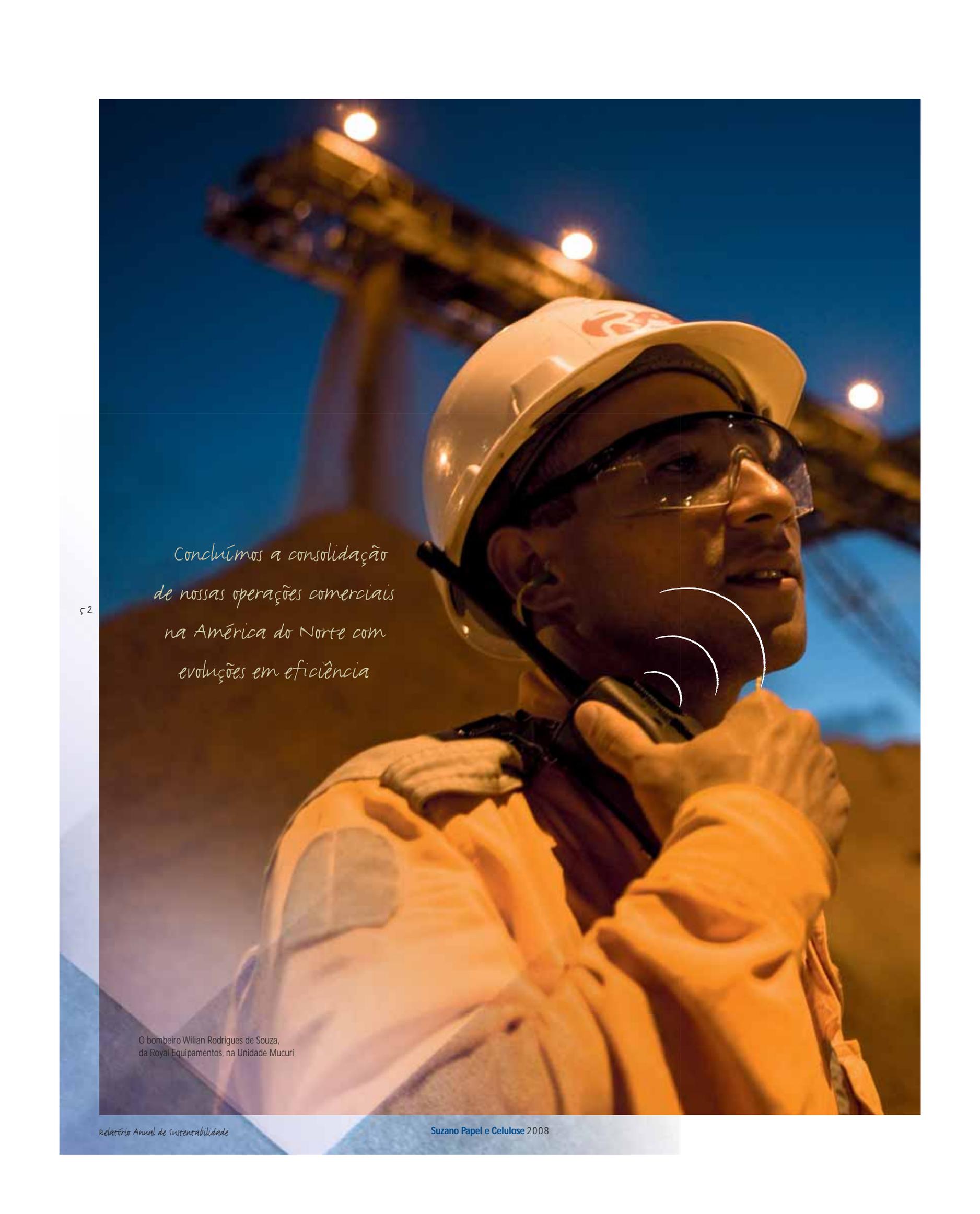
A Unidade de Negócio Celulose investiu, em 2008, na excelência do atendimento e na aproximação de seus clientes, fortalecendo sua estrutura organizacional e suas ações de marketing e relacionamento. Além disso, 2008 foi marcado pela conclusão da curva de aprendizado da Linha 2 de Mucuri, que atingiu pleno funcionamento em junho de 2008. A partir daí, ampliamos nossa produção de celulose em 84% em relação a 2007, totalizando 1,5 milhão de toneladas. Desse volume, a grande maioria foi comercializada por meio de acordos e contratos de longo prazo no Brasil e no exterior – principal característica da política comercial da Unidade de Negócio.

O mercado externo tem papel relevante nos resultados e os escritórios internacionais – Europa, Ásia e América do Norte – asseguraram a proximidade com o cliente final. Ao longo do ano, os escritórios passaram a contar com gerentes de Assistência Técnica, o que vai ao encontro do objetivo de oferecer soluções e suporte aos nossos clientes, otimizando os resultados da utilização de nossa celulose de fibra de eucalipto Suzano Pulp®.

Em razão dessas realizações e conquistas, a Unidade de Negócio registrou crescimento de 65,2% na venda de celulose, em relação a 2007. Mais de 80% desse volume foi exportado para a Europa, Ásia, América do Norte e América Latina.

Esse desempenho motivou a área de negócio a projetar metas de crescimento sustentável em 2009. Para alcançá-las, continuará direcionando o foco para a excelência do atendimento ao cliente e para a oferta de produtos competitivos e de qualidade.

O potencial do mercado de celulose no Brasil é promissor. Segundo dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), o País saltou da sexta para a quarta colocação no ranking dos produtores mundiais de celulose, com 12,9 milhões de toneladas produzidas em 2008. O volume superou os da Finlândia e da Suécia, que passaram a ocupar a quinta e a sexta posições, respectivamente.



*Concluímos a consolidação
de nossas operações comerciais
na América do Norte com
evoluções em eficiência*

52

O bombeiro Willian Rodrigues de Souza,
da Royal Equipamentos, na Unidade Mucuri

Unidade de Negócio Papel

G R I

(2.8)

Procurando oferecer produtos e serviços adequados às necessidades, nos dedicamos em 2008 à consolidação de nossa política comercial, por meio da qual nossos clientes são classificados em três níveis – Diamante, Esmeralda e Rubi –, segundo critérios de potencial de compra, solidez financeira, entre outros. Cada classificação apresenta diferente política de preços e pagamento, além de uma variedade de serviços oferecidos, o que possibilita atendimento adequado às necessidades de cada grupo.

Com o objetivo de avaliar a eficiência e a abrangência de nossos canais de distribuição na América Latina, desenvolvemos o projeto *Go to Market* (GTM). O estudo incluiu o mapeamento das necessidades e oportunidades dessa fatia do mercado. Em 2009, daremos continuidade ao processo, focando regiões prioritárias, para a elaboração de planos de melhorias, de forma a aperfeiçoarmos o nível dos serviços prestados e estendermos os resultados obtidos por toda a cadeia de valor.

Outra iniciativa do período foi o *Projeto Visão*, por meio do qual analisamos todos os nossos processos internos, do planejamento de vendas e administração de pedidos até o pagamento da fatura e a entrega dos produtos, nos mercados interno e externo. Já teremos em 2009 ganhos provenientes desse projeto, como melhorias nas operações de logística e nos níveis de serviço oferecidos. Por meio da elaboração de novas curvas de produção, adequadas às demandas dos clientes, a iniciativa também resultará em ganhos com o balanceamento de estoques e de armazenagem e fabricação de produtos.

53

Para ampliar nossa participação no exterior, onde buscamos crescimento sustentável nos principais mercados mundiais, concluímos a consolidação de nossas operações comerciais na América do Norte com significativa evolução na gestão. A diversidade dos funcionários é um de nossos diferenciais competitivos, potencializada pela forte integração e intercâmbio cultural, que proporcionam um melhor entendimento dos mercados em que atuamos.

Em 2008, alcançamos faturamento de cerca de R\$ 937 milhões, resultado de nossas exportações, demonstrando o significativo crescimento de nossas vendas no exterior. Em 2009, realizaremos a consolidação de nossas operações na Europa, visando à padronização do atendimento aos clientes e à concentração de toda a estrutura de venda de papel do continente sob uma única liderança.

Com o objetivo de agregar valor aos negócios de nossos clientes, trabalhamos ainda para estender a certificação FSC às cadeias de custódia das gráficas que utilizam nossos papéis. Essa certificação permitirá que os produtos finais – livros, cadernos, agendas e revistas, entre outros – sejam comercializados com o selo do *Forest Stewardship Council*, que atesta que a floresta que originou tal madeira foi gerenciada com base nas leis vigentes sendo realizada de forma ambientalmente correta, socialmente benéfica e economicamente viável. Sob nossa orientação, somada a treinamentos e incentivo financeiro, 22 gráficas conquistaram o selo em 2008 e 16 iniciaram o processo de certificação no período.

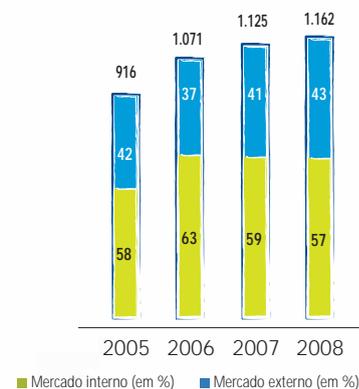
SPP-Nemo

A SPP-Nemo, nossa divisão especializada na distribuição de produtos gráficos no Brasil, possui 13 unidades comerciais e grande abrangência no mercado nacional. Ela também atua com produtos de outros fabricantes e foi a primeira distribuidora nacional a obter a certificação FSC. Graças a essa conquista, tornou-se pioneira em garantir o selo para toda a cadeia produtiva, dos fabricantes de celulose e papel à indústria gráfica. A SPP-Nemo possui também certificações nas normas ISO 9001 e 14001.

A Unidade Anchieta é ainda certificada pela norma SA 8000, relacionada ao cumprimento de requisitos rígidos em relação à responsabilidade social e ao engajamento de seus parceiros.

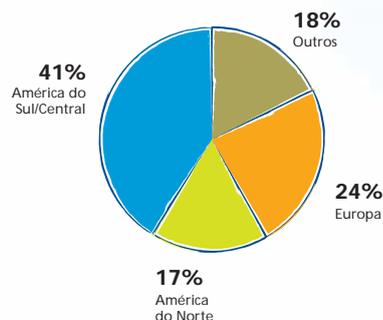
Vendas de papel

mil toneladas



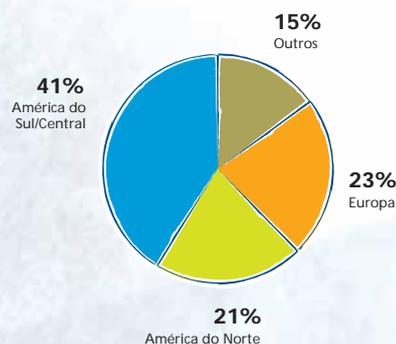
Exportação de papel 2007

Volume de vendas



Exportação de papel 2008

Volume de vendas





Donizette Ferraz Souza, colaborador da Unidade Mucuri (BA)

Produtos

Ainda na Unidade de Negócio Papel, adotamos práticas ambientalmente corretas, socialmente benéficas e economicamente viáveis, o que garante a certificação FSC para toda a nossa linha de papéis. Também investimos na inclusão social e na diminuição de resíduos urbanos com a produção de nosso papel reciclado, o Reciclato®. Dessa forma, contribuimos para reduzir o impacto sobre os aterros sanitários e para incentivar a profissionalização das 80 cooperativas de catadores com as quais trabalhamos.

No ano, também ampliamos nossa linha de produtos inovadores, com o lançamento do Report Carbono Zero®, o primeiro papel fabricado no Brasil em escala industrial que compensa a emissão de gases de efeito estufa durante o processo produtivo, por meio da recuperação de florestas nativas. Com o mesmo conceito, lançamos na Inglaterra o Report Carbon Neutral®, cuja produção e transporte para toda a Europa também tem seus efeitos neutralizados. Em parceria com o maior fabricante europeu de envelopes, a SAM/Grupo Tompla, lançamos também o Envelope Paperfect®, uma linha Premium com certificação FSC. Outra novidade foi o Report® ColorLok, que tem como diferencial a qualidade, principalmente em impressões jato a tinta.

Em nossas linhas de produtos, destacaram-se também o TP Pharma®, um papelcartão de alto desempenho para atender ao mercado farmacêutico; o Report® Senninha, que tem parte da venda revertida ao Instituto Ayrton Senna, responsável pelo atendimento de 650 mil crianças; e a marca Paperfect®, que é sinônimo de alta qualidade em papéis *offset* não revestidos nos principais mercados do mundo. Desenvolvidos em sintonia com nosso compromisso de fabricar produtos de maior valor agregado, com tecnologias de ponta e que antecipem as necessidades dos nossos clientes, os lançamentos do ano foram responsáveis por 16% das vendas de papel em 2008.

80

cooperativas de catadores fazem parte da cadeia do papel Reciclato®



Logística

Na área de Logística, mantemos, assim como a maior parte das empresas, perfil híbrido de fornecedores: 50% da frota de transportadoras terceirizadas e 50% de autônomos e agregados, o que significa cerca de mil caminhões direcionados à operação – que envolve ainda 90 destinos de exportação, entre países e portos, e 18 mil contêineres exportados anualmente.

Sob essa estrutura, registramos avanços importantes em 2008. Um deles foi a adoção do *Projeto Cecol* – Centro de Controle de Operações Logísticas, em Mucuri (BA), para equacionar o transporte de matérias-primas e produtos acabados na Unidade, intensificado em razão do aumento do fluxo pela entrada em operação da Linha 2. Essa iniciativa imprimiu mais qualidade e produtividade ao processo, em virtude da redução de filas e da ampliação da agilidade nos embarques e desembarques.

Do ponto de vista socioambiental, também houve ganhos relevantes, na medida em que os motoristas permanecem menos tempo à espera dos carregamentos e, portanto, os motores também ficam ligados por um período mais curto. Além disso, o projeto incluiu a construção de instalações adequadas – com ar-condicionado e luz inteligente – para o descanso desses transportadores, o que é fator relevante na redução do número de acidentes.

Também para aperfeiçoar o nível dos nossos serviços, adotamos o *Projeto Visão*, que mapeia todo o processo de distribuição, da colocação do pedido à entrega do produto. Por meio dessa iniciativa, medimos a necessidade dos clientes, o custo dos processos e o nível do serviço, o que nos permitiu obter ganhos de roteiros e redução de frete, além da identificação de uma série de oportunidades nas quais pretendemos investir em 2009.

56

João Batista Caland Júnior e Eduardo Magnago (camisa branca), no Escritório de Teresina (PI); ao lado, embarque de celulose no Porto Portocel de Aracruz (ES)





Os escritórios da Suzano (da esquerda para a direita, no sentido horário) na China, nos EUA e na Suíça e nossas subsidiárias na Inglaterra e na Argentina



18

mil contêineres são exportados anualmente para 90 destinos diferentes, entre países e portos

Outra ação que concluímos no exercício foi a centralização de nossos armazéns paulistas em uma única instalação – antes eram nove –, localizada próxima à cidade de Suzano (SP), onde concentramos 80% dos nossos produtos acabados. Além de redução de custos e ganhos de agilidade, a medida contribuiu para diminuir o fluxo de veículos – e consequentemente de emissão de carbono – na cidade de São Paulo. Para 2009, planejamos também armazenar no local parte de nossas matérias-primas e insumos.

Dedicamo-nos ainda a estudar formas de mitigar os impactos do transporte de nossos produtos ao meio ambiente. Fruto dessas análises, o papel Report Carbono Zero® já tem a totalidade de sua emissão de carbono neutralizada. As exportações desse produto já consideram os poluentes do transporte por caminhões e navios, que são neutralizados no Brasil.



Área de plantio de eucalipto em Mucuri (BA)

58

excelência

Encerramos 2008
com **recorde** de
produção de
2,7 milhões de
toneladas e recorde
de vendas de
2,5 milhões de
toneladas de papel e
celulose de mercado

Resultado econômico-financeiro

Apesar do ambiente econômico adverso, encerramos o exercício com recorde de produção de 2,7 milhões de toneladas e recorde de vendas de 2,5 milhões de toneladas de papel e celulose de mercado. Nosso faturamento líquido atingiu R\$ 4,1 bilhões em 2008, 19,2% superior ao ano anterior. Registramos novo recorde de EBITDA de R\$ 1,5 bilhão, superando em 42% o montante do ano anterior, e nossa margem foi de 36%, ou 5,8 p.p. superior ao resultado de 2007. Encerramos o ano com R\$ 2,2 bilhões em caixa, um saldo 62% superior ao do ano anterior. Entretanto, em razão da forte desvalorização do Real, o impacto da variação cambial no montante de dívida em moeda estrangeira ocasionou um prejuízo contábil de R\$ 451 milhões. A relação dívida líquida/EBITDA foi de 3,7.

O ano de 2008 foi marcado pela reversão rápida e de grande magnitude, a partir do terceiro trimestre, do cenário econômico que prevaleceu nos últimos anos. As perdas dos sistemas financeiros nos Estados Unidos e na Europa, iniciadas com o colapso do mercado de hipotecas, causaram a séria crise de confiança e o sentimento de aversão a riscos que drenaram a liquidez dos mercados, forçando uma onda de consolidação ou estatização de bancos, empresas seguradoras e de crédito imobiliário. A escassez de crédito foi o mecanismo de transmissão por meio do qual a crise financeira provocou, logo em seguida, a desaceleração das economias reais em todo o mundo.

O movimento de apreciação do Dólar em relação às moedas dos principais países produtores e consumidores de celulose (dentre estas, o Real foi a que mais se desvalorizou em 2008), aliado à sensível retração dos níveis de atividade nas principais economias compradoras do produto, contribuiu para a queda dos preços médios, denominados em dólares, de celulose no mercado internacional.

No Brasil, os efeitos da maior aversão a riscos foram sentidos, e a longa trajetória de apreciação do Real foi interrompida a partir do mês de setembro. A taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano atingiu a cotação de R\$ 2,34/US\$ em 31 de dezembro de 2008, com depreciação de 31,9% do Real em relação ao Dólar no ano.

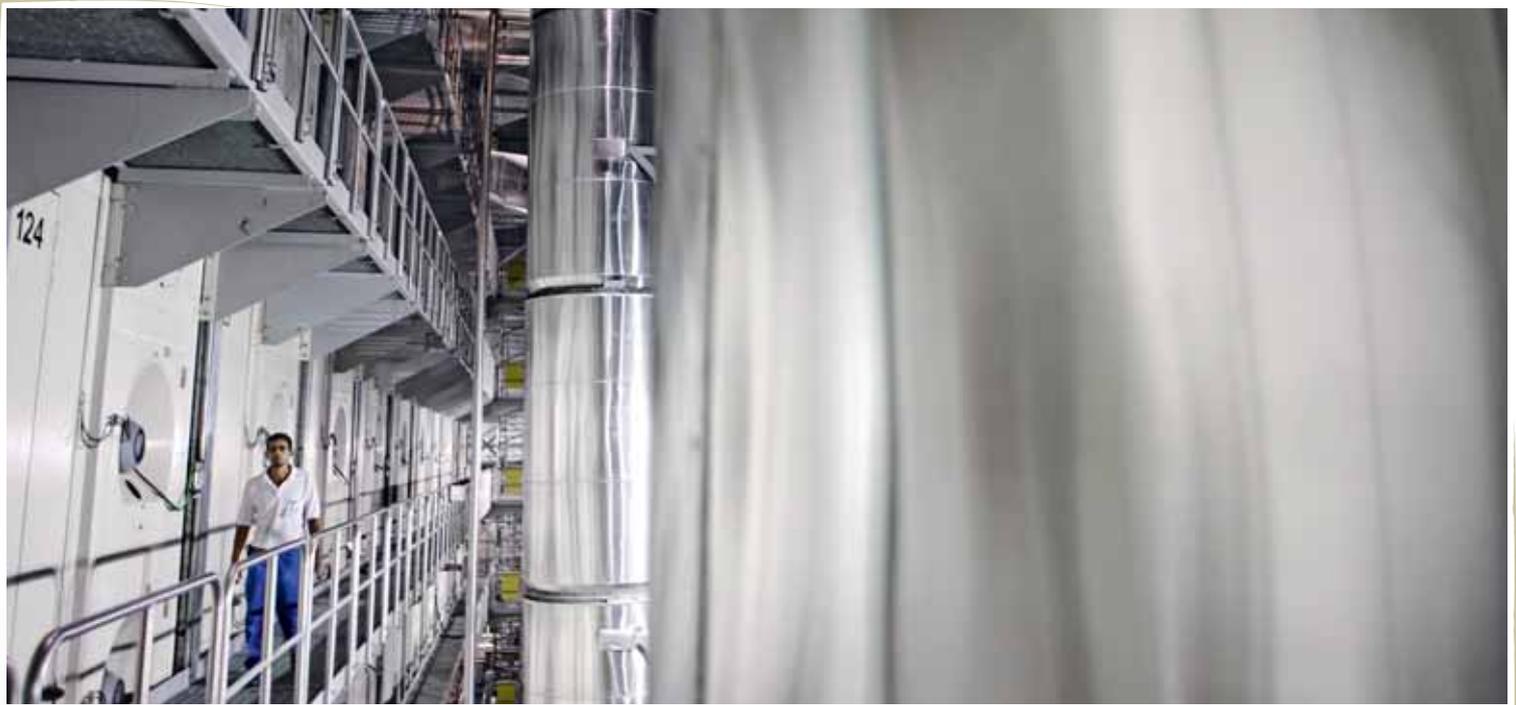
O cenário de desaceleração econômica global traz grandes desafios e oportunidades para a Companhia, que por um lado poderá se beneficiar da depreciação do Real e da queda de preços de insumos e, por outro, poderá enfrentar pressões sobre preços e volumes de vendas.

Base para Elaboração dos Resultados

As informações operacionais e financeiras da Companhia são apresentadas com base em números consolidados em reais, conforme a Legislação Societária, e já contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Para efeitos de comparação, as informações deste Relatório referem-se às variações em relação ao ano de 2007, também ajustado conforme a Lei nº 11.638/07, exceto onde especificado de outra forma. A Lei nº 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº 449/08, tem como principal objetivo proporcionar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para aquelas constantes das normas contábeis internacionais, que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB.

Receita Líquida

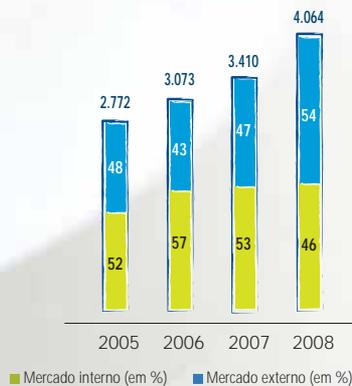
Em 2008, nossa receita líquida atingiu recorde de R\$ 4,1 bilhões, 19,2% superior ao exercício de 2007. Neste período, tivemos o maior volume histórico de vendas de celulose da Companhia: 1,3 milhão de toneladas, 65,2% superior a 2007, em razão dos novos volumes de produção oriundos da nova linha de Mucuri (Linha 2) e também do recorde nas vendas de papel, cerca de 1,2 milhão de toneladas, 3,2% superior a 2007. O mercado externo foi responsável por 54,4% da receita líquida de vendas, com R\$ 2,2 bilhões, em comparação aos 46,7% registrados no ano anterior. Esse aumento é explicado pelo crescimento acentuado de celulose no volume comercializado no exterior em decorrência da entrada em operação da Linha 2 em Mucuri.



Wagner Menezes de Oliveira, na Unidade Mucuri

Receita líquida

R\$ milhões



Vendas de Celulose

Alcançamos o maior volume de vendas de celulose da história da Companhia: 1,3 milhão de toneladas em 2008, cuja receita líquida foi de R\$ 1,5 bilhão, 64,8% superior ao registrado em 2007. Nosso preço médio líquido de venda no mercado internacional atingiu US\$ 639/tonelada em 2008, comparado a US\$ 609/tonelada em 2007.

O volume exportado de celulose atingiu 82,5% do total, em comparação a 79,8% em 2007. Considerando as vendas no mercado interno e mercado externo, tivemos um preço líquido médio em reais de R\$ 1.166/tonelada, em linha (-0,2%) com o praticado em 2007, reflexo do aumento do preço líquido médio em Dólar de 5,9% e da valorização de 5,8% do Real em relação ao Dólar médio.

Vendas de Papel

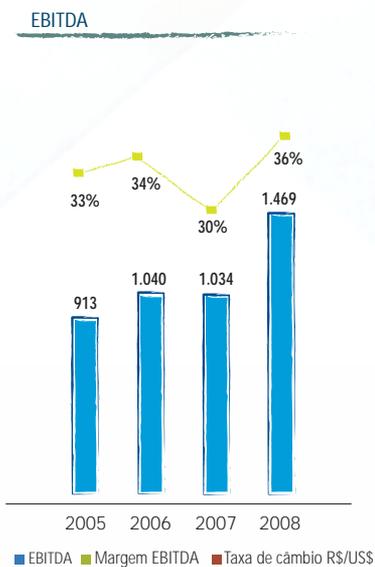
Atingimos recorde de vendas de papel em 2008: 1,2 milhão de toneladas, que gerou receita líquida de R\$ 2,5 bilhões em 2008, aumento de 2,7% em comparação a 2007. O preço líquido médio em reais foi de R\$ 2.173/tonelada, apresentando ligeira queda (-0,5%) em comparação a 2007. No mercado interno, tivemos um preço líquido médio de papel de R\$ 2.413/tonelada, representando uma redução de 0,5% com relação ao ano anterior. No preço líquido médio do mercado externo, tivemos um incremento de US\$ 74/tonelada. Em reais, o preço líquido médio das exportações atingiu R\$ 1.861/ tonelada, 1,5% superior ao ano anterior.

Composição da receita líquida 2008 x 2007



EBITDA Ajustado

Um novo recorde de geração de caixa, medido pelo EBITDA, foi atingido em 2008, R\$ 1,5 bilhão (US\$ 800 milhões), aumento de 42,1% em comparação a 2007. A margem EBITDA em 2008 alcançou 36,2%, ou 5,8 p.p acima da margem registrada em 2007. Essa forte geração de caixa, aliada à considerável disponibilidade de recursos em caixa e linhas de crédito de médio e longo prazos, assegurarão uma base sólida para os investimentos de nosso próximo ciclo de crescimento.



62

Lucro Líquido

Em razão da forte desvalorização do Real, de 31,9%, o impacto da variação cambial no montante de dívida em moeda estrangeira ocasionou um prejuízo contábil de R\$ 451 milhões, comparado ao lucro de R\$ 537 milhões no exercício de 2007. A variação cambial afetou o resultado e o nível de alavancagem, porém com efeito caixa somente nos vencimentos ou amortizações da dívida.

Fluxo de Caixa e Dívida

Em 31 de dezembro de 2008, a dívida líquida consolidada era de R\$ 5,5 bilhões, o que representa uma relação de 3,7 vezes a geração de caixa no período (medida pelo EBITDA). Esse aumento deveu-se, sobretudo, ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólares, em razão da forte desvalorização do Real (31,9%) no ano de 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

Entre os principais eventos que contribuíram para o aumento do endividamento nominal, além da já referida variação cambial sobre a dívida em dólares, estão: os desembolsos para o pagamento de investimentos operacionais; e as despesas financeiras líquidas. Por outro lado, contribuiu para a redução do endividamento o crescimento da geração de caixa no período, medida pelo EBITDA.

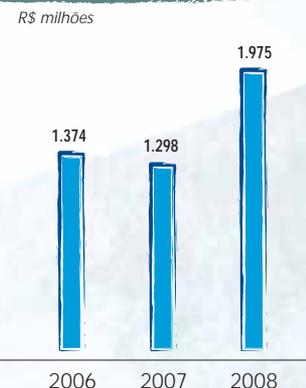
Mantivemos as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo em nível elevado ao longo do ano, e encerramos o exercício de 2008 com saldo robusto de R\$ 2,2 bilhões, comparado a R\$ 1,3 bilhão em 2007.

Valor Adicionado

G R I
(EC1)

Por meio de nossa atuação e com nossos projetos de crescimento, criamos e distribuímos valor para diversos setores da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do País. Em 2008, o valor adicionado total gerado por nossa Companhia aumentou 52% em relação ao ano anterior, alcançando, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões.

Valor adicionado consolidado



Investimentos

Em 2008, foram investidos R\$ 483 milhões dos quais cerca de 30% foram direcionados para os projetos de crescimento.

A partir da esquerda, vista aérea da fábrica de Mucuri; cena típica do Maranhão e do Piauí; Eduardo Mello, no Centro de Tecnologia Florestal, em Itapetininga, São Paulo



Projeto Mucuri: Linha 2

A conclusão do projeto Mucuri nos levou a uma produção recorde de celulose em 2008. Como previsto, finalizamos, no mês de junho, a curva de aprendizado da Linha 2, a qual havia iniciado a produção em agosto de 2007. Com isso, atingimos cerca de 86 mil toneladas de produção mensal de celulose e, no ano, o volume total desta linha foi de 870 mil toneladas. A Linha 2 de Mucuri elevou a capacidade de produção de celulose de mercado da Companhia ao novo patamar de 1,7 milhão de toneladas/ano a partir de 2009.

Novo ciclo de crescimento

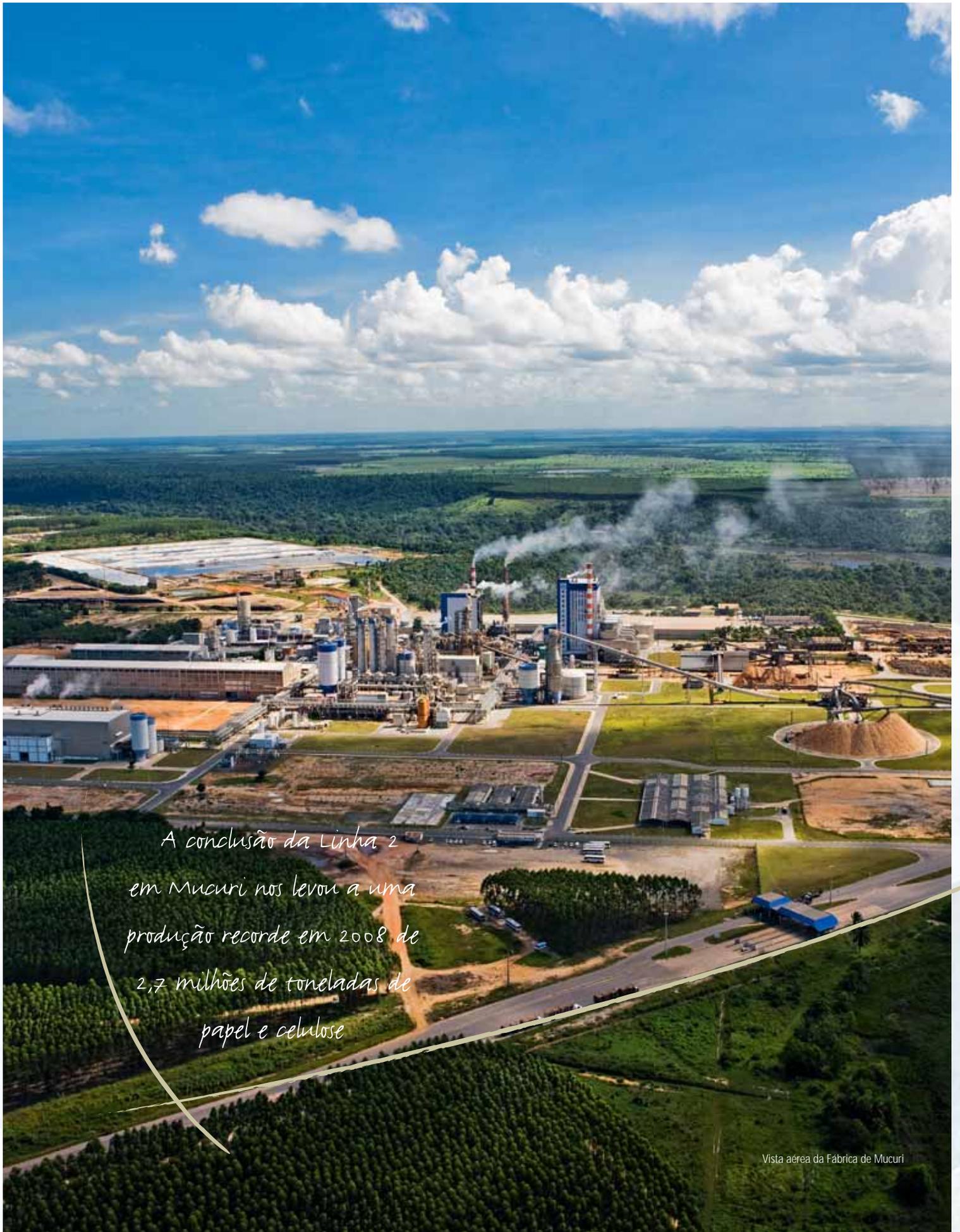
Todo o planejamento e o conhecimento sobre onde pretendemos chegar, assim como os estudos sobre as melhores formas para alcançar nossos objetivos, qualificaram-nos a divulgar no período nossa estratégia para um novo ciclo de crescimento. Ele prevê duas novas unidades industriais – no sul do Maranhão e no Piauí – e uma terceira ainda sem local e data de implantação definidos. Assim, aspiramos alcançar, na próxima década, uma produção de 7,2 milhões de toneladas/ano de papel e celulose. Se levarmos em conta somente o total da nossa produção futura de celulose, isso representará cerca de 10% da celulose do mercado mundial.

A escolha do Maranhão e do Piauí para sediarem as unidades considerou mais do que o grande potencial de ambos para o cultivo florestal. Ela foi fruto de um trabalho iniciado em 2004, o *Projeto Bandeirante*, de mapeamento, em todo o País, de regiões mais adequadas para a expansão. O resultado

foi a seleção de 21 localidades, que em 2005, em um projeto ampliado, passaram por análise mais aprofundada, com novas premissas, além das florestais. Foram avaliados também aspectos socioambientais, como IDH dos municípios do entorno e os tipos de culturas temporárias e perenes mantidos, para que as operações das novas unidades não provocassem impactos nocivos ao perfil agrícola.

Em 2007, esse trabalho convergiu para o *Projeto Grandis* – de suporte ao ciclo de crescimento da Suzano por meio de uma visão ampliada de todos os impactos das operações –, que vigorou até meados de 2008, quando foram definidas as duas regiões.

No Maranhão, nossa base florestal inicial será instalada em parceria com a Vale, por meio dos plantios de eucalipto do *Programa Vale Florestar*, no Pará, e da aquisição de ativos florestais da empresa, além de plantios próprios e de outros produtores locais, na forma de fomento e parcerias. No Piauí, a base florestal será composta por aproximadamente 70% de plantio próprio em áreas de florestas e 30% de outros produtores locais, por intermédio de programas de fomento e parcerias florestais. Desde a década de 1980, investimos em pesquisa e desenvolvimento de material genético para a formação de base florestal na região, que possui clima mais seco, o que nos permitirá alcançar competitividade e produtividade comparáveis às obtidas nas demais áreas onde atuamos. Nosso projeto de expansão demandará investimentos da ordem de US\$ 6,6 bilhões, dos quais US\$ 700 milhões correspondem à formação florestal.



*A conclusão da Linha 2
em Mucuri nos levou a uma
produção recorde em 2008 de
2,7 milhões de toneladas de
papel e celulose*

Vista aérea da Fábrica de Mucuri

Mercado de capitais

Nosso capital social é representado por 107.821.512 ações ordinárias (SUZB3) e 206.660.984 ações preferenciais (SUZB5 e SUZB6), totalizando 314.482.496 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Desse total, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía 2.368.002 ações preferenciais e 5.428.955 ações ordinárias em tesouraria. No fim de 2008, as ações preferenciais SUZB5 estavam cotadas a R\$ 12,09. Os papéis da Companhia integram o Nível 1 de governança corporativa e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa.

Nossas ações apresentaram, em 2008, desvalorização de 57% ante desvalorização de 40% do Ibovespa e de 42% do IBRX-50. Tal movimento decorreu, principalmente, do quadro de enxugamento da liquidez internacional e crescente aversão ao risco acarretado pela crise financeira no segundo semestre de 2008, que levou à fuga de capital dos mercados de renda variável e à saída de parte do capital estrangeiro anteriormente investido no Brasil. Somou-se a isso a mudança das condições de mercado de celulose, com reduções de preço em razão da queda na demanda internacional. Por causa desse quadro, nosso valor de mercado totalizou R\$ 3,7 bilhões, em comparação aos R\$ 9 bilhões no fim do ano de 2007.

No ano de 2008, registramos uma média de 559 negócios ao dia e volume médio diário de R\$ 12 milhões. O *free float* em 2008 atingiu 46,3% do total das ações.

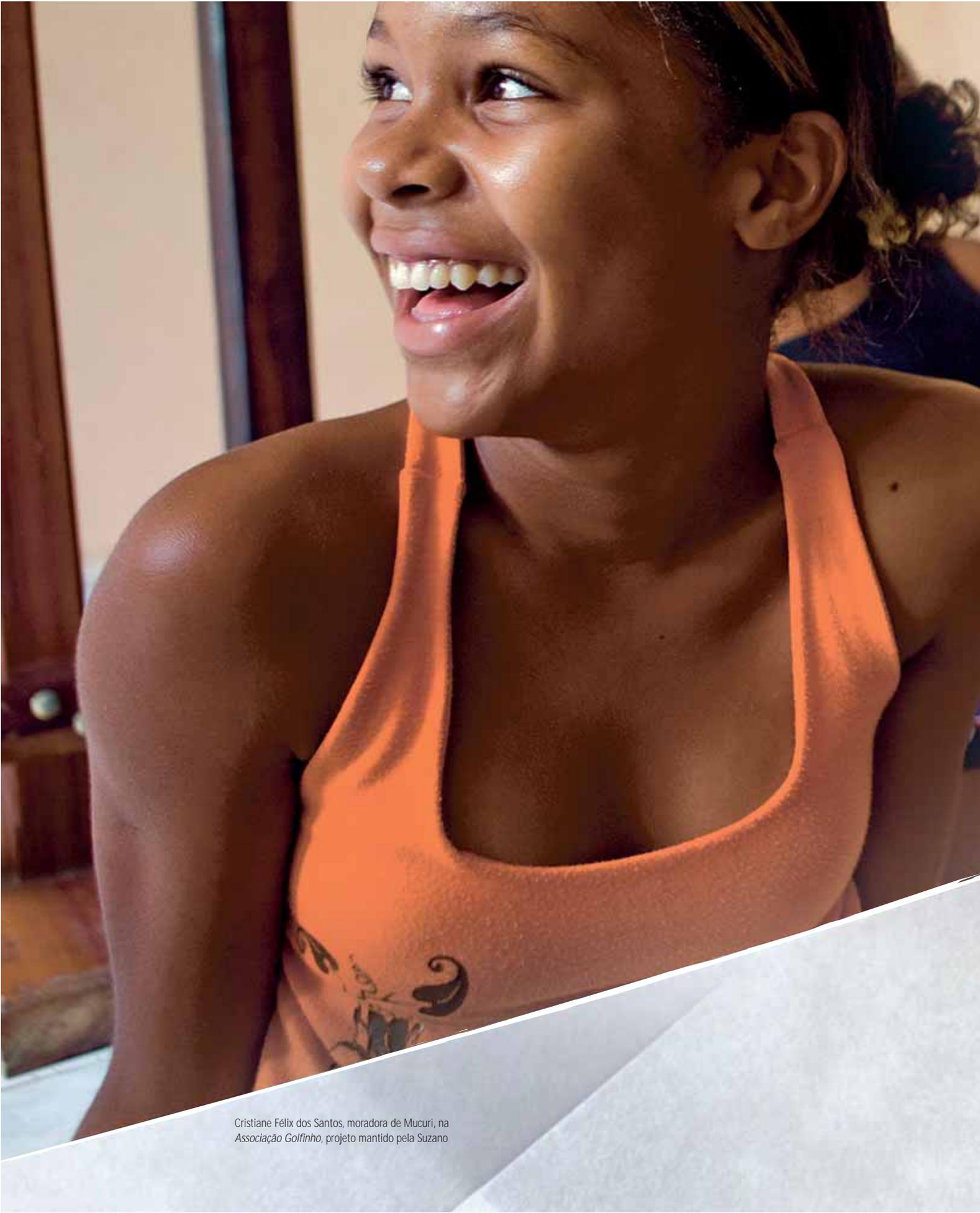


Acima, Leonardo Grimaldi e Fábio de Freitas Ferreira, abaixo, Fatima Regina Martins Euzebio, do Escritório São Paulo

DISPERSÃO ACIONÁRIA (número de acionistas por faixa de ativos)

Faixas de ações	2006		2007		2008	
	Número de acionistas	Quantidade de ações	Número de acionistas	Quantidade de ações	Número de acionistas	Quantidade de ações
Mais de 5,0 milhões de ações ⁽¹⁾	13	221,3	14	203,7	17	215,0
De 2,0 milhões até 4,99 milhões	9	29,5	12	37,9	10	29,3
De 1,0 milhão até 1,99 milhão	13	18,7	12	17,0	12	17,9
De 500 mil até 0,99 milhão	17	12,2	23	14,7	22	14,9
De 200 mil até 499 mil	51	15,1	58	18,0	52	15,4
De 50 mil até 199 mil	112	11,0	132	13,9	126	12,9
De 10 mil até 49 mil	182	3,9	274	6,4	274	6,2
De 100 até 9,9 mil ações	2.096	2,7	2.394	2,8	2.465	2,9
Abaixo de 100 ações	1.027	0,1	1.031	0,0	1.114	0,0
Total	3.520	314,5	3.950	314,5	4.092	314,5

⁽¹⁾ inclui as 6.438.538 ações em tesouraria



Cristiane Félix dos Santos, moradora de Mucuri, na Associação Golfinho, projeto mantido pela Suzano



envolvimento

Nossas **relações**
com o público
interno, clientes,
comunidades e
sociedade em geral
são pautadas pelo
respeito, atenção
e **dignificação**
humana

Encerramos 2008 com 3.540 colaboradores, que representam nosso principal diferencial competitivo, tanto para a busca de crescimento e bons resultados como para a manutenção de relacionamentos saudáveis com os demais públicos de interesse. Em continuidade ao *Projeto RH de Alta Performance*, iniciado em 2007 e responsável pelo novo modelo de estruturas e processos de trabalho da área de Recursos Humanos, nos empenhamos em oferecer aos colaboradores recursos para o crescimento profissional e pessoal, além de um ambiente seguro de trabalho. Para isso, em 2008, a área de Recursos Humanos desenvolveu importantes iniciativas, como a consolidação do programa de segurança *Acidente Zero* e a revisão de cargos e salários dos colaboradores. O projeto de revisão atendeu a uma demanda dos nossos colaboradores e consistiu na revisão da estrutura, na atualização e reavaliação de cargos, na revisão da política salarial, resultando no enquadramento na faixa salarial, quando necessário.

Em linha com o objetivo estratégico de transformar a Empresa em um lugar cada vez melhor para se trabalhar, a Diretoria de Recursos Humanos introduziu projetos corporativos, atendendo às oportunidades de melhorias identificadas na *Pesquisa de Clima Organizacional*, ciclo de 2007. As principais ações do plano corporativo tiveram início no primeiro semestre de 2008, como o *Programa Qualidade de Vida*, revisado e ampliado. Ele tem como base quatro pilares: saúde – no âmbito da prevenção – e os aspectos de cultura e de lazer, mente e relacionamentos. Além disso, foi desenvolvido também o *Programa de Desenvolvimento da Liderança*, com treinamento de todos os gestores sobre temas como EVA, *Feedback* e Gestão de Times de Alta Performance, o que reforça as ações de fortalecimento da cultura do *feedback*. A criação do cargo de consultor executivo marcou a adoção da Carreira Técnica, que, em conjunto com o lançamento do *Programa de Reconhecimento*, concluiu o *Projeto Crescimento Profissional*, de valorização e reconhecimento da especialidade técnica e dos comportamentos dos colaboradores que reforçam as competências e os valores da Suzano.

Nosso objetivo é o de aprimorar o clima organizacional, zerar o número de acidentes nas unidades e reforçar as oportunidades de aperfeiçoamento profissional e implementar melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores.

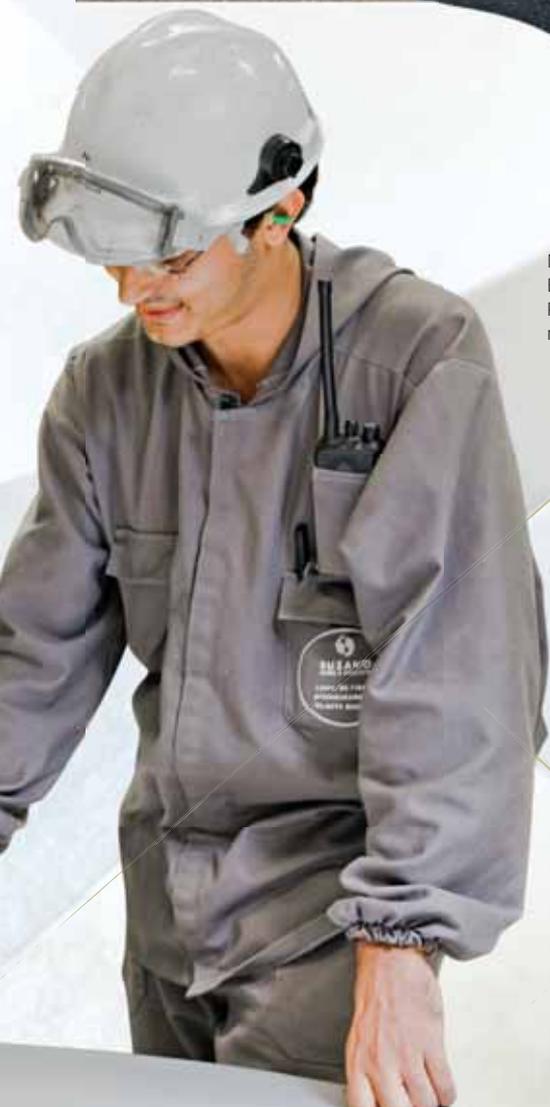
Em setembro contratamos um novo diretor de Recursos Humanos, que se dedicou durante um mês a conhecer a Companhia, em um processo cuidadoso de integração, com visitas às nossas unidades para conhecer a cultura e identificar oportunidades de melhoria na gestão de pessoas. O executivo também realizou entrevistas de imersão com mais de 200 colaboradores de todos os níveis hierárquicos, identificando os pontos fortes da Suzano e as oportunidades de aperfeiçoamento. Os profissionais destacaram o orgulho de trabalhar na Empresa, a segurança, a solidez e a estabilidade que oferecemos, nossa credibilidade e ética, além de diferenciais como inovação, pioneirismo e competitividade.

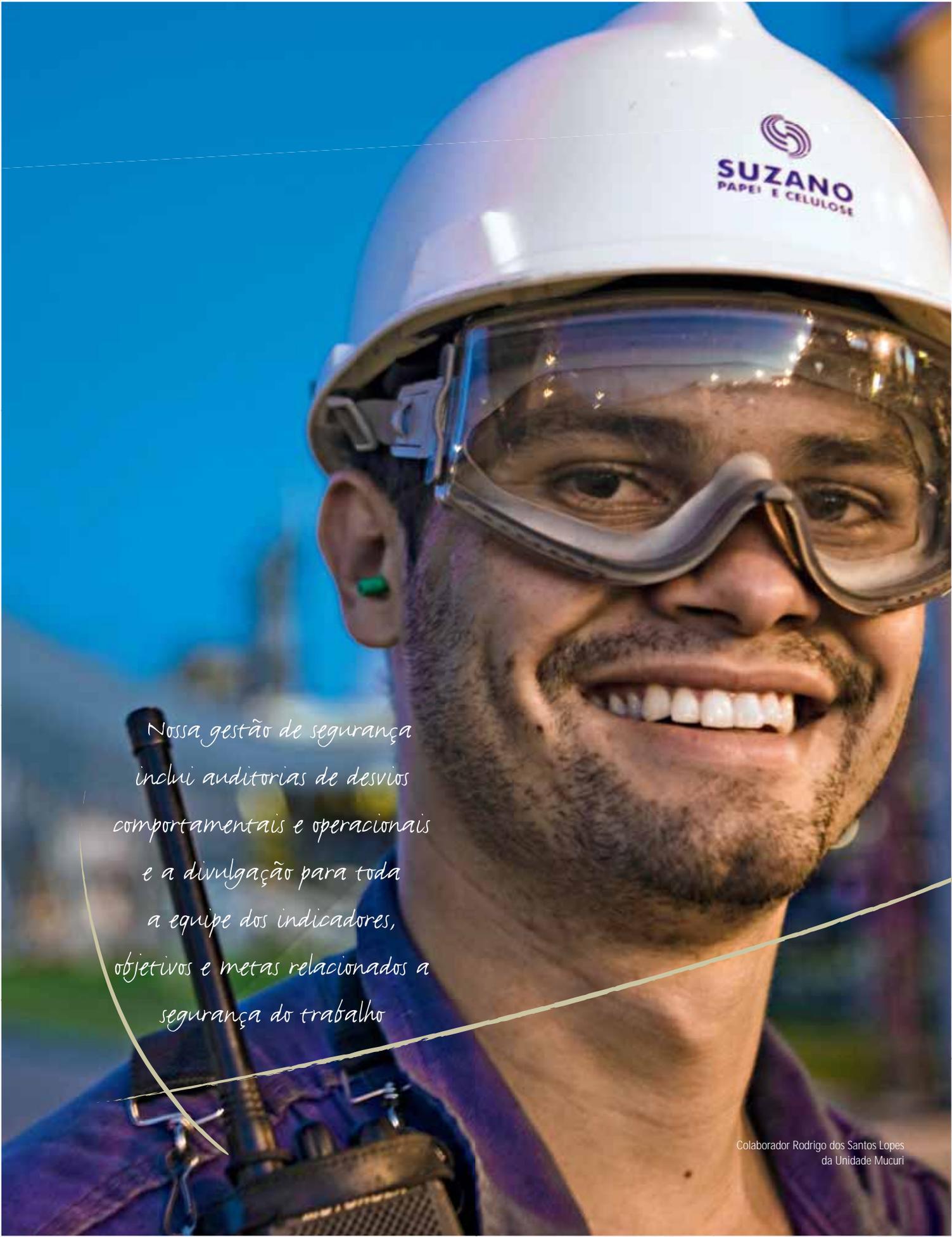




No alto, Alessandra Mara dos Santos e Bruna Giacomini Bof; ao lado, Fábio França Passos e Pablo Nico Fernandes (de capacete), na sala de controle da Unidade Mucuri

Nossos colaboradores representam nosso principal diferencial competitivo, tanto para a busca de crescimento e bons resultados como para a manutenção de relacionamentos saudáveis com os demais públicos de interesse





*Nossa gestão de segurança
inclui auditorias de desvios
comportamentais e operacionais
e a divulgação para toda
a equipe dos indicadores,
objetivos e metas relacionados a
segurança do trabalho*

Colaborador Rodrigo dos Santos Lopes
da Unidade Mucuri

70

Cientes de que o capital humano é um dos nossos principais ativos, adotamos em 2007 o programa *Acidente Zero*, que, em 2008, nos possibilitou alcançar níveis mundiais nas melhores práticas em segurança do trabalho. A taxa de acidentes com afastamento foi 75% menor do que no exercício anterior. Os resultados foram alcançados por meio do comprometimento de todos os colaboradores com nossa Política de Responsabilidade Social, Saúde e Segurança, que segue padrões reconhecidos internacionalmente e é certificada pela norma OHSAS 18001.

Com o objetivo de zerar o número de acidentes, buscamos a conscientização dos funcionários sobre a importância de adotar comportamento 100% seguro, por meio de treinamentos de sensibilização. Em janeiro, unificamos nosso Sistema de Segurança e Saúde

100% de nossos colaboradores estão representados em Comitês formais de saúde e segurança

Ocupacional (SSO) com a inclusão das Unidades Florestais, o que aumentou a eficiência de nossas ações corporativas. Lançamos também a campanha *Sua Segurança Dentro e Fora da Empresa – Edição Trânsito*, com ações nas três unidades industriais de São Paulo.

Nossa gestão de segurança inclui ainda auditorias de desvios comportamentais e operacionais e do SSO – com a participação de representantes dos funcionários –, e a divulgação para toda a equipe dos indicadores, objetivos e das metas relacionados a segurança no trabalho. De acordo com a norma NR 5 (Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho), 100% de nossos colaboradores estão representados em Comitês formais de saúde e segurança, ligados a Subcomitês de segurança existentes em cada área da Empresa. Mantemos ainda acordos formais de segurança e saúde com os sindicatos, por meio de Acordo Coletivo que assegura aos nossos colaboradores, entre outras práticas, o uso de equipamentos de proteção individual e o direito de se recusarem a trabalhar em condições inseguras. Todos os funcionários estão abrangidos em acordos de negociação coletiva.

Para contribuir com a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores e proporcionar a eles um ambiente propício para o desenvolvimento profissional, apresentamos, em *workshops* ocorridos em abril e maio, o *Programa Viver Suzano*, de consolidação das práticas de gestão de pessoas, e as iniciativas e os benefícios previstos para melhorar o dia a dia das equipes. Para isso, estimulamos a participação em programas de promoção da saúde, como ginástica laboral, vacinação e campanhas. Na cidade de Suzano, inauguramos ainda uma academia, aberta a todos os colaboradores. Os planos de exercícios são personalizados e planejados por especialistas, garantindo que os participantes possam se exercitar com segurança. De agosto a setembro, realizamos a *Semana de Qualidade de Vida* com o objetivo de fortalecer os quatro pilares sobre o *Programa de Qualidade de Vida – Saúde, Relacionamento, Mente e Cultura –*, possibilitando aos colaboradores vivenciarem e internalizarem o conceito de que cada um é responsável por suas escolhas e, portanto, por sua qualidade de vida.

71

SAÚDE E SEGURANÇA^(*)

		2006	2007	2008	
LA7	Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	Taxa de frequência de acidentes	11,88 ⁽¹⁾	9,62 ⁽¹⁾	4,97 ⁽¹⁾
		Taxa de dias perdidos	122 ⁽²⁾	54,12 ⁽²⁾	31,02 ⁽²⁾
		Taxa de absenteísmo	1,2%	1,1% ⁽³⁾	1,1% ⁽³⁾
		Número absoluto de óbitos	0	0	0

(*) Nosso registro segue a NBR 14.280.

(1) Acidentes com e sem afastamento – próprios mais empresas prestadoras de serviço. Os dados incluem pequenas lesões.

(2) Só acidentes (não inclui dias debitados) – próprios mais empresas prestadoras de serviço.

(3) Considerando todas as ausências no ano.

SAÚDE E SEGURANÇA POR UNIDADE

		Taxa de frequência com afastamento	2006	2007	2008
LA7	Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos (nº de acidentes por milhão de horas trabalhadas)	Suzano	0,17	0,16	0,33
		Rio Verde	0,00	0,00	0,00
		Mucuri	0,72	0,47	0,19
		Embu ^(*)	-	-	0,00
		UNF BA/MG			0,17
		UNF SP/MA	4,68	1,80	0,39
		SPP ^(*)	-	-	0,00
		ESP ^(*)	-	-	0,00
		Consolidado	2,32	0,93	0,23
				Taxa de frequência sem afastamento	2006
		Suzano	15,60	9,06	6,23
		Rio Verde	23,16	11,94	8,11
		Mucuri	11,74	16,15	6,16
		Embu ^(*)	-	-	5,03
		UNF BA/MG			2,07
		UNF SP/MA	3,45	4,32	5,12
		SPP ^(*)	-	-	0,00
		ESP ^(*)	-	-	0,00
		Consolidado	9,56	8,70	4,74
				Taxa de dias perdidos	2006
		Suzano	11	0	64
		Rio Verde	0	0	0
		Mucuri	55	26	4
		Embu ^(*)	-	-	0
		UNF BA/MG			23
		UNF SP/MA	237	113	53
		SPP ^(*)	-	-	0
		ESP ^(*)	-	-	0
		Consolidado	122	54	31

ESP = Escritório São Paulo

* Medições nessas unidades passaram a ser feitas em 2008.

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA RELACIONADOS A DOENÇAS GRAVES^(*)

		Educação/ Treinamento ^(**)		Aconselhamento		Prevenção/ Controle de risco		Tratamento/ Assistência Médica	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
LA8	Programas de assistência a doenças graves	Contemplados pelos programas		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
		Trabalhadores	X			X	X	X	
		Famílias dos trabalhadores		X	X	X	X	X	
		Membros da comunidade		X	X	X	X	X	

* Nossos trabalhadores não estão envolvidos em atividades ocupacionais com alta incidência ou alto risco de doenças específicas.

** Os programas de educação e treinamento destinados aos colaboradores abrangem, entre outros, os *Diálogos Semanais de Segurança*, a *SIPAT* e a *Semana da Qualidade de Vida*.



Nossos colaboradores e o público externo têm à sua disposição uma Ouvidoria cuja atuação é confidencial, de forma a garantir o sigilo do solicitante

José Roberto de Assis, colaborador da Unidade Embu

Organização e gestão dos Recursos Humanos

G R I

(HR4)

A reavaliação da estrutura hierárquica e de remuneração, iniciada em junho do ano anterior, foi outro destaque de 2008 que contribuiu para a melhoria do clima organizacional. Equiparamos cargos e salários de colaboradores que exerciam as mesmas funções, o que resultou na eliminação de nomenclaturas equivalentes. Para isso, envolvemos durante mais de oito meses todos os profissionais responsáveis por equipes, que deram suporte à descrição das atribuições de seus subordinados.

Com a nova organização, promovemos o engajamento dos colaboradores em nossos projetos e intensificamos ações para a formação e a identificação de sucessores internos. A iniciativa envolveu ainda um forte trabalho de sedimentação da cultura de *feedback*, por meio do qual todos os colaboradores puderam traçar, com seus gestores, os planos para o acompanhamento e o crescimento profissional. Eles também ampliaram a capacidade de avaliar e julgar seus próprios desempenhos e identificar e desenvolver suas características e habilidades mais destacadas.

No mesmo sentido, de valorização dos profissionais, priorizamos o recrutamento interno por meio da divulgação, nas Unidades, de todas as vagas abertas. As seleções seguem os princípios do nosso Código de Conduta, que veta qualquer tipo de discriminação e garante a transparência em todas as etapas do processo. Para receber denúncias de desvios em relação às determinações expressas no documento, colocamos à disposição, tanto dos

56

ocorrências foram registradas no ano passado por nossa Ouvidoria

colaboradores como do público externo, uma estrutura de Ouvidoria. Sua atuação é confidencial, de forma a garantir o sigilo do solicitante. Os casos são analisados por nosso Comitê de Conduta, que, além de deliberar sobre as soluções a serem adotadas, traça planos de ação para evitar reincidências.

Sob essa estrutura, recebemos 56 denúncias em 2008, nenhuma delas referente a discriminação. As respostas para todas foram encaminhadas internamente, atendendo ao fluxo do nosso Código de Conduta. Do ponto de vista judicial, não foram registradas ações nesse sentido em 2008. Além desse canal formal, incentivamos também o diálogo direto com o gestor, uma iniciativa que será fortalecida em 2009, com a atualização do Código de Conduta.

PERFIL DOS COLABORADORES

Categoria	Tipo de emprego		Contrato de Trabalho		
	Período integral	Meio período	Permanente	Temporário	
LA1 Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Diretores	7	-	7	-
	Gerentes	312	-	312	-
	Especialistas	732	1	733	-
	Administrativos	359	-	359	-
	Operacionais	2.122	-	2.122	-
	Trainees	7	-	7	-
	Total	3.539	1	3.540	-

PERFIL DOS COLABORADORES POR REGIÃO/BRASIL

LA1 Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Sul	25
	Sudeste	2.239
	Centro-Oeste	3
	Nordeste	1.273
	Norte	-
	Total	3.540

PERFIL DOS COLABORADORES POR REGIÃO/EXTERIOR

País	Continente	Número de colaboradores
Estados Unidos	América do Norte	13
China	Ásia	5
Suíça	Europa	8
Reino Unido	Europa	12
Total		39

74

PERFIL DOS COLABORADORES POR GÊNERO

		2006		2007		2008	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
LA13 Percentual de colaboradores por gênero e faixa etária	Diretores	0%	100%	10%	90%	0%	100%
	Gerentes	7%	93%	7%	93%	7%	93%
	Especialistas	24%	76%	24%	76%	28%	72%
	Administrativos	34%	66%	37%	63%	29%	71%
	Operacionais	2%	98%	2%	98%	2%	98%
	Trainees	0%	100%	26%	74%	11%	89%
	Total colaboradores	10%	90%	10%	90%	10%	90%

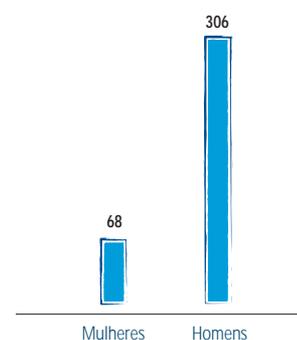
PERFIL DOS COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA

		2006			2007			2008		
		Abaixo dos 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima dos 50 anos	Abaixo dos 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima dos 50 anos	Abaixo dos 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima dos 50 anos
LA13 Percentual de colaboradores por gênero e faixa etária	Diretores	0%	56%	44%	0%	60%	40%	0%	63%	38%
	Gerentes	2%	78%	20%	2%	77%	21%	3%	75%	22%
	Especialistas	21%	71%	9%	23%	67%	9%	23%	68%	9%
	Administrativos	34%	61%	5%	36%	58%	6%	32%	59%	9%
	Operacionais	32%	65%	3%	32%	64%	4%	33%	63%	4%
	Trainees	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
	Total colaboradores	27%	67%	6%	28%	65%	7%	28%	65%	7%

TAXA DE ROTATIVIDADE POR GÊNERO

LA2	Percentual de colaboradores por gênero e faixa etária	Total	2006		2007		2008	
			Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
			74	353	46	266	68	306
		Taxa de rotatividade	2%	11%	1%	8%	2%	9%

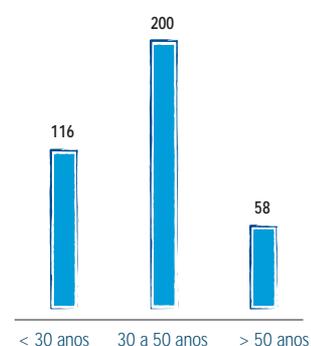
Rotatividade por gênero



65%

dos nossos colaboradores possuem entre 30 e 50 anos

Rotatividade por faixa etária



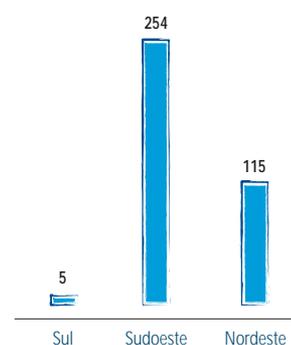
TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA

LA2	Percentual de colaboradores por gênero e faixa etária	Total	2006			2007			2008		
			< 30 anos	30 a 50 anos	> 50 anos	< 30 anos	30 a 50 anos	> 50 anos	< 30 anos	30 a 50 anos	> 50 anos
			166	234	27	113	168	31	116	200	58
		Taxa de rotatividade	5%	7%	1%	3%	5%	1%	3%	6%	2%

TAXA DE ROTATIVIDADE POR REGIÃO

LA2	Percentual de colaboradores por gênero e faixa etária	Total	2006		2007		2008	
			Total	Taxa de Rotatividade	Total	Taxa de Rotatividade	Total	Taxa de Rotatividade
		Sul	9	0%	8	0%	5	0%
		Sudeste	342	11%	218	6%	254	7%
		Centro-Oeste		0%		0%		0%
		Nordeste	76	2%	86	2%	115	3%
		Norte		0%		0%		0%
		Total	427	13%	312	9%	374	11%

Rotatividade por região



28%

dos nossos especialistas são mulheres

Programas de Estágio e Trainee

Por meio do nosso *Programa de Estágio*, contribuímos para a formação de jovens que cursam o Ensino Médio ou o Ensino Superior. Oferecemos a eles ações de treinamento, desenvolvimento e acompanhamento, e a participação em atividades que proporcionam oportunidades de colocar em prática os conceitos aprendidos nas escolas e universidades e vivenciar o dia a dia profissional. Com duração de 24 meses, o programa de nível superior recebeu, em 2008, 5.359 inscrições para 42 vagas. Já o *Programa de Estágio* para nível médio teve 1.454 inscritos para 15 vagas. Encerramos o exercício com 67 estagiários em nosso quadro de colaboradores.

Também mantemos o *Programa de Trainees*, que busca formar profissionais com potencial para ocupar posições-chave na Companhia. O objetivo da iniciativa é o de atrair, identificar e capacitar pessoas que tenham foco em resultados e habilidade para trabalhar em equipe, entre outros diferenciais que facilitem o aprimoramento e a troca constante de conhecimentos. Em 2008, não houve seleção de novas turmas, mas, sim, a continuidade das atividades com os *trainees* selecionados em 2007.

Diversidade

A diversidade de ideias, culturas e pensamentos é estimulada internamente por meio de diversas sistemáticas alinhadas aos nossos princípios de humanismo e diversidade. Um exemplo é o da potencialização da interação entre áreas e profissionais com diferentes tipos de formação e regiões de origem, por meio da estrutura de Comitês transversais e pelas prestadoras de serviços matriciais. Outra prática é a da contratação de formandos de diversas instituições de ensino do País para o *Programa de Trainees*, aproveitando o vasto potencial multicultural da sociedade brasileira.

Para promovermos a inserção efetiva de pessoas com deficiência em nosso quadro de colaboradores, nos comprometemos a investir em projetos de ampliação da inclusão por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Trabalho de Itabuna (BA), em março de 2007.

Assim, criamos o *Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência*, estruturado com visão multidisciplinar, o que envolve diferentes áreas de Recursos Humanos, que trabalham em consonância com as nossas práticas de gestão. Uma das iniciativas nesse sentido foi a *Semana de Conscientização*, realizada em dezembro, que incluiu palestra ministrada por um para-atleta aos colaboradores,

Estimulamos internamente a diversidade de ideias, culturas e pensamentos por meio de sistemáticas alinhadas ao nosso princípio de humanismo



Karina Watanabe e Adriana Tavares Vaz Pimentel, colaboradoras da Unidade Suzano, e Tiago Jordão Peres Lopes, do Escritório São Paulo



Daniel Messias Ap. da Cunha, colaborador da Unidade Suzano

a fim de promover os valores da Suzano e sensibilizá-los em relação à diversidade. Outra ferramenta para promover a inserção é a campanha *Indique um Amigo*, em que os próprios colaboradores indicam pessoas com deficiência para integrar a equipe. Mantemos ainda políticas de inclusão que se traduzem em ações de capacitação dos portadores de deficiência em nossos centros de treinamento. Em Mucuri, três turmas já foram formadas em cursos de informática.

77

NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2008)

	Cargo	Pessoas com deficiência	% sobre o total de colaboradores
LA13 Percentual de colaboradores com deficiência	Diretores	-	0%
	Gerentes	1	0%
	Especialistas	7	1%
	Administrativos	9	3%
	Operacionais	68	3%
	Trainees	-	0%
	Total	85	2%

PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

		2006	2007	2008
LA13 Percentual de colaboradores com deficiência	Diretores	ND	0%	0%
	Gerentes	ND	0%	0%
	Especialistas	ND	1%	1%
	Administrativos	ND	2%	3%
	Operacionais	ND	3%	3%
	Trainees	ND	0%	0%
	Total	ND	2%	2%

Capacitação e desempenho

G R I

(HR3, SO3, LA10, LA 11, LA12)

Com o objetivo de aprimorar constantemente o desempenho de nossos colaboradores, além de contribuir para o seu crescimento pessoal, oferecemos cursos internos e apoio financeiro para a ampliação do conhecimento. Também os incentivamos a buscarem a formação acadêmica por meio da concessão de subsídio da primeira graduação e da pós-graduação.

Só em treinamento e capacitação, investimos R\$ 3.505.453,83 em 2008, o que resultou em 52,72 horas de participação por colaborador em cursos internos ou ministrados em nosso centro de treinamento, em parceria com o Senai.

Um desses treinamentos foi pautado pela importância da atuação ética e respeitosa em relação à diversidade. Ele envolveu, no ano, 34,35% dos colaboradores, que tiveram seus conhecimentos aprofundados em políticas de direitos humanos, assim como nas normas da ISO 14000 e da OHSAS. Além disso, os temas relacionados a procedimentos anticorrupção são tratados no Código de Conduta.

Ainda com o propósito de ampliar as oportunidades de compartilhar conhecimento, aproveitamos a parada estratégica da Unidade Mucuri e promovemos uma maratona de treinamentos. Durante duas semanas, os nossos colaboradores participaram de cursos com foco em excelência operacional, diretrizes do *Seis Sigma*, segurança e gestão para supervisores, ministrados pelos próprios líderes.

Além de investir na capacitação dos colaboradores, acompanhamos o desempenho e as oportunidades de carreira por meio da realização anual do *Ciclo de Gestão de Desempenho*, composto por quatro etapas: mapeamento das competências, avaliação de desempenho, reunião de *feedback* e elaboração do *Plano de Desenvolvimento Individual*. O ciclo de gestão de desempenho ocorre no período de novembro a março.

78





Máquina de Secagem da Linha 2, da Unidade Mucuri (BA)

HORAS DE TREINAMENTO POR CATEGORIA FUNCIONAL

		2006	2007	2008	
LA10	Média de treinamento (h/ano)	Diretores	3,89	23,50	27,22
		Gerentes	121,83	62,66	57,55
		Especialistas	91,24	54,18	37,93
		Administrativos	59,25	36,06	27,29
		Operacionais	202,55	142,99	61,58
		Média geral	156,99	107,31	52,72

* As medidas estão em horas e referem-se à média de horas de treinamento por colaborador: Cálculo – Total de horas de treinamento/Total de colaboradores.

PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBERAM ANÁLISE DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

		2006	2007	2008
LA12	Análise de desempenho e de carreira	100% (para ambos)	100% (para ambos)	100% (para ambos)

Carla Tatiane Gugliermoni, colaboradora do Centro de Tecnologia Florestal, em Itapetininga (SP); e Domingos do Nascimento Silva, colaborador de Urbano Santos (MA)

100% de nossos colaboradores recebem análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Remuneração e benefícios

G R I

(EC3, EC5, LA3, LA5)

Para atrair e reter talentos, mantemos um sistema de remuneração compatível com o mercado. Além disso, de acordo com os resultados da avaliação de desempenho, incluímos os funcionários no *Programa de Lucros e Resultados* e de progressão horizontal. O sistema de remuneração é atualizado anualmente, por meio de pesquisa de salários e práticas salariais realizada pelo Hay Group do Brasil. Em 2008, a proporção da remuneração mais baixa comparada ao salário mínimo foi de 2,29 na Unidade Suzano e 2,52 na Unidade Mucuri.

Para os níveis de presidência, diretoria e gerência executiva oferecemos o *Programa Alta Performance Executiva*, e aos demais gerentes, o *Programa Alta Performance*. Nas duas iniciativas, incluímos metas coletivas e individuais, além do resultado do mapeamento de competência.

Contribuímos ainda com serviços de colocação dos nossos executivos no mercado de trabalho e assistência na transição para uma vida sem trabalho, apoiando processos de aposentadoria ou demissão.

Oferecemos aos nossos profissionais contratados em regime integral ou por meio período uma série de benefícios que vão além dos determinados pela legislação, como plano de saúde, seguro de vida, licença-maternidade e paternidade, assistência odontológica, auxílio-creche, auxílio-excepcional, cestas de Natal, vale-transporte, vale-alimentação, vale-refeição, restaurante e transporte fretado, além de kit material escolar e brinquedo para os seus filhos. Mantemos também um plano de previdência privada na modalidade contribuição definida, administrado pela Brasilprev. Os funcionários contribuem com até 12% do salário e nós com 0,5% do rendimento dos colaboradores com remuneração nominal de até R\$ 2.849,30. Para os que recebem acima desse valor, contribuimos com até 6% da diferença entre o montante e seus salários nominais. A participação, de caráter voluntário, está aberta a todos.

Como reconhecimento ao talento, à dedicação e ao comprometimento com o alcance e a superação de metas, colocamos ainda à disposição uma série de programas e ações de qualificação do ambiente de trabalho, entre eles:

RELAÇÃO ENTRE O SALÁRIO-BASE POR GÊNERO (LA14)

	Categorias	Homens	Mulheres
LA14	Diretores	ND	ND
	Gerentes	97%	100%
	Especialistas	109%	100%
	Administrativos	166%	100%
	Operacionais	135%	100%
	Trainees	100%	100%

509

ideias inovadoras foram
enviadas ao *Programa Click*
no ano passado

José Ricardo de Andrade Rodrigues,
colaborador da Unidade Embu





Osvaldo Disigant, colaborador da Unidade Rio Verde



Fiz a Diferença – Reconhecimento de projetos ou ações que provoquem impacto na Empresa. O objetivo é o de que os colaboradores exponham suas contribuições e o orgulho de pertencer à Organização.

Valeu – Estimulamos a manutenção de um ambiente de valorização por meio do reconhecimento formal dos gestores pelo esforço desenvolvido para o bom desempenho de seus subordinados.

Reconhecimento Acidente Zero – Prestigiamos as equipes que apresentam os melhores resultados nos indicadores de segurança e ajudam a criar valor para o tema segurança do trabalho na Companhia.

Click – Premiamos, em dinheiro, ideias inovadoras que proporcionem redução de custos e melhoria dos processos. Em 2008, alcançamos recorde no número de ideias: 509. Desde a criação do programa, em 2001, registramos mais de 2.400 ideias e distribuimos cerca de R\$ 434 mil em prêmios.

Bom Senso – Estimulamos nossos profissionais a adotarem comportamentos que ajudem a transformar o ambiente e melhorar o dia a dia. Os cinco sentidos do programa – Utilização, Organização, Limpeza, Autodisciplina e Comprometimento, e Bem-estar, Saúde e Segurança – estão alinhados às nossas certificações e aos critérios da Fundação Nacional de Qualidade.

Em relação ao período para a notificação acerca das mudanças operacionais significativas, nos acordos de negociação coletiva, não são estabelecidos prazos.

Clientes

G R I

(PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6, PR7, PR8)

Buscamos ampliar e aperfeiçoar continuamente nossos relacionamentos com os clientes. Assim, contribuimos para incrementar seus negócios – por meio da identificação e da satisfação de suas necessidades –, detectamos oportunidades de melhorias em nossos processos e reforçamos a transparência e a ética nas parcerias.

Nesse sentido, em 2008 realizamos o quarto ciclo de nossa *Pesquisa de Satisfação de Clientes* (PSC), que ocorre a cada dois anos. Fruto do aperfeiçoamento do processo e para entender melhor cada segmento de mercado e suas reais necessidades, a pesquisa foi dividida entre os clientes das Unidades de Negócios Papel e Celulose e os mercados interno e externo. O levantamento para a Unidade Papel contou com a participação de 71% dos clientes no território nacional e 48% dos clientes estabelecidos principalmente na América Latina, Europa e nos Estados Unidos.

Entre os resultados obtidos destaca-se o fato de termos sido reconhecidos como uma empresa ética, comprometida com a sociedade, de manejo sustentável na fabricação de seus produtos, com visão estratégica de longo prazo, com tradição e que desenvolve relações confiáveis com seus clientes. Em relação à intenção de compra no mercado nacional, 48% dos clientes afirmaram que certamente aumentarão suas compras e 38% declararam que provavelmente o farão. Já no mercado internacional, os que responderam que certamente aumentarão as compras somaram 40%; e outros 40% declararam que provavelmente aumentarão.

A pesquisa também evidenciou a importância da certificação FSC, apontada como a mais reconhecida internacionalmente, o que confirma nossa estratégia socioambiental.

Esse cuidado de ouvir os clientes estende-se também à fase pós-venda. Desde 2006, realizamos mensalmente pesquisa de atendimento técnico, por telefone, com representantes das empresas que nos contataram para

Mara Layanne Aragão Pereira Costa, colaboradora do Escritório de Teresina (PI)



Em 2008, realizamos nossa Pesquisa de Satisfação de Clientes para aperfeiçoar nosso processo e entender melhor os segmentos de mercado de papel e de celulose

71% dos clientes de papel no território nacional participaram da Pesquisa de Satisfação

apresentar algum tipo de reclamação em relação a produtos. Dessa forma, apuramos também o grau de satisfação com a área de Suporte ao Cliente, relacionado a atendimento técnico, tempo desse atendimento e resolução da ocorrência. Com base nos resultados dos levantamentos, o Suporte Técnico atua na solução da origem dos problemas relatados, de forma a evitar reincidências.

No segmento de Celulose, a satisfação dos clientes também é apurada por meio de pesquisas – bianuais –, aplicadas pelo Instituto Ipsos, que avaliam vários atributos que envolvem o produto, como logística e condições comerciais. Os resultados desses levantamentos embasam o plano de ação elaborado para promover melhorias, tanto em segmentos de mercado como em regiões específicas. A última pesquisa foi realizada no início de 2008, e o plano de ação decorrente de suas percepções será aplicado no decorrer de 2009.

As pesquisas de satisfação revelam, além de pontos fortes, aspectos que apresentam potencial de melhoria. Eles são analisados criticamente pelas partes envolvidas da Suzano e baseiam a estruturação de planos de ação. Várias ações práticas foram aplicadas com base nessas pesquisas, entre elas pacotes de serviços para os clientes e a localização de gerências técnicas em cada escritório internacional, o que confere respostas efetivas e rápidas aos clientes locais.

Outras sistemáticas são adotadas para facilitar o levantamento das necessidades e expectativas dos clientes, como visitas programadas e não-programadas feitas pelas equipes comerciais e visitas proativas e de suporte da Assistência Técnica. Na Unidade de Negócio Celulose, essa prática é potencializada pelo *software* Pulp Sales, que registra, acompanha, integra e dissemina as informações obtidas nas visitas.

Além dessas iniciativas, transformamos todas as nossas ações de *marketing* em oportunidade para esclarecer os clientes sobre as especificações e vantagens competitivas de nossos produtos. Elas são adotadas em conformidade com os regulamentos do Conselho Executivo de Normas e Padrões (CENP). Da mesma forma, em sintonia com nosso Código de Conduta, todas as informações que detemos sobre os clientes são tratadas de forma sigilosa. Nossos *mailings*, com informações dos clientes, são gerenciados por empresas independentes que possuem contrato de confidencialidade conosco, o que assegura qualidade, rigor e sigilo no tratamento e acesso aos dados dos clientes. O acesso a esses *mailings* é restrito e controlado, sendo que cada usuário possui chave e senha exclusivas.

Em razão desses cuidados, em 2008 não foram registradas

Nossos produtos são desenvolvidos e processados de acordo com as normas e os padrões nacionais e internacionais aplicáveis aos nossos segmentos de atuação

contra nós quaisquer ocorrências de ordem administrativa ou judicial significativas relacionadas a não-conformidade em relação à violação de privacidade ou extravio de dados sigilosos de clientes, assim como de produtos, rotulagem e *marketing*. Embora não fabriquemos produtos regulados em relação à saúde e/ou efeito sobre a saúde pública relacionados à sua formulação, aos seus componentes ou ao processo de produção, mantemos sob rígidos padrões de segurança todas as fases de produção, tanto internas como externas. Além disso, os produtos são desenvolvidos e processados de acordo com normas e padrões nacionais e internacionais aplicáveis aos nossos segmentos de atuação. Na Unidade de Negócio Celulose, as informações sobre produtos e serviços são claramente expressas nas embalagens e fichas de segurança do material (*Material Safety Data Sheet – MSDS*). Elas contêm:



- a) Dados do fabricante, como telefones e e-mails dos contatos técnicos e comerciais da Suzano responsáveis pelo mercado no qual o produto foi adquirido. Além do escritório brasileiro, são informados os dados dos escritórios internacionais dos quais o produto foi adquirido (Europa, América do Norte ou Ásia), o que facilita o acesso a informações complementares;
- b) Informações sobre a utilização e o manuseio adequados do produto;
- c) Relação das certificações (FSC, ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001) que asseguram qualidade e o posicionamento da Suzano como empresa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta;
- d) Informações sobre a forma adequada de armazenagem; e
- e) Orientações sobre reciclagem e descarte dos produtos.

O mesmo cuidado é adotado pela Unidade de Negócio Papel, que segue rigorosamente a legislação brasileira. As mudanças e exigências legais são monitoradas por nossa área Jurídica, sendo que qualquer alteração ou atualização é informada imediatamente às agências de criação de embalagens para que elas sejam adaptadas.



Fornecedores

G R I
(EC6, HR2)

Para oferecer produtos de qualidade aos nossos clientes, buscamos firmar parcerias com os melhores fornecedores do mercado. Sob esse critério, procuramos selecioná-los nas regiões onde estão instaladas nossas unidades, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento e apoiar as economias locais.

A seleção segue rígidos critérios. Se o insumo a ser adquirido tiver grande impacto no produto final, além da fase de qualificação – na qual o fornecedor responde a questões sobre meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, responsabilidade social, atendimento à legislação, situação fiscal e financeira, entre outras –, realizamos uma série de testes industriais antes do fechamento da compra. Todos os nossos fornecedores também devem sempre estar em dia com as licenças ambientais e normas relativas às suas áreas de atuação.

Para garantir que eles mantenham os atributos observados no período de qualificação, promovemos

auditorias anuais em suas instalações. São avaliados aspectos como trabalho infantil, degradante ou escravo; acessibilidade para portadores de necessidades especiais; cumprimento das normas e legislações aplicáveis, principalmente ambientais e determinadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outras. Em 2008, realizamos auditorias em 19 fornecedores, o que representa 4,5% do total de fornecedores críticos. O trabalho resultou na identificação de 137 oportunidades de melhorias relacionadas a aspectos significativos para essas organizações, porém nenhuma delas relacionada a direitos humanos. Dos 418 fornecedores críticos listados em 2008, avaliados trimestralmente, também não acusamos nenhum desvio quanto aos direitos humanos.

FORNECEDORES ATIVOS

	2006	2007	2008
Número de fornecedores	2.993	2.996	3.207

José Carlos dos Santos Silva, da Sancol, no sul da Bahia; e Edinaura Santos Mendes, funcionária da prestadora de serviço Hans J. O. Krogh, no Viveiro de Mudanças de Urbano Santos (MA)





Mariene Rosa da Silva, no Viveiro de Mudas em Urbano Santos (MA)

FORNECEDORES ATIVOS POR REGIÃO

Região	2006		2007		2008		Média	%
	Itens	%	Itens	%	Itens	%		
SP	2.109	70,46%	2.100	70,09%	2.285	71,25%	2.149	70,27%
BA	202	6,75%	227	7,58%	232	7,23%	216	7,07%
ES	169	5,65%	190	6,34%	196	6,11%	190	6,20%

Em nossa área florestal, todas as 74 Empresas Prestadoras de Serviço, em São Paulo e na Bahia, são monitoradas semestralmente por meio de processo de verificação das rotinas de Segurança e Saúde Ocupacional, aplicado por empresa especializada.

Além disso, os fornecedores ainda passam por avaliações trimestrais, que ocorrem diretamente no SAP, parametrizado para 18 diferentes classes. São observados diversos critérios, desde a entrega no prazo acordado até itens como saúde e segurança dos colaboradores. Os resultados são enviados aos fornecedores, com as notas e justificativas para cada um dos pontos avaliados. Dessa forma, além de manter sempre a qualidade de nossos produtos, contribuimos para que os parceiros busquem a melhoria de seus produtos e serviços.

Além disso, desenvolvemos várias ações que visam ao aperfeiçoamento de nossos parceiros, como o *Programa de Qualificação de Fornecedores*, projeto piloto adotado em 2008 na Unidade Mucuri. Em parceria com o Senai/IEL da Bahia, a iniciativa oferece capacitação nas áreas de

qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, responsabilidade social e gerenciamento. No exercício, foram selecionadas 30 empresas, que contarão com consultoria para auxiliá-las na identificação de melhorias.

Realizamos ainda, anualmente, encontros com nossos fornecedores para discutir temas de interesse geral, como gestão de ideias, critérios para certificação na ISO 9001, controle de custos, inovação e responsabilidade social, entre outros. Em 2008, recebemos 27 parceiros na Unidade Suzano, onde apresentamos conceitos sobre inovação e responsabilidade social. Na ocasião, identificamos um fornecedor que conquistou o *Selo Abrinq* e solicitamos a todos que enviem *cases* de sucesso, de forma a compartilharem suas experiências com os demais, no próximo ciclo. Realizamos, também, o *II Prêmio Fornecedores Suzano*, que busca reconhecer os parceiros que mais se destacaram no ano e atraí-los para que adotem práticas responsáveis alinhadas às nossas, fortalecendo os conceitos e valores que acreditamos e compartilhamos com todas as partes.

Comunidade

G R I
(S01)

Para estreitarmos o relacionamento com as comunidades do entorno de nossas unidades industriais e florestais, demos início, em 2008, ao programa *Diálogos Sociais*, que visa identificar e gerenciar os principais impactos de nossas atividades nessas localidades e promover o diálogo para o desenvolvimento sustentável local.

Em seu primeiro ano, os *Diálogos Sociais* concentraram-se na elaboração de um amplo diagnóstico dos principais aspectos de nossa relação com as comunidades. O trabalho envolveu entrevistas com funcionários, análises de documentos internos e diálogos com representantes das principais localidades onde atuamos, como mostram os números a seguir:

- 60 colaboradores entrevistados;
- 16 municípios envolvidos (Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba, Poá, Biritiba-Mirim, Salesópolis, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaca, Teixeira de Freitas, São Mateus, Pedro Canário e Conceição da Barra);
- 40 grupos de diálogo realizados;
- 212 entidades presentes;
- 329 participantes ouvidos.

No diagnóstico, entre outras questões, foram apontadas pela comunidade a necessidade de uma maior aproximação conosco, por meio de canais diretos e do contato pessoal; o desconhecimento sobre os nossos processos para gerir possíveis impactos socioambientais; o interesse em participar e saber mais sobre os nossos investimentos sociais; o aumento do tráfego de caminhões nas vias próximas às fábricas e às florestas; e a preocupação com a criação de empregos diretos e indiretos nas localidades onde estamos presentes.

88

Manoel Francisco de Oliveira, da cooperativa de carvão de Juerana (BA); e Natíeli Mesquita Costa, aluna da Associação Golfinho, em Mucuri (BA)





Reunião da cooperativa de costura de Juerana (BA)

41% foi o aumento do número de chamados recebidos pelo *Suzano Responde* na comparação com 2007

Os pontos fortes levantados foram a geração de renda nas cidades, a diminuição do odor nas fábricas e as nossas certificações – como o selo FSC –, além de outros benefícios que contribuem para a prevenção do trabalho forçado e infantil. A partir desses diagnósticos, foi traçada uma Estratégia de Ação, que está sendo validada em nossas diversas instâncias internas. Ao longo de 2009, daremos continuidade ao processo com a promoção de encontros nos municípios envolvidos pelos *Diálogos Sociais*, com a reunião de todos os participantes do programa e o encaminhamento de respostas para as questões levantadas. Além disso, serão discutidas formas de engajar os diversos setores das cidades em movimentos que visam ao desenvolvimento local.

89

Suzano Responde

Outro canal de contato com a comunidade é o *Suzano Responde*, composto por e-mail e telefone gratuito que recebem perguntas, críticas e sugestões dos nossos públicos. Em 2008,

recebemos 1.387 chamados do Brasil e do exterior, o que representa aumento de 41% na comparação com 2007.

A maioria dos contatos (57%) foi feita para solicitar informações sobre a Suzano e, em geral, respondida no mesmo instante pela empresa contratada para administrar esse canal.

Os casos mais complexos são enviados à nossa área de Comunicação Corporativa e Responsabilidade Social, que envolve os profissionais responsáveis pelos temas abordados das respectivas áreas internas. Nesse caso,

o prazo médio das respostas, em 2008, foi de três dias. Das 1.387 manifestações, 9% foram reclamações, encaminhadas para análise pelos Subcomitês industriais e florestais do Sistema de Gestão Integrada para eventuais providências.

Evolução dos chamados do *Suzano Responde*



Em 2008, investimos
R\$ 52 milhões em projetos
socioambientais internos e
externos, que priorizaram
geração de renda, educação
e o meio ambiente

Eliana Neves de Melo, aluna de capoeira,
na Associação Golfinho, em Mucuri



Nílvan Machado Novais (*colaboradora da Suzano e presidente da Golfinho*) e alunos da Associação Golfinho, Mucuri (BA); e Patrício Marques da Silva e Millena Ayla da Mata Dias, assistidos do Centro Educacional, Urbano Santos (MA)

Ações sociais

G R I
(EC8, EC9)

Em 2008, investimos R\$ 51,9 milhões em projetos socioambientais, internos e no entorno de nossas unidades industriais e florestais, que priorizaram a geração de renda, a educação e o meio ambiente, em sintonia com o nosso Plano Diretor de Relações com a Comunidade.

Entre eles, destacou-se o *Programa Educar e Formar*, lançado no ano, que congrega várias ações de melhoria da qualidade do ensino em seis municípios do extremo sul da Bahia. Atuamos em três frentes: apoio à aprendizagem – em parceria com o Instituto Ayrton Senna –, reforma de escolas e incentivo à leitura, com o Instituto Ecofuturo. No âmbito dessas iniciativas, capacitamos cerca de 400 educadores e reformamos 60 escolas nas cidades de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça, Teixeira de Freitas e Ibirapuã, beneficiando cerca de 17 mil alunos. Em 2009, as iniciativas terão continuidade na Bahia e alcançarão também quatro municípios do Espírito Santo.

Com foco na geração de renda, mantivemos nossa principal iniciativa, o *Projeto ComUNIDADE*, desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração

EVOLUÇÃO DO IDH-M* NAS PRINCIPAIS CIDADES EM QUE ATUAMOS

Município	Estado	IDH-M		Variação %
		1991	2001	
BAHIA				
Mucuri	BA	0,525	0,69	31,4
Nova Viçosa	BA	0,548	0,658	20,1
Alcobaça	BA	0,506	0,637	25,9
Caravelas	BA	0,488	0,667	36,7
Teixeira de Freitas	BA	0,598	0,698	16,7
ESPIRITO SANTO				
Pedro Canário	ES	0,591	0,673	13,9
Conceição da Barra	ES	0,584	0,688	17,8
São Mateus	ES	0,642	0,73	13,7
SÃO PAULO				
Suzano	SP	0,734	0,775	5,6
Mogi das Cruzes	SP	0,763	0,801	5,0
Salesópolis	SP	0,695	0,748	7,6
Biritiba-Mirim	SP	0,7	0,75	7,1
Pilar do Sul	SP	0,705	0,774	9,8
São Miguel Arcanjo	SP	0,691	0,769	11,3
Itatinga	SP	0,701	0,759	8,3
Embu	SP	0,749	0,772	3,1

*Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IDH-M é medido a cada 10 anos.
Fonte: www.pnud.org.br/ldh

Municipal (IBAM), a Organização Não-Governamental Iser, a Associação de Produtores de Florestas Plantadas do Estado da Bahia (Abaf) e a Aracruz Celulose. Ele promove a auto-organização da comunidade por meio da capacitação dos moradores para que se mobilizem em cooperativas de produção e identifiquem alternativas de renda e trabalho.

No âmbito do projeto, em 2008 foram criadas quatro cooperativas de carvão e uma de costura no sul da Bahia. Em novembro, a Cooperativa Nova Chance, de Cruzelândia e Oliveira Costa – distritos de Mucuri –, concluiu sua primeira venda de carvão para uma empresa no Espírito Santo, com nota fiscal própria e licenciamento ambiental concluído. A organização beneficia mais de 400 famílias.

Além dessas iniciativas, desenvolvemos vários outros projetos sociais nas localidades onde atuamos, como demonstram as tabelas a seguir.

Investimento em responsabilidade socioambiental

DIMENSÃO	OBJETIVOS	METAS DO MILÊNIO
Desenvolvimento Econômico	Ações, programas e projetos destinados a gerar oportunidades para a comunidade por meio de atividades de profissionalização e geração de renda	Meta 1: Erradicar a fome e a miséria
Saúde	Ações, programas e campanhas dirigidos à prevenção de doenças, ao provimento de assistência médica e odontológica e à manutenção de clínicas e hospitais. As atividades beneficiam principalmente as comunidades onde as empresas estão localizadas, bem como seus funcionários e familiares	Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Melhorar a saúde das gestantes Meta 6: Combater a aids, a malária e outras doenças
Educação, Treinamento e Capacitação Profissional	Ações, programas, projetos e campanhas destinados a atividades educativas, incentivo a cursos e escolas e ao desenvolvimento e capacitação profissional. As atividades beneficiam principalmente as comunidades onde as empresas estão localizadas, bem como seus funcionários e familiares	Meta 2: Educação básica de qualidade para todos
Meio Ambiente	Ações, programas e projetos destinados à preservação ambiental, bem como à conscientização, principalmente de crianças e jovens, sobre a importância do meio ambiente e de sua conservação. Também são registradas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural de uso público, sob a responsabilidade das indústrias do setor	Meta 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
Cultura	Ações, programas e projetos destinados a resgatar, divulgar e incentivar a cultura no Brasil, ampliando o acesso às suas manifestações	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Apoio à Comunidade	Programas, projetos, ações e campanhas destinados a promover iniciativas de apoio à cidadania, reintegração social, serviços comunitários e incentivo à solidariedade	Meta 1: Erradicar a fome e a miséria Meta 3: Igualdade entre os sexos e valorização da mulher
Esporte, Integração e Lazer	Ações, programas e projetos destinados a incentivar atividades esportivas, integração social e lazer, dirigidos aos funcionários e seus familiares, bem como às comunidades onde as empresas estão instaladas	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Voluntariado	Ações, programas e projetos voltados para o incentivo e a capacitação de funcionários das empresas do setor para a prática do voluntariado e da cidadania	Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Subtotal		
Projeto Mucuri/BNDES	Investimentos em infraestrutura realizados no ano de 2008 no extremo sul da Bahia por conta da construção da segunda linha da fábrica de Mucuri	Meta 2: Educação básica de qualidade para todos Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil Meta 5: Melhorar a saúde das gestantes Meta 6: Combater a aids, a malária e outras doenças Meta 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente Meta 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento
Subtotal		
TOTAL GERAL DE INVESTIMENTOS		
* Algumas pessoas foram contempladas em mais de um projeto. Contudo, foram contabilizadas uma única vez no total geral.		



PÚBLICOS	PRINCIPAIS PROJETOS	Valor investido (em R\$)		Número de projetos		Número de pessoas atendidas ou beneficiadas	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
Comunidades rurais próximas às Unidades Suzano (SP), Mucuri (BA), Maranhão e Minas Gerais	Artesanato (Comunidade Produtiva), Apicultura, Fruticultura, ComUNIDADE e Abelhas Nativas	958.614	925.455	4	5	4.055	5.730
Comunidades urbanas próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), colaboradores e familiares	Semana da Saúde, Hospital Paineiras, Sesi, Assistência Odontológica, Assistência Médica (não inclui a participação do colaborador), Ginástica Laboral, Programa de Qualidade de Vida	18.064.701	23.322.646	7	7	146.134	154.956
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA) e Maranhão	Bolsa de Estudo, Sementeira, Alfabetização de adultos (Cidadão Educar), Formare, Incentivo ao Ensino Superior, Treinamento e Capacitação Profissional, Estudar é Crescer, Auxílio material escolar, Kit material escolar, Colégios (manutenção da Casa do Estudante, na Bahia, e outras unidades escolares), Centro Educacional Maranhão e Projeto Educar e Formar	7.704.407	13.613.805	10	13	17.264	52.050
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA)	Monitoramentos Ambientais, Monitoramento de avifauna, Adequações para certificação FSC, Trilhas Ecológicas, Levantamento Mastofauna, Amostras extras de chaminés e material de consumo, Monitoramento de Água-Efluentes, Viveiro, Mudanças climáticas, estudos e pesquisas	9.237.951	7.933.734	13	13	359.457	1.331.373
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), Maranhão, colaboradores, familiares e terceiros	Sinfonia, Coral EmCantando, Coral EmCanto, Coral Max Feffer, Centro Cultural Golfinho, Banda Eucalyptus, Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso, Bumba Meu Boi	238.920	200.360	6	8	79.389	2.637
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), colaboradores, familiares e terceiros	Associação Golfinho, apoio à ONG Instituto Ecofuturo, doações diversas, Indicadores Sociais, Diálogos Sociais	2.960.220	4.693.730	3	5	534.362	1.007.118
Comunidades urbanas próximas à Unidade Mucuri (BA), colaboradores, familiares e terceiros	Despesas com Clubes – CAM e GREJE	114.617	141.208	1	1	401	757
Comunidades urbanas e rurais próximas às Unidades Suzano e Embu (SP) e Mucuri (BA), Maranhão, colaboradores, familiares e terceiros	Ações Sociais/Campanhas, Mc Dia Feliz, Voluntariado, Fórum de Profissões, Dia da Leitura, Educação Ambiental, Agenda 21	83.986	82.444	4	4	13.728	32.951
		39.363.416	50.913.382	48	56	1.154.790	2.587.572
Comunidades urbanas e rurais próximas à Unidade Mucuri (BA)	Projeto Melhoria da Saúde Pública, Centro Profissionalizante, Escola Modelo de Ensino Fundamental, Recuperação de Escolas de 1º grau Zona Rural, Plano Diretor de Mucuri, Projeto de Ampliação de Abastecimento de Água e Melhoria Operacional do Sistema de Esgoto Sanitário de Itabatã (BA)	11.141.105	1.002.026	0	6	243.023	750.301
		11.141.105	1.002.026	0	6	243.023	750.301
		50.504.521	51.915.408	48	62	1.397.813	2.620.288

Direitos Humanos

G R I

(HR1 parcial, HR6, HR7, HR8, HR9)

Não registramos, em 2006, 2007 e 2008, nenhum caso de adoção de trabalho infantil ou escravo em nossas áreas. Para isso, contribuem nossas políticas internas inibidoras dessa prática e as auditorias às quais estamos sujeitos para manter nossas certificações, que avaliam as práticas trabalhistas ao longo de toda a nossa cadeia de produção. Reforçamos, ainda, a conquista do nosso trabalho de monitoramento realizado na cadeia de fornecedores (*ver capítulo Fornecedores para mais informações*).

Diversos contratos com fornecedores contêm cláusulas sobre o trabalho infantil. Nossa *Visão*, *Missão* e nossos *Valores*, assim como a Política de Responsabilidade Social e o Código de Conduta, explicitam atitudes e comportamentos referentes a aspectos de direitos humanos. Contudo, não há controle numérico sobre esses contratos.

Atualmente, não possuímos propriedades próximas ou em áreas indígenas. Para obter o selo FSC, que abrange nossas unidades florestais e industriais, somos auditados nesse quesito.

Para disseminar as políticas relacionadas a direitos humanos entre todos os profissionais das duas empresas de segurança com as quais mantemos contrato, em São Paulo e na Bahia, apoiamos a realização de cursos de reciclagem. Em São Paulo, ele é monitorado pela Polícia Federal e aborda temas como Direito Penal, Relações Humanas e Táticas Operacionais e Estratégicas. Na Bahia, é realizado na Escola Baiana de Vigilância.

A equipe de segurança conta com 197 profissionais. Para ingresso no trabalho, todos os seguranças passaram por cursos de formação de vigilantes que têm, entre suas disciplinas, Direitos Humanos e Relações Humanas no Trabalho. De acordo com a legislação vigente, deve ser realizada reciclagem do curso a cada dois anos. Em 2008, 53% do pessoal de segurança participou da reciclagem.





Julia dos Santos Reis, Caio Higashi de Carvalho, Tainara Barbosa Prouse (os três da frente); ao fundo, Daniel Rosel G. Martinez, Enzo Gimenez S. Ribeiro e Kelly Maymi Miyashiro Nakaya, alunos da Escola Municipal Antonio Marques Figueira, de Suzano (SP)

2,6 milhões de pessoas beneficiadas por nossos projetos socioambientais



Maria de Lurdes da Conceição Santos, Maria do Socorro Frazão Santos e Maria Noêmia Felix (em pé), moradoras de Urbano Santos; e Natia Alves de Oliveira, aluna do Projeto Formare, na Unidade Suzano



Fernando Luis Costa da Silva, líder comunitário de Mucuri (BA)

Nossa aliança com a sustentabilidade também se revela nos vários compromissos e pactos de que participamos. Somos signatários do Pacto Global (www.pactoglobal.org.br), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para que a comunidade empresarial adote, em suas práticas de negócios, dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Contribuímos ainda para os Oito Objetivos do Milênio, também estabelecidos pela ONU, que comprometem organizações, sociedades e países a atingirem, até 2015, objetivos relacionados à erradicação da miséria, saúde, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

No âmbito do *Programa Na Mão Certa*, proposto pela Childhood Brasil, assinamos o *Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas*, por meio do qual temos mobilizados nossos fornecedores da área de transporte e logística para essa questão. Como parte dessa iniciativa, Suzano, Veracel e Aracruz realizaram um evento em Porto Seguro (BA), no dia 17 de maio, no qual também foi assinado um termo de cooperação entre as três empresas e o *Programa Na Mão Certa*. Além disso, realizamos diversas ações ao longo do ano, como o *Dia do Motorista*, em junho, com palestras para motoristas e apresentações teatrais.

Também somos associados ao *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), além de participarmos ativamente de entidades setoriais, como a Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa, Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abrap), Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas (Abap) e Fundo Florestar. Também integramos o FSC–Brasil, representando os interesses do setor de papel e celulose em um dos mais respeitados fóruns, do qual também participam ONGs, ambientalistas e acadêmicos.

No âmbito internacional, buscamos nos associar a diversas iniciativas ligadas à difusão dos pilares da sustentabilidade, como WWF (*World Wide Fund for Nature*), WBSCD (*World Business Council for Sustainable Development*), FSC Internacional e ICFPA (*International Council of Forest and Paper Associations*), entre outras.

Contribuímos na formulação de políticas públicas capazes de promover avanços nas três dimensões: econômica, social e ambiental

Mantemos com os governos e as organizações não-governamentais relacionamentos transparentes e diálogo permanente, de forma a contribuirmos para a constituição de políticas públicas capazes de promover avanços nas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Nossa atuação, para isso, se dá nas esferas individual e setorial, porém sempre embasada pelo acompanhamento diário de todos os assuntos de interesse do setor de papel e celulose e da Suzano, como tributários (reforma tributária, papel imune, zonas de processamento de exportação, etc.), ambientais (eucaliptocultura, licenciamento, papel reciclado), Quilombolas (questões fundiárias, reforma agrária), infraestrutura e faixas de fronteiras, entre outros.

Apresentamos com frequência propostas e contribuições à elaboração ou ao encaminhamento de projetos relacionados ao setor. No âmbito do Judiciário, acompanhamos votações importantes para o mercado e ações diretas de inconstitucionalidade.



Taissa Correia Lima, assistida do Centro Educacional de Urbano Santos (MA)

No mesmo sentido, um de nossos colaboradores preside o comitê de desenvolvimento da ISO 26000, norma que deverá ser publicada no fim de 2009 e tem como objetivo orientar as empresas de todo o mundo na busca de uma gestão socialmente responsável.

Também fazemos contribuições em produtos (papel) e em espécie, para políticos e partidos, sempre de forma transparente e respeitando as regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No site do órgão (www.tse.gov.br), estão demonstradas todas as nossas movimentações.

Para assegurar que nossos colaboradores, assim como outros *stakeholders*, respeitem nossos princípios e práticas anticorrupção, mantemos capítulo sobre o tema em nosso Código de Conduta, que estabelece o comportamento desejado e as sanções cabíveis em caso de descumprimento. Eventuais relatos ou denúncias sobre a não-observância do

Código podem ser feitos ao Ouvidor Interno ou à Ouvidoria Externa. A nossa cultura e os nossos valores não permitem a adoção de propina ou suborno para a obtenção de qualquer tipo de favorecimento. Essa diretriz é disseminada por meio de nosso Código de Conduta, entregue a cada um dos colaboradores no momento de seu ingresso na Empresa. A totalidade de nossas operações é avaliada sob o aspecto de riscos relacionados à corrupção, sendo que não houve qualquer caso registrado em 2008. No ano, também não tivemos nenhuma ação judicial ajuizada contra nós por concorrência desleal, prática de antitruste e monopólio, nem tampouco multas por não-conformidade a leis e regulamentos relativas a tais matérias.

O telefone da Ouvidoria Externa é o 0800-771-4060. Já para conhecer nosso Código de Conduta, acesse www.suzano.com.br.



98

*Gerar e difundir
conhecimento e práticas para
a construção de uma cultura
de sustentabilidade com
indivíduos e grupos sociais*

Samuel dos Santos Carvalho, na *Biblioteca Ler É Preciso*, do distrito de Itabatã, Mucuri (BA)

Com a missão de gerar e difundir conhecimento e práticas para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade com indivíduos e grupos sociais, o Instituto Ecofuturo atua nas áreas de educação e meio ambiente em parceria com o poder público, ONGs, iniciativa privada, institutos de pesquisa e universidades.

Mantida pela Suzano, porém com atuação autônoma, a organização não-governamental, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), completará dez anos em dezembro de 2009.

O Instituto contribui de forma concreta para a emancipação de indivíduos e comunidades, a solução de problemas ambientais e a redução das desigualdades sociais e da pobreza, por meio de três programas baseados em modelos replicáveis.

Programa Ler é Preciso

A convicção de que o exercício da palavra tem papel central na inclusão social levou o Instituto Ecofuturo a criar, em 1999, o *Programa Ler é Preciso*, uma ação dedicada ao uso consciente da linguagem escrita. A iniciativa tem por objetivo estimular o gosto pela leitura e a habilidade de compreender e criticar conteúdos.

O programa, que contempla o *Concurso de Redação Ler é Preciso*, para incentivar e valorizar a manifestação da criatividade pela escrita, chegou à sua sétima edição em 2008. Direcionado a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio e também da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de professores, contou, no ano, com 30 mil participantes, de 7 mil instituições de todo o País. Os alunos e os professores autores das 62 redações vencedoras, em cinco categorias, foram premiados com computadores e obras clássicas da literatura universal. Além disso, seus trabalhos integraram o livro coletivo *Inventário do que podia ser bem melhor e será... o melhor lugar do mundo*, com tiragem de 30 mil exemplares, distribuídos nacionalmente a todos os participantes. Alguns docentes participantes, motivados pela escolha de seus textos, se encorajaram a iniciar uma produção literária e a buscar apoio para publicar suas obras já escritas.

Entre os resultados identificados, estão o aumento do hábito de leitura entre o público envolvido e a melhoria do desempenho escolar. O *Concurso de Redação* foi



30

mil estudantes e professores
de todo o País participaram do
Concurso de Redação Ler é Preciso

reconhecido como projeto pedagógico de relevância nacional pelo Colégio Sabin, de São Paulo, e integrou 15 *cases* publicados em livro lançado para celebrar seus 15 anos de atividades.

Num país onde o analfabetismo funcional atinge 64% da população alfabetizada e no qual 89% dos municípios não possuem livrarias, o projeto *Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso* existe com o objetivo de contribuir para a redução do abismo que separa o leitor de um bom livro.

As Bibliotecas são instaladas por meio de parcerias entre o Ecofuturo e a iniciativa privada, com incentivo da Lei Rouanet. A execução técnica fica por conta da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), órgão consultivo da Unesco. As despesas com manutenção e pagamento de funcionários cabem às prefeituras.

O projeto, prioritariamente adotado em localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), forma promotores de leitura e auxiliares de biblioteca para que aprendam a utilizar coletivamente os textos; e busca fortalecer os projetos pedagógicos das escolas, com a introdução da literatura em seu cotidiano; e promover atividades de leitura para pessoas de todas as idades.

Desde que foi criada, em 1999, a iniciativa já resultou na instalação de 78 Bibliotecas Comunitárias, em municípios de oito estados, e na formação de 1.964 auxiliares de biblioteca e promotores de leitura.

Além disso, sua sistemática, estendida, deu origem ao projeto *Biblioteca em Presídio*, a ser inaugurada em 2009 na Penitenciária PII de Bauru (SP), que atenderá à população carcerária e aos profissionais da unidade e às suas respectivas famílias. Nesse local, a leitura será disponibilizada para ampliar os horizontes intelectuais, sociais e profissionais dos detentos, o que inclui também a elevação do grau de escolaridade, por meio da associação das atividades da Biblioteca com os programas de educação escolar. Em razão da sua relevância, o projeto recebeu a chancela institucional da Fundação Nelson Mandela.

Também em 2008, o Ecofuturo liderou, pelo terceiro ano consecutivo, a campanha pela instituição do *Dia Nacional da Leitura*. Muitas ações de leitura foram planejadas e executadas em todo o País, com foco especial no público de 0 a 6 anos. As atividades foram realizadas à sombra de árvores em praças e mediadas por promotores de leitura,

em bibliotecas públicas e Bibliotecas Comunitárias ou mesmo sobre motos, que circulam por estradas rurais.

Cerca de 400 mil exemplares do *Passaporte da Leitura Brincar de Ler*, publicado pelo Ecofuturo a partir de minuciosa pesquisa e texto produzido pela pedagoga Maria Betânia Ferreira, circularam pelo País. Esse guia, de 23 páginas, com dicas de como suscitar o gosto pela leitura em crianças desde o nascimento, mesmo que os pais sejam analfabetos, foi encartado nas revistas *Época* e *Nova Escola* (110 mil unidades). Houve ainda a distribuição de 500 mil unidades em parques de São Paulo e *Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso* Brasil afora. Foi veiculada ainda uma vinheta de 15 segundos na *TV Globo* e publicados anúncios na revista *Panorama Editorial*, no Boletim da ANL e na revista *Páginas Abertas*, da *Editora Paulus*, além da colocação de banner no portal da revista *Nova Escola*. Com o apoio da sociedade ao projeto, foi possível coletar mais de 5 mil assinaturas no *hot site* e na *Comunidade Dia da Leitura*.

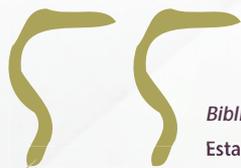
Além dessas ações, 38 Bibliotecas Comunitárias do programa, representantes de sete estados, realizaram atividades variadas e criativas de promoção de leitura.

Lucilene Ferreira e sua filha Maria Eduarda dos Santos Gomes, na *Biblioteca Ler É Preciso*, em Urbano Santos (MA); Lidiane Ribeiro e Luciléia Carvalho dos Santos, na *Biblioteca Ler É Preciso* de São Miguel Arcanjo (SP)





Dia da Leitura na Biblioteca Comunitária Ler É Preciso de Taiacupeba, em Mogi das Cruzes (SP)



Bibliotecas Comunitárias de cinco Estados participaram da primeira etapa dos **Indicadores Ler É Preciso**

Indicadores Ler é Preciso

Foi aplicado o Sistema de Avaliação das *Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso*, projeto inédito de coautoria do Instituto Ecofuturo e da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, que está sob a coordenação de Ricardo Paes de Barros, coordenador de pesquisas de políticas públicas do Ipea.

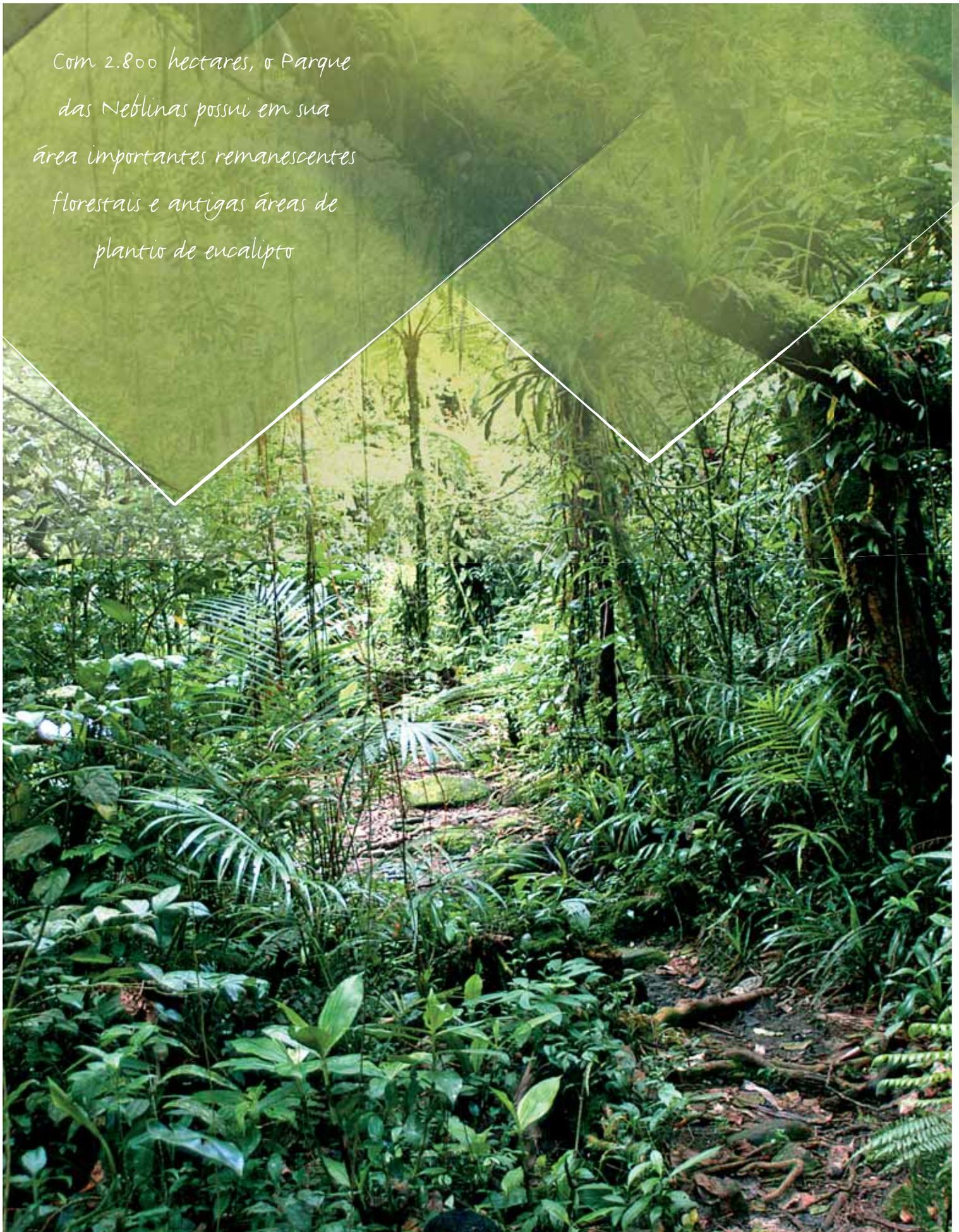
O objetivo é o de identificar a qualidade dos processos de instalação, os condicionantes de sustentabilidade e os impactos imediatos da disponibilidade de bibliotecas sobre a leitura e também da leitura sobre o desempenho escolar e a qualidade das relações humanas na comunidade. A primeira etapa dos *Indicadores Ler é Preciso* já foi concluída, e os dados apurados das 55 *Bibliotecas Comunitárias* em cinco Estados compõem a base para a construção de indicadores confiáveis de desempenho e impacto.

Programa Investimento Reciclável (PIR)

Iniciativa da Suzano, do Banco Real (do Grupo Santander Brasil) e da Fundação Avina, coordenado pelo Instituto Ecofuturo, o PIR tem como foco o fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de material reciclável das regiões metropolitanas de São Paulo, São Vicente e São José dos Campos (SP), por meio da concessão de financiamentos. A ideia é fazer com que as instituições selecionadas para receberem os empréstimos invistam em sua capacidade de gestão. Assim, na medida em que honram seu compromisso, os recursos são direcionados a outras organizações, para que seja alcançado o objetivo de promoção da inclusão social, por meio de geração de emprego e renda para populações geralmente excluídas do mercado de trabalho.



Com 2.800 hectares, o Parque das Neblinas possui em sua área importantes remanescentes florestais e antigas áreas de plantio de eucalipto





Canoagem no Rio Itatinga,
no Parque das Neblinas, em São Paulo

Sob esse escopo, o PIR teve sua segunda edição realizada em 2008, quando se inscreveram 29 cooperativas, 22 das quais pré-selecionadas para participar de oficinas de planejamento e prestação de contas, que orientaram os integrantes na redação dos projetos e no aprofundamento do planejamento e da prestação de contas de suas ações. No fim do processo, seis instituições foram selecionadas e receberam financiamentos de R\$ 10 mil a R\$ 40 mil cada uma, o que totalizou R\$ 165 mil em recursos. Nas duas edições, 11 cooperativas foram beneficiadas pelo programa.

Parque das Neblinas

O Parque das Neblinas, unidade de conservação privada que fica em Bertogã (SP), vizinha ao Parque Estadual Serra do Mar, é gerido pelo Instituto Ecofuturo. Com 2.800 hectares, faz parte da Fazenda Sertão dos Freires, pertencente à Suzano Papel e Celulose. Em sua área, encontram-se importantes remanescentes florestais e antigas áreas de plantio de eucalipto.

Em 2007, o Parque foi declarado Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do programa *Homem e Biosfera*, da Unesco. Esse reconhecimento atesta que as ações desenvolvidas no Parque das Neblinas estão alinhadas a estratégias globais para a conservação ambiental, em especial às ligadas à conservação da biodiversidade, à valorização da sociodiversidade, ao desenvolvimento social, cultural e ecologicamente sustentável e ao apoio a projetos demonstrativos.

165

mil reais foram concedidos como
financiamento para as cooperativas de
catadores de papel participantes do PIR

O modelo de gestão desenvolvido no Parque das Neblinas tem como principais premissas a fundamentação científica de suas ações e a aliança com a comunidade do entorno como estratégia regional de conservação. Exemplo disso é o da equipe de monitores responsáveis pelas visitas guiadas ao Parque, composta basicamente por moradores da região, bem como a empresa Sabor da Capela, responsável pelo fornecimento da alimentação do Parque e constituída por mulheres da comunidade.

Seu objetivo é o de funcionar como uma vitrine de práticas sustentáveis para gestão de Unidades de Conservação, possibilitando a aproximação do homem com o ambiente. Dessa forma, além de possibilitar a restauração da Mata Atlântica, o Parque desenvolve programas focados em educação ambiental, ecoturismo, manejo sustentável de recursos naturais, cultivo de espécies ameaçadas e pesquisas científicas.



Rio Itatinga no Parque das Neblinas, em São Paulo

104

A biodiversidade da Mata Atlântica no Parque

G R I
(GRI EN15 – parcial)

A biodiversidade (variedade de espécies vegetais e animais) é um dos maiores patrimônios naturais do Brasil. Por sua vez, a Mata Atlântica está entre os biomas de maior biodiversidade no planeta, relacionada pela *Conservation International*, importante organização ambientalista que atua em escala global, como um dos cinco ambientes mais ameaçados do mundo.

Pelo menos um terço das espécies da Mata Atlântica só é encontrado na região (espécies endêmicas). Por meio de parcerias com universidades, pesquisadores e institutos de pesquisa, diversos levantamentos e estudos são conduzidos com o objetivo de conhecer a dinâmica da biodiversidade do Parque das Neblinas.

O manejo de produtos florestais não-madeireiros

No âmbito do *Programa de Manejo de Produtos Florestais Não-Madeireiros*, três espécies recebem especial atenção: a helicônia (como ornamental), a palmeira-juçara e o cambuci. Em 2008, foi concluído o plano de manejo da

helicônia; o cambuci tem conquistado cada vez mais espaço na alimentação servida aos visitantes; e a palmeira-juçara, comumente explorada de forma ilegal na região, tem sido um instrumento de educação e conservação. A polpa de seus frutos, muito semelhante à do açaí, vem sendo trabalhada como opção de renda para os proprietários do entorno, de forma que o manejo da espécie contribua para a valorização de fragmentos florestais em terras privadas. A partir de um processo de mobilização e envolvimento da comunidade, os proprietários rurais reúnem-se nas chamadas Oficinas de Manejo para a construção coletiva de um programa para a espécie, como estratégia de conservação da Mata Atlântica.

Grupos	Total de espécies	Destakes
Mamíferos	35	17 ameaçadas de extinção
Aves	226	1 ameaçada de extinção
Peixes	10	1 rara
Anfíbios	47	1 rara e 4 ameaçadas de extinção
Formigas	144	1 ainda não-descrita
Orquídeas	94	1 é a menor do mundo
Flora arbórea	319	11 ameaçadas de extinção e 1 ainda não-descrita

Dados colhidos até março de 2007 – Levantamentos ainda em andamento

O Instituto Ecofuturo tem como um dos seus objetivos contribuir para a formulação de políticas públicas nas áreas de leitura e meio ambiente

Políticas públicas

Um dos objetivos do Instituto Ecofuturo é o de contribuir para a formulação de políticas públicas nas áreas de leitura e meio ambiente. Nessa linha, em 2008 foi diretamente responsável pela realização da articulação necessária para a criação e a aprovação do *Dia Estadual da Leitura* no *Dia da Criança*, em 12 de outubro. Tal iniciativa tem como objetivo sensibilizar pais e educadores sobre a importância de ler para crianças que ainda não sabem falar, instituindo momentos de leitura em voz alta para incentivar sua formação leitora, bem como alertar a sociedade sobre a necessidade e a importância de criar e renovar bibliotecas públicas e comunitárias.

Com a promulgação da lei, o Instituto Ecofuturo e a Secretaria de Estado da Cultura iniciaram o planejamento e a busca de parcerias para a realização de ações com o tema *Brincar de Ler*, focado em crianças de 0 a 6 anos. A ideia foi compor uma rede de iniciativas integradas com organizações que já mantêm ações de promoção da leitura, mídia, escolas, bibliotecas públicas e comunitárias.

No início de 2009, também como resultado da iniciativa do Ecofuturo, foi sancionado, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o *Dia Nacional da Leitura* em 12 de outubro, bem como a *Semana da Leitura e da Literatura*. Com isso, espera-se que o Brasil seja palco de ações públicas de leitura, a exemplo do que ocorre em outros países, contribuindo para a ampliação dos índices de leitura, vitais para o desempenho escolar e a atuação cidadã. Nas palavras do presidente Lula, “o livro e a leitura devem se transformar, de fato, em polos disseminadores de humanismo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade”.



Acima, Biblioteca Comunitária. Abaixo, ponte suspensa no Parque das Neblinas

12

de outubro passou a ser também o *Dia Nacional da Leitura*

Outra proposta do Instituto foi encampada em 2008 pela Associação Brasileira dos Pilotos de Helicópteros e pela Polícia Ambiental, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo: colocar a frota de helicópteros paulistas – a segunda maior do mundo, com 484 unidades – a serviço do meio ambiente. A ação consiste na transmissão de informações pelos pilotos que sobrevoam o espaço aéreo do Estado sobre possíveis crimes ambientais.

Inicialmente, participarão do monitoramento 60 pilotos, que receberam do Ecofuturo treinamento para a identificação dos delitos. Além disso, será criado um *call center*, que encaminhará as chamadas recebidas à Polícia Ambiental. A iniciativa ampliará a proteção da Mata Atlântica, do Cerrado, dos recursos hídricos e das condições atmosféricas do Estado de São Paulo.



Coruja na Unidade Mucuri (BA)

equilíbrio ambiental

Em 2008,
investimos mais de
R\$ 10 milhões nas
Unidades Florestais
e Industriais em
melhorias contínuas
de desempenho
ambiental

107

Equilíbrio ambiental

G R I

(EN 28 parcial, EN 30)

Em conformidade com nossa política de melhoria contínua de desempenho ambiental, em 2008 investimos R\$ 7,5 milhões em nossas Unidades Industriais. Os recursos foram concentrados na infraestrutura de gestão e tratamento final de resíduos sólidos, em novos sistemas de captação e tratamento de gases odoríficos, na otimização das estações de tratamento de efluentes e no monitoramento ambiental.

Concluimos a renovação das licenças de operação nas unidades Suzano, Rio Verde e Embu; passamos por auditorias de manutenção das normas ISO 9001 nas Unidades Suzano, Rio Verde e Mucuri; ISO 14001 nas Unidades Mucuri e Embu; OHSAS 18001 nas Unidades Mucuri, Suzano e Rio Verde; e conquistamos a certificação ISO 14001 em Suzano e Rio Verde e a ISO 9001 em Embu. Todas as nossas áreas florestais produtivas de São Paulo, da Bahia e de Minas Gerais são certificadas pela norma NBR ISO 14001: 2004 e auditadas periodicamente pelo Bureau Veritas Certification. Em 2008, mantivemos as certificações pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) nas áreas florestais de São Paulo, da Bahia e do Espírito Santo.

No exercício, também investimos mais de R\$ 2,5 milhões nas Unidades Florestais. Nossas adequações no manejo das mudas de eucalipto nos viveiros têm resultado em significativas reduções de consumo de água e fungicidas. Entre 2003 e 2008, em nosso maior viveiro, em Mucuri, a diminuição foi de 35% no consumo de água. Só em 2008, a redução foi da ordem de 5%, com consumo de 3,67 m³/milheiro de mudas. Nos fungicidas, a redução desde 2003 foi da ordem de 53,9%, sendo 17,2% só em 2008, com consumo de 0,77 g/mil estacas.

Outro destaque do ano foi a aplicação, nas Unidades de Negócio Florestal, do *software* Bioindex (Índice de Diversidade Biológica), uma ferramenta de gestão que permite a avaliação dos dados de nossa base cartográfica. Por meio da compilação de informações das áreas naturais (estágio de conservação, grau de concentração de fragmentos e seu formato) e de plantios de eucalipto (tipo de vegetação, borda, fragmentação, mosaico de idades e clones), poderemos planejar nossas atividades de forma a obter melhora gradativa da biodiversidade por glebas (mosaicos constituídos por talhões de plantios

Rio Mucuri (BA)





Secagem da Linha 2 na Unidade Mucuri

de eucalipto, estradas e cursos d'água, além de áreas naturais, como a Mata Atlântica ou o Cerrado). Pela utilização do Bioindex, o *Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro* nos incluiu no ranking 2008 de *Melhores Práticas de Gestão Socioambiental*.

Considerando toda a operação da Suzano Papel e Celulose e o desempenho ambiental da SPP-Nemo, as informações referentes às emissões, geração de resíduos e consumos da SPP-Nemo foram desconsideradas, em razão da baixa significância.

No ano, não recebemos multas ou sanções significativas resultantes de não-conformidades com leis e regulamentos ambientais em nossas Unidades Fabris e Florestais.

Materials

G R I
(EN1, EN2)

O principal insumo renovável utilizado em nossas Unidades Suzano e Mucuri para a produção de papel e celulose é a madeira, plantada em áreas próprias ou de fomento exclusivamente para este fim. Buscamos sempre o desenvolvimento de clones com maior rendimento silvicultural para obtermos maior taxa de conversão madeira/celulose e menor consumo de químicos.

No processo industrial de produção de papel e celulose nas Unidades acima, deve-se considerar como principais



foi a redução do consumo de água no Viveiro de mudas de eucalipto em Mucuri no ano passado

matérias-primas não-renováveis: soda cáustica, sulfato de sódio, cal virgem, carbonato de cálcio e alvejante ótico.

Nas Unidades Embu e Rio Verde, utilizamos como principal insumo renovável a celulose em diversas formas (aparas, pastas, entre outras) e como não-renováveis carbonato de cálcio, caulim, amido natural e alvejante ótico.

Em 2008, na Unidade Mucuri, o consumo de madeira foi de 5.160 toneladas e o de soda cáustica, sulfato de sódio e cal virgem de 101.424 toneladas. Na Unidade Suzano, o consumo de madeira atingiu 1.377.395 toneladas e o de soda cáustica, cal, carbonato de cálcio e alvejante ótico 255.647 toneladas – volume que vem sendo reduzido fortemente nos dois últimos períodos em razão de ações de grupos focados nesse objetivo.

Na Unidade Rio Verde, o consumo de matérias-primas celulósicas, 100% renováveis, no ano, foi de 47.293 toneladas, e o de amido, alvejante ótico e carbonato de cálcio totalizou 5.747 toneladas. Na Unidade Embu, as matérias-primas celulósicas consumidas somaram 45.726 toneladas e carbonato de cálcio, caulim e amido natural totalizaram 5.697 toneladas.

Pesquisas no Centro de Tecnologia Florestal, Itapetininga (SP)



CONSUMO DE MATERIAIS

Unidade Industrial Mucuri

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008	
EN1	Materiais usados por peso ou volume	Essencial	Materiais renováveis	Consumo de madeira (total)	2.229.552 t	2.528.115 t	5.160.272 t
			Materiais não-renováveis	Consumo de soda cáustica, sulfato de sódio e cal virgem (total)	67.502 t	82.978 t	101.424 t
			Peso dos materiais usados	Consumo de materiais (total)	2.297.054 t	2.611.093 t	5.261.696 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que é renovável	Percentual de materiais renováveis	97%	97%	98%

Unidade Industrial Suzano

EN1	Materiais usados por peso ou volume	Essencial	Materiais renováveis	Consumo de madeira (total)	1.352.735 t	1.387.607 t	1.377.395 t
			Materiais não-renováveis	Consumo de soda cáustica, cal, carbonato de cálcio, alvejante ótico (total)	317.028 t	290.070 t	255.647 t
			Peso dos materiais usados	Consumo de materiais (total)	1.669.763 t	1.677.617 t	1.475.254 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que é renovável	Percentual de materiais renováveis	81%	83%	93%

Unidade Industrial Rio Verde

EN1	Materiais usados por peso ou volume	Essencial	Materiais renováveis	Consumo de matérias-primas celulósicas (total)	NA	NA	47.293 t
			Materiais não-renováveis	Consumo de amido, alvejante ótico e carbonato de cálcio (total)	NA	NA	5.747 t
			Peso dos materiais usados	Consumo de materiais (total)	NA	NA	53.040 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que é renovável	Percentual de materiais renováveis	NA	NA	89%

Unidade Industrial Embu

EN1	Materiais usados por peso ou volume	Essencial	Materiais renováveis	Consumo de matérias-primas celulósicas (total)	NA	NA	45.726 t
			Materiais não-renováveis	Consumo de amido, caulim e carbonato de cálcio (total)	NA	NA	5.697 t
			Peso dos materiais usados	Consumo de materiais (total)	NA	NA	51.423 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que é renovável	Percentual de materiais renováveis	NA	NA	89%

Unidade Florestal

EN1	Materiais usados por peso ou volume	Peso dos materiais usados (não-renováveis)	Essencial	Consumo de calcário de NPK (total)	4,17 t/ha	2,21 t/ha	1,14 t/ha
-----	-------------------------------------	--	-----------	------------------------------------	-----------	-----------	-----------

CONSUMO DE MATERIAIS

Unidade Industrial Suzano e Rio Verde^(*)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN2	Percentuais usados provenientes de reciclagem	Peso dos materiais usados	Aparas de Papel	11.751 t	16.835 t	21.022 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que são reciclados	Essencial	Porcentagem de insumos reciclados	1,01%

(*) Considerada a produção de Aparas e Santher sobre todos os materiais usados

Unidade Industrial Embu^(*)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN2	Percentuais usados provenientes de reciclagem	Peso dos materiais usados	Aparas de Papel	NA	NA	13.845 t
			Porcentagem dos materiais utilizados que são reciclados	Essencial	Porcentagem de insumos reciclados	NA

(*) Neste campo foi computado como material reciclado o refugo (REFESC = 6.913 t, REFBCO= 419 t, REFMB6= 3.947 t, Aparas de cartolina 2.566 t); Material reciclado usado = 13.845 t dividido pelos materiais renováveis = 45.726 t resulta em 30,28.

Energia

G R I

(EN3, EN4, EN5, EN6)

Nossas Unidades Industriais de Papel e Celulose produzem uma parcela significativa da energia que consomem. Ela é gerada por meio de fontes renováveis, como o licor negro (subproduto decorrente do processo de cozimento da madeira para extração da celulose) e a biomassa (cascas e cavacos de madeira), e também por meio de fontes não-renováveis, como gás natural e óleo combustível.

Além disso, detemos a participação de 17,9% da UHE Amador Aguiar, o que representa 100% da necessidade de aquisição de energia elétrica das Unidades de Suzano, Rio Verde e Embu. Na Unidade Suzano, a parcela de energia gerada internamente alcançou o melhor resultado dos últimos três anos: 40,3% do consumo total de energia elétrica.

Em nossa Unidade Mucuri, avançamos para a autossuficiência de energia no ano, com a produção interna de 92,48% do consumo. Com o fim da curva de aprendizado e a normalização de nossas atividades nas duas linhas de produção, temos potencial para gerar todo o recurso consumido na Unidade, bem como a possibilidade de iniciar um projeto de venda de energia. O ano também foi marcado por uma expressiva redução no consumo de energia elétrica comprada em Mucuri – 53,7% em relação a 2007 –, em razão de controles de consumo e ações de melhoria de processos, com operações mais eficazes de máquinas e equipamentos.

92,5% da energia consumida na Unidade Mucuri é produzida internamente

Em nossa Unidade Mucuri, avançamos para a autossuficiência de energia no ano, com a produção interna de 92,48% do consumo.

O bom desempenho está relacionado aos resultados dos trabalhos internos, que têm proporcionado maior eficiência energética e redução de desperdícios. A principal medida é a da interligação do sistema elétrico da Linha 1 e da Linha 2 de Mucuri, o que garante o máximo aproveitamento da energia dos sistemas. Outro exemplo é a otimização da curva de rendimento dos turbogeradores, fazendo com que trabalhem no ponto de máxima eficiência. Essas e outras ações estão sendo monitoradas para a verificação da eficiência energética obtida.

GESTÃO DE ENERGIA(*)

Unidade Industrial Mucuri (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Essencial	Consumo de energia elétrica comprada (total)	262.970	337.791,6	156.403,5
			Consumo de energia elétrica produzida na fábrica (total)	2.034.633	2.572.672,3	3.973.549,9
			Consumo de óleo combustível	ND	3.357.070,7	2.794.350

Unidade Industrial Suzano (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Essencial	Consumo de energia elétrica comprada (total)	1.429.239	1.410.152	1.433.265
			Consumo de energia elétrica produzida na fábrica (total)	895.906	863.095	890.489
			Consumo de óleo combustível	464.155	597.898	664.493,18
			Consumo de gás natural	5.086.564	4.892.145	5.027.565,98

Unidade Industrial Rio Verde (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Essencial	Consumo de energia elétrica comprada (total)	154.763	155.438	167.709
			Consumo de energia elétrica produzida na fábrica (total)	0	0	0
			Consumo de gás natural	602.524	501.953	472.585

112

Unidade Industrial Embu (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Essencial	Consumo de energia elétrica comprada (total)	107.159	133.633	121.993
			Consumo de energia elétrica produzida na fábrica (total)	0	0	0
			Consumo de gás natural	71.898	196.724	204.186

Unidade Florestal (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Essencial	Consumo de diesel	1.242.936	155.894,5	213.694,4
			Consumo de gasolina	22.270	12.573	13.526

* Não houve consumo de energia por fonte de combustível petróleo bruto e carvão nas Unidades.

* O valor de consumo de combustível, a partir de 2007, foi calculado considerando-se apenas o consumo próprio, não incluindo o consumo de empresas terceirizadas. Em 2006, esse cálculo abrangeu uma estimativa geral de consumo (incluindo atividades de terceiros) baseada no inventário completo de emissões. O consumo maior, em 2006, deve-se à inclusão, no escopo do inventário, do consumo de caminhões pesados para transporte de madeira no cálculo (bitrem/tritrem) e à adequação da frota à expansão da produção duplicação na Unidade Mucuri.

Unidade Florestal (GJ)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	Essencial	Consumo de energia elétrica	2.490	4.113	3.710

* O consumo de Energia Indireta (EN4) é considerado desprezível nas Unidades Industriais, mas relevante na Unidade Florestal.



Lençóis Maranhenses, no Maranhão, Estado onde será a nova Unidade Industrial da Suzano

Água

G R I

(EN8, EN9, EN10 parcial)

Em 2008, alcançamos resultados expressivos na redução do consumo de água em nossas Unidades Industriais. O bom desempenho ocorreu em razão de investimentos e da atuação de grupos de colaboradores focados na redução de perdas, reuso e otimizações operacionais.

Na Unidade Suzano, foi investido mais de R\$ 1 milhão, o que ocasionou redução de 316 m³/h, aproximadamente 10% da vazão de captação. O projeto de automatização da recuperação de água do lavador de gases da caldeira CBC III e a recuperação de águas na Central de Lavagem, Branqueamento e Caustificação, em fase de instalação, já começam a proporcionar redução de consumo de água na Unidade.

Na Unidade Embu, obtivemos redução de 3% (9,9 m³/t para 9,6 m³/t) no ano, em relação ao exercício anterior.

Em Suzano, onde o consumo é maior pelo fato de a fábrica integrar a produção de celulose e papel, a redução foi de 6,7% (de 44,0 m³/t para 41,05 m³/t). Na Unidade Rio Verde, foi de 5,2% (19,38 m³/t para 18,37 m³/t), e na Unidade Mucuri foi de 22,7% (de 42,7 m³/t para 33,0 m³/t). O avanço é decorrente da otimização do trabalho durante o aprendizado do início do funcionamento da Linha 2, além da aplicação de ferramentas de controle, com o monitoramento *on-line* de cada área da fábrica.

O destaque na adoção de processos de reutilização e reciclagem da água é a Unidade Embu, onde deixamos de captar 1.186.516 m³ do rio.

A atuação de um grupo de colaboradores focados na redução de perdas, reuso e otimizações operacionais, além de investimentos realizados, reduziu substancialmente o nosso consumo de água

6,7%

foi a redução do uso de água na Unidade Suzano, onde o consumo é maior pelo fato de a fábrica integrar a produção de celulose e papel

113

GESTÃO DE ÁGUA

Unidade Industrial Mucuri

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN8	Total de retirada de água por fonte	Essencial	Consumo de água do Rio Mucuri (específico)	42,1 m³/t	42,7 m³/t	33,0 m³/t
			Consumo de água do Rio Mucuri (total)	30.521.195 m³	37.905.559 m³	52.406.046 m³

Unidade Industrial Suzano

EN8	Total de retirada de água por fonte	Essencial	Consumo de água do Rio Tietê (específico)	44 m³/t	44 m³/t	41,05 m³/t
			Consumo de água do Rio Tietê (total)	26.739.928 m³	28.780.680 m³	27.950.700 m³

Unidade Industrial Rio Verde

EN8	Total de retirada de água por fonte	Essencial	Consumo de água do Rio Tietê (específico)	ND	ND	18,37 m³/t
			Consumo de água do Rio Tietê (total)	ND	ND	1.014.751 m³

Unidade Industrial Embu

EN8	Total de retirada de água por fonte	Essencial	Consumo de água do Rio Embu-Mirim (específico)	11,3 m³/t	9,9 m³/t	9,6 m³/t
			Consumo de água do Rio Embu-Mirim (total)	ND	ND	477.525 m³
			Consumo de água Subterrânea (total)	ND	ND	22.375 m³
			Consumo de água (total)	372.793 m³	510.305 m³	499.900 m³

Unidade Florestal

EN8	Total de retirada de água por fonte	Essencial	Consumo de água Viveiros e Outorgas	433.024 m³	577.271 m³	173.992 m³
			Consumo de água Viveiros e Outorgas – BA (específico)	4,56 m³/t	4,22 m³/t	3,76 m³/t
			Consumo de água Viveiros e Outorgas – SP (específico)	2,88 m³/t	2,43 m³/t	2,66 m³/t

GESTÃO DE ÁGUA

Unidade Industrial Suzano

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Adicional	Vazão do Rio Tietê (total)	43.200 m³/h	38.160 m³/h	41.400 m³/h
			Consumo de água da Suzano (total)	3.060 m³/h	3.050 m³/h	3.190 m³/h
			% Retirada	7,08%	7,99%	7,71%

Em 2008, a Unidade Suzano captou aproximadamente 7,7% da vazão de água do Rio Tietê, tendo em vista o reduzido fluxo dele no ponto de captação, na cidade de Suzano. O sistema de reservatórios existente na região retém e controla as vazões dos rios da bacia, assegurando, assim, boa parte do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo.

66

milhões de mudas foram produzidas pela Suzano e por seus terceiros no ano passado

PRODUÇÃO DE MUDAS

	2006	2007	2008
São Paulo	18.811.827	22.496.976	17.069.302
Bahia	25.184.630	28.306.112	48.960.647

Consideramos mudas próprias e as adquiridas de terceiros.

Biodiversidade

G R I
(EN11, EN12, EN13, EN14)



Vista área de plantio no sul da Bahia

As áreas de preservação permanente, reservas legais e outras áreas destinadas à conservação e à recuperação dos ecossistemas naturais somam aproximadamente 214 mil hectares, cerca de 40% da área total de nossa Unidade Florestal. As nossas terras destinadas à preservação, em São Paulo, Minas Gerais, no Espírito Santo e na Bahia, estão localizadas em biomas prioritários para a conservação da biodiversidade: Mata Atlântica e Cerrado.

Não mantemos atividades em Unidades de Conservação e, nas áreas adjacentes, realizamos atividades devidamente licenciadas. No total, possuímos 59.391ha (593.910 km²) em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação. Deste montante, 31.080 ha (310.800 km²) são de plantios de eucalipto, 25.277 ha (252.770 km²) são áreas de conservação do bioma natural e 3.024 ha (30.240 km²) são destinadas à infraestrutura.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Floresta Nacional do Rio Preto (ES)
Reserva Biológica Corrego Grande (ES)
Parque Estadual de Itaúnas (ES)
Parque Estadual de Carlos Botelho (SP)
Parque Estadual Serra do Mar (SP)
Estação Ecológica Angatuba (SP)

Os principais impactos possíveis do manejo florestal estão relacionados aos processos erosivos em estradas e na biodiversidade, em virtude das atividades silviculturais. Nas áreas de zona de amortecimento de Unidades de Conservação existe um maior critério quanto às questões relacionadas à biodiversidade, expresso a seguir.

40% das nossas terras são destinadas à preservação permanente, reservas legais e à conservação e recuperação dos ecossistemas

Realização de atividades em mosaico, pulverizando as atividades e diminuindo um possível impacto local;

Formação de corredores ecológicos, aumentando a conectividade e consequentemente a biodiversidade;

Trato diferenciado de pragas e doenças, com combates localizados nas proximidades de Unidades de Conservação;

Desvio de rota de máquinas e caminhões nas proximidades de Unidades de Conservação;

Sistema de vigilância para coibir ações contra a fauna e a flora, com orientações especiais em relação a áreas com alto valor de conservação;

Colocação de brigadas de combate a incêndio à disposição das Unidades de Conservação, quando necessário; e

Manutenção periódica de estradas, a fim de evitar processos erosivos.

Em nossas áreas de atuação, desenvolvemos programas de monitoramento e conservação ambiental da flora e da fauna, em parceria com centros de pesquisa especializados, com o objetivo de verificar e monitorar a saúde das florestas.



O monitoramento de aves é uma ferramenta reconhecida do ponto de vista de avaliação da biodiversidade. A presença delas é um indicador universal para determinar as condições ambientais, e seu monitoramento nos ajuda a perceber as alterações no meio ambiente e avaliar as melhorias introduzidas no manejo florestal. Em nossas áreas, fazemos monitoramento da avifauna desde 2001 e os resultados demonstram o aumento da biodiversidade.

Em 2008, demos continuidade aos monitoramentos ambientais, como florístico e fitossociológico, mastofauna (mamíferos), águas superficiais e subterrâneas, estradas e evolução de corredores ecológicos. Formalizamos ainda, com órgãos ambientais (Fundação Florestal, em São Paulo, e SEMARH, na Bahia), o pedido para reconhecimento de duas

florestas de alto valor de conservação em nossas áreas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Nossa expectativa é a de que a floresta de 1.100 hectares existente em Mucuri (BA), nas proximidades de nossa fábrica, assim como a de 240 hectares, em Itatinga (SP), sejam reconhecida como RPPN em 2009, o que demonstra nossa preocupação em preservar fragmentos importantes dos biomas em que estamos inseridos.

Em nossas áreas, já recuperamos aproximadamente 5 mil hectares de trechos de reserva legal e preservação permanente com o plantio de mais de 3 milhões de mudas de espécies nativas, sendo 240 mil só em 2008. Trabalhamos em parceria com o Laboratório de Ecologia e Recuperação Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), no desenvolvimento de novas estratégias para aplicação de melhores práticas de recuperação ambiental. Entre as técnicas utilizadas em São Paulo para recuperação de áreas alteradas, destaca-se a de nucleação que, bastante promissora, foi adotada em projeto-piloto em dez hectares. A evolução está sendo monitorada e já indica bons resultados. Assim, provavelmente a técnica será aplicada em escala operacional.

No total, possuímos 38.208 ha (384.080 km²) de áreas naturais em processo de recuperação ambiental, grande parte por regeneração natural, dada a capacidade de resiliência dos ecossistemas das regiões onde estamos localizados.

3

milhões de mudas
de espécies nativas foram
plantadas em aproximadamente
5 mil hectares da Suzano



Floresta em Mucuri (BA)



Plantio de mudas em Urbano Santos (MA)

Emissões atmosféricas

G R I

(EC2, EN16, EN17, EN18, EN19, EN20)

Integramos diversas iniciativas nacionais e internacionais no âmbito das mudanças climáticas. Somos membro-pleno do *Chicago Climate Exchange* (CCX), maior bolsa de crédito de carbono proveniente de florestas plantadas, por meio da qual, em 2008, negociamos a venda de créditos equivalentes a 15 mil toneladas de carbono. Também fazemos parte do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e do *GHG Protocol Brasil*, e participamos anualmente do *Carbon Disclosure Project* (CDP).

Como empresa que possui extensa base florestal, buscamos a sustentabilidade como fundamento para todas as nossas práticas, assim como para todas as nossas relações. Todo o nosso processo de produção baseia-se em rígidos padrões de qualidade aliados à preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

As mudanças climáticas nos desafiam pelo fato de a essência do nosso negócio ser baseada em plantações de eucalipto. Os desafios concentram-se em questões como produtividade das plantações, que pode ser afetada com o aumento da temperatura e declínio na precipitação.

Assim, aproveitamos as oportunidades de vendas de crédito de carbono proveniente de projetos fabris e florestais, tanto no mercado mandatório, como o de Kyoto, quanto no mercado voluntário, como o da câmara CCX.

De acordo com o Inventário de Emissões de 2007, considerando os escopos 1, 2 e 3⁽¹⁾, ou seja, emissões diretas e indiretas, foram emitidas 792 mil toneladas de CO₂, enquanto no mesmo período 3 milhões de toneladas de CO₂ foram sequestradas por nossas florestas plantadas de eucalipto localizadas nos Estados de São Paulo, do Espírito Santo e da Bahia. Assim, para cada uma tonelada de carbono emitida em nossos processos, 3,8 toneladas são absorvidas por nossas florestas plantadas. Esse volume não inclui nossas áreas destinadas à preservação e conservação ambiental.

⁽¹⁾ Escopo 1: emissões de GEE diretas – emissões de GEE da própria empresa (emissões físicas), incluídas as emissões da queima de combustível, os processos de fabricação, tratamento de resíduos e transporte de propriedade da empresa. Escopo 2: emissões de GEE indiretas – emissões líquidas a partir de importações e exportações de energia, como é o caso de eletricidade e vapor importados e exportados. Escopo 3: outras emissões de GEE indiretas – todas as outras fontes de emissão possivelmente atribuíveis à atividade da Empresa. Neste escopo, foram incluídos os serviços de transportes por terceirizados.

Nosso volume de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa de 2008 está em fase de apuração. No entanto, viemos trabalhando continuamente na redução das emissões por meio de melhorias de eficiência de energia nos processos industriais e na identificação de oportunidades para isso. Exemplo é o gerenciamento de resíduos, que prioriza a reutilização do maior volume possível de material como fonte de energia.

	2005*	2006*	2007
Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso**(em t de CO ₂)	602.000	607.000	792.000
Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso***(em t de CO ₂)	109.100	121.100	134.700

* Os números de 2005 e 2006 foram revistos para se adequarem à metodologia atual de apuração das emissões.

** No indicador, estão contemplados os escopos 1, 2 e 3 do Inventário de Gases Efeito Estufa, realizado anualmente pela Empresa. O conceito de escopo está de acordo com o protocolo WRI/WBCSD GHG.

*** No indicador, estão contemplados os escopos 2 e 3 do Inventário de Gases Efeito Estufa, realizado anualmente pela Empresa. O conceito de escopo está de acordo com o protocolo WRI/WBCSD GHG. O aumento da quantidade de gases emitidos em 2007, comparado ao ano de 2006, se deve à inclusão da unidade fabril de Embu e da Linha 2 da Unidade Mucuri.

Também trabalhamos em 2008 para a elaboração de um projeto de sequestro de carbono – por meio da redução das emissões das nossas unidades fabris e da revegetação de áreas degradadas com a plantação de espécies nativas –, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instituído pelo artigo 12 do Protocolo de Kyoto. Para cada tonelada de gás de efeito estufa equivalente a uma tonelada de CO₂ retirada da atmosfera ou não emitida em decorrência de projetos de MDL, as empresas recebem um certificado que vale créditos de carbono para negociação. Estamos em fase final de elaboração desse projeto.

Ainda no exercício, instalamos em Mucuri um sistema de controle de odor que proporcionou a captação de novos gases e resultou em níveis inferiores aos existentes antes da construção da Linha 2. A captação é integrada nas duas linhas e abrange o controle de todas as fontes de odor.

Além disso, por meio de amostragem, monitoramos a fumaça preta emitida pelos caminhões de transporte de toras. Em caso de irregularidades, os veículos são imediatamente encaminhados à manutenção e só voltam a circular após a resolução do problema.

GESTÃO DE EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

Unidade Industrial Mucuri (t)

		Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Essencial	Emissão de SOx (total)	355	154	627
			Emissão de NOx (total)	493	234	787
			Emissão de Material Particulado (total)	993	2.633	307
			Emissão de TRS (total)	6	28	11

* Apesar do total de SOx e NOx ter aumentado em termos quantitativos, por conta da operação total da Linha 2, a emissão específica, por tonelada de produção de papel e celulose, permaneceu em torno dos mesmos valores médios obtidos em 2006 e 2007.

Unidade Industrial Suzano (t)

EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Essencial	Emissão de SOx (total)	202	264	131
			Emissão de NOx (total)	ND	506	729
			Emissão de Material Particulado (total)	309	281	322
			Emissão de TRS (total)	1,82	1,79	2,18

Unidade Industrial Embu (t)

EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Essencial	Emissão de NOx (total)	ND	ND	8,68
------	---	-----------	------------------------	----	----	------

* Unidade Rio Verde não realizou amostragens em 2008.



*Nosso processo de produção
baseia-se em rígidos
padrões de qualidade
alinhados à preservação
dos recursos naturais para
as futuras gerações*

Camila Serafim Jacob, colaboradora do Centro
de Tecnologia Florestal, em Itapetininga (SP)

Efluentes e resíduos

G R I

(EN21, EN22, EN23, EN24, EN25)

Realizamos em 2008 uma completa reforma da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Unidade Mucuri, o que nos permitiu encerrar o exercício com a qualidade de efluente nos mesmos limites de controle ambiental requeridos antes da entrada em operação da Linha 2. Isso significa que, embora tenhamos ampliado a produção e a geração de carga, mantivemos o mesmo padrão ambiental.

Para acompanhar a ampliação da produção na Unidade, adotamos uma nova tecnologia na ETE, que resultou na aplicação de um sistema de dosagem de nutrientes, torre de resfriamento e o sistema MBBR (*Moving Bed Biofilm Reactor*) de tratamento de efluentes. Assim como a Unidade Suzano, a Unidade Mucuri firmou parceria com empresa terceirizada que passou a comprar parte de nossos resíduos – antes usados como complemento para adubação – para reciclagem e utilização em produtos à base de celulose, como camadas intermediárias de papelcartão. Assim, conseguimos trabalhar de forma sustentável, substituindo uma grande despesa por lucros e ganhos ambientais. Esse parceiro também passou a comprar nossas cascas de árvores com areia, que eram encaminhadas para um aterro industrial, para serem usadas como fonte energética em empresas de pequeno porte.

A Unidade Embu atingiu também a menor emissão anual de DBO5 (Demanda Bioquímica de Oxigênio) desde 2005, de -4,34 toneladas, um reflexo do maior controle e da eficiência nos sistemas de tratamento.

Além disso, no exercício, nos consolidamos como a primeira empresa do setor de papel e celulose a utilizar adubo biossólido, material proveniente de lama seca de esgoto de estações de tratamento da Sabesp. Usamos o adubo em nosso Núcleo Florestal de Itatinga (SP), contribuindo para a não-deposição do material em aterros sanitários.

Já na Unidade Mucuri, não há descartes de água com impactos significativos. A Unidade Suzano emite volume de efluentes semelhante ao volume de água captada.

-4,34

toneladas de emissão
anual de DBO5 (Demanda

Bioquímica de Oxigênio) desde 2005
na Unidade Embu

*No Núcleo Florestal de Itatinga,
em São Paulo, utilizamos adubo
biossólido, proveniente de lama seca
de esgoto de estações de tratamento
da Sabesp, evitando a deposição do
material em aterros sanitários*

O lançamento de 3.200 m³/h de efluentes representa aproximadamente 7,7% da vazão do Rio Tietê na cidade de Suzano. De acordo com informações da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, os locais de captação de água bruta das unidades Suzano e Rio Verde no Rio Tietê se encontram em áreas fortemente urbanizadas, caracterizadas como Área de Preservação Ambiental (APA). A APA do Rio Tietê foi criada em 1987 e corresponde a uma extensa faixa de várzeas que acompanha o curso, totalizando 7.400 ha. A área de proteção representa um abrigo para uma restrita fauna, composta de aves migratórias como garças e quero-queros, muito comuns na região.

No ano, não registramos casos de derramamento significativo em nossas Unidades.



Encontro das águas em Teresina, no Piauí, Estado onde será instalada uma nova Unidade Industrial

GESTÃO DE EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

Unidade Industrial Mucuri

	Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008	
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Essencial	Geração de Efluentes Líquidos	29.868.723 m ³	35.826.602 m ³	45.681.703 m ³
			Carga Orgânica (DBO5) no efluente final (total)	819 t	1.194 t	1.686 t
			Demanda Química de Oxigênio (DQO) no efluente final (total)	11.447 t	18.068 t	18.542 t
			Halogênios Adsorvíveis (AOx) no efluente final (total)	67 t	94 t	118 t
			Carbono Orgânico Total (TOC) no efluente final	4.089 t	ND	ND

Unidade Industrial Suzano

EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Essencial	Geração de Efluentes Líquidos	26.434.837 m ³	27.612.552 m ³	28.385.096 m ³
			Carga Orgânica (DBO5) no efluente final (total)	672 t	710 t	694 t
			Demanda Química de Oxigênio (DQO) no efluente final (total)	5.106 t	4.953 t	5.189 t
			Halogênios Adsorvíveis (AOx) no efluente final (total)	35 t	37 t	32,7 t
			Carbono Orgânico Total (TOC) no efluente final	ND	ND	ND

Unidade Industrial Rio Verde

EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Essencial	Geração de Efluentes Líquidos	827.880 m ³	979.414 m ³	934.771 m ³
			Carga Orgânica (DBO5) no efluente final (total)	139 t	117 t	127 t
			Demanda Química de Oxigênio (DQO) no efluente final (total)	359 t	384 t	435 t

Unidade Industrial Embu

EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Essencial	Geração de Efluentes Líquidos	376.056 m ³	354.052 m ³	482.902 m ³
			Carga Orgânica (DBO5) no efluente final (total)	6,4 t	6,42 t	4,34 t
			Demanda Química de Oxigênio (DQO) no efluente final (total)	38,8 t	49,2 t	56,17 t

GESTÃO DE EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

Unidade Industrial Mucuri

	Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008	
EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	ND	82 t	93 t
		Resíduos não-perigosos	147.584 t	170.590 t	228.434 t	
EN24	Essencial	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Compostagem	ND	ND	52.739 t
			Reciclagem	63.658 t	37.742 t	7.758 t
			Recuperação	3.524 t	7.245 t	ND
			Incineração	4.144 t	4.347 t	2.161 t
			Aterro sanitário	76.259 t	34.514 t	69.524 t
			Armazenamento no local	ND	86.742 t	96.249 t

Unidade Industrial Suzano

EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	16 t	8 t	8,8 t
			Resíduos não-perigosos	96.897 t	110.653 t	121.473 t
EN24	Essencial	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Reutilização	3.712 t	4.076 t	104.615 t
			Reciclagem	56.736 t	61.690 t	-
			Recuperação	3.000 t	1.500 t	-
			Incineração	2 t	7 t	<1 t
			Aterro sanitário	11.188 t	14.681 t	25.667 t
			Armazenamento no local	0	0	30.000 t

Unidade Industrial Rio Verde

EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	ND	ND	<1 t
			Resíduos não-perigosos	ND	ND	4.894 t
EN24	Essencial	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Reutilização	ND	ND	4.894 t
			Reciclagem	ND	ND	-
			Recuperação	ND	ND	-
			Incineração	ND	ND	<1 t
			Aterro sanitário	ND	ND	7,85 t
			Armazenamento no local	ND	ND	0

Unidade Industrial Embu

EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	ND	40,2 t	-
			Resíduos não-perigosos	ND	2,85 t	2,8 t
EN24	Essencial	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Reutilização	ND	10 t	16 t
			Reciclagem	ND	328 t	123 t
			Recuperação	ND	-	-
			Incineração	ND	0,002 t	0,006 t
			Aterro sanitário	ND	2,85 t	2,8 t
			Armazenamento no local	ND	0	0

GESTÃO DE EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

Unidade Industrial Suzano

	Tipo	Detalhamento Indicador	2006	2007	2008	
EN25	Essencial	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	Vazão do Rio Tietê	43.200 m³/h	38.160 m³/h	41.400 m³/h
		Vazão Efluentes	3.060 m³/h	3.050 m³/h	3.206 m³/h	

Produtos e serviços

G R I

(EN26)

Entre as iniciativas relacionadas a produtos e serviços, lançamos, em julho, o Report Carbono Zero®, o primeiro papel fabricado no Brasil em escala industrial que compensa a emissão de gases de efeito estufa durante o processo produtivo por meio do plantio de árvores. Para marcar o lançamento, no dia 12 de julho, promovemos o plantio de 150 mudas de espécies nativas às margens do Rio Faxinal, no município de Porto Feliz (SP). A ação teve a parceria da ONG Iniciativa Verde. Além disso, também firmamos parceria na Europa para a produção do primeiro envelope do mundo certificado pelo *Forest Stewardship Council* (FSC).

As análises do Ciclo de Vida do Paperfect®, cujo objetivo era consolidar uma metodologia para a avaliação do produto, não foram concluídas. No entanto, elas devem ser retomadas em 2009.

BALANÇO SOCIAL ANUAL / IBASE – 2008

Empresa: Suzano Papel e Celulose (Controladora)

1 – Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			4.296.122			3.255.655
Resultado operacional (RO)			-583.926			797.475
Folha de pagamento bruta (FPB)			315.860			246.538
2 – Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	22.589	7,15%	0,53%	18.428	7,47%	0,57%
Encargos sociais compulsórios	73.807	23,37%	1,72%	61.107	24,79%	1,88%
Previdência privada	4.120	1,30%	0,10%	4.319	1,75%	0,13%
Saúde	22.810	7,22%	0,53%	17.683	7,17%	0,54%
Segurança e saúde no trabalho	6.554	2,07%	0,15%	4.412	1,79%	0,14%
Educação	5.094	1,61%	0,12%	4.545	1,84%	0,14%
Cultura	113	0,04%	0,00%	126	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.460	1,10%	0,08%	3.492	1,42%	0,11%
Creches ou auxílio-creche	177	0,06%	0,00%	135	0,05%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	49.995	15,83%	1,16%	44.698	18,13%	1,37%
Outros	14.836	4,70%	0,35%	12.860	5,22%	0,40%
Total – Indicadores sociais internos	203.555	64,44%	4,74%	171.805	69,69%	5,28%
3 – Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	5.476	-0,94%	0,13%	380	0,05%	0,01%
Cultura	87	-0,0%	0,0%	113	0,01%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	141	-0,02%	0,00%	115	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	6.621	-1,13%	0,15%	15.060	1,89%	0,46%
Total das contribuições para a sociedade	12.325	-2,11%	0,29%	15.668	1,96%	0,48%
Tributos (excluídos encargos sociais)	253.128	-43,35%	5,89%	231.219	28,99%	7,10%
Total – Indicadores sociais externos	265.453	-45,46%	6,18%	246.887	30,96%	7,58%
4 – Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	9.970	-1,71%	0,23%	13.700	1,72%	0,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	228	-0,04%	0,01%	294	0,04%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.198	-1,75%	0,24%	13.994	1,75%	0,43%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Empresa:	() não possui metas	(X) cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%

5 – Indicadores do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de empregados (as) ao final do período	3.540	3.525
Nº de admissões durante o período	366	406
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	6.066	6.010
Nº de estagiários (as)	64	42
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	635	618
Nº de mulheres que trabalham na Empresa	368	367
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,62%	0,60%
Nº de negros (as) que trabalham na Empresa	n/d	n/d
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	n/d	n/d
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	85	85

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008	Metas 2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	30,96	não existe meta estabelecida
Número total de acidentes de trabalho	0 ²	0 ²
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências () todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as) (X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos () são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apoia (X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Empresa 1.642	no Procon 0 na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 0% na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: 1.807.111	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	(9,55)% governo 0,00% acionistas (25,17)% retido	21,20% colaboradores (as) 113,52% terceiros (22,63)% terceiros 42,71% retido
	Em 2007: 885.537	
	26,94% governo 18,21% acionistas 34,77% colaboradores (as) (22,63)% terceiros 42,71% retido	

7 – Outras Informações

² Considerados acidentes com afastamento

Indicadores Ambientais – minimizar resíduos – Meta do planejamento estratégico “Aterro Zero” até 2012 (cumpre de 0 a 50%)

Consumo geral – Assumimos aqui que é o mesmo que considerar a meta de baixar o custo variável, pois representa principalmente o consumo de insumos do processo. Os resultados ainda estão negativos (cumpre de 0% a 50%)

Eficiência na utilização de recursos naturais – aqui vamos considerar a meta de redução do consumo de água industrial Mucuri (cumpre de 76% a 100%)

Informações corporativas

G R I

(2.6, 2.8)

Ações

- **Brasil:** Nossas ações preferenciais são listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com o símbolo SUZB5 e negociadas em lotes de 100 ações.
- **Europa:** Nossas ações preferenciais são listadas na Bolsa de Valores Latino-americana (Latibex), em Madri, na Espanha, com o símbolo brsuzbacnpa3 para as ações Preferenciais Classe A.
- **Estados Unidos:** Temos um programa de ADR1, com papéis negociados no mercado de balcão. Cada ADR equivale a três ações.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Classe das ações	Quantidade de ações	% do capital total
Ordinárias	107.821.512	34,3%
Preferenciais "A"	205.120.105	65,2%
Preferenciais "B"	1.540.879	0,5%
Total	314.482.496	100,0%
* Tesouraria	7.796.957	

Banco Custodiante

Banco Itaú S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar
Torre Eudoro Villela
04344-902 – São Paulo (SP)

Banco Depositário

The Bank of New York
101 Barclay Street – New York, NY – 10286 – USA

Formador de mercado

Ágora Sênior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Praia de Botafogo – 6º andar
22250-040 – Rio de Janeiro (RJ)

Debêntures

Agente Fiduciário
Pentágono S.A DTVM
Av. das Américas, 4.200, bloco 04 –
Ed. Buenos Aires, sala 514
22640-102 – Rio de Janeiro (RJ)

Informações aos Acionistas e Debenturistas

Gerência de Relações com Investidores
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 8º andar
01452-919 – São Paulo (SP)
Tel.: (5511) 3503-9061
e-mail: ri@suzano.com.br
www.suzano.com.br/ri

2008

*Demonstrações
Financeiras*



SUZANO
PAPEL E CELULOSE

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Aos
Administradores e Acionistas da
Suzano Papel e Celulose S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Suzano Papel e Celulose S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controlada em conjunto Ripasa S.A. Celulose e Papel, relativas ao período de oito meses findos em 31 de agosto de 2008, e as contas de ativo, passivo e de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, relativas ao período de quatro meses findos em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do resultado de equivalência patrimonial, dos ativos e passivos e das contas de resultado da controlada em conjunto Ripasa S.A. Papel e Celulose e do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e aos valores e demais informações incluídos nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, oriundos dessa controlada em conjunto e do consórcio, respectivamente, está baseada exclusivamente nas opiniões desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos exames efetuados por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras da Suzano Papel e Celulose S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Salvador,
23 de março de 2009

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-BA

Pedro L. Siqueira Farah
Contador
CRC 1SP097880/O-3/S-BA

Antonio Carlos Fioravante
Contador
CRC-1SP184973/O-0/S-BA

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 20)	1.737	17.308	16.939	17.308
Contas a receber de clientes (Nota 6)	1.391.670	922.952	790.042	731.982
Estoques (Nota 7)	585.867	541.491	881.568	695.461
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	333.700	229.816	361.025	263.570
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	60.766	26.679	131.351	44.743
Créditos a receber de partes relacionadas (Nota 16)	380	-	-	-
Outras contas a receber	40.723	43.804	44.964	48.837
Despesas antecipadas	4.411	3.189	4.509	3.292
Total do ativo circulante	4.340.317	2.844.864	4.406.710	3.145.113
Não-circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 20)	577	-	14.449	1.470
Créditos a receber de partes relacionadas (Nota 16)	49.083	16.894	-	563
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	152.436	164.545	152.440	174.696
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	644.199	484.005	646.647	506.792
Adiantamento a fornecedores (Nota 10)	215.632	173.472	215.632	173.472
Depósitos judiciais (Nota 17)	90.020	26.324	92.366	26.431
Outras contas a receber	32.222	40.528	43.902	51.519
	1.184.169	905.768	1.165.436	934.943
Ativo permanente				
Investimentos (Nota 11)	240.311	867.420	8.100	19.942
Imobilizado (Nota 12)	6.551.349	5.995.148	6.876.776	6.887.894
Intangível (Nota 13)	501.457	580.501	501.457	580.501
	7.293.117	7.443.069	7.386.333	7.488.337
Total do ativo não-circulante	8.477.286	8.348.837	8.551.769	8.423.280
Total do ativo	12.817.603	11.193.701	12.958.479	11.568.393

129

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante				
Fornecedores	219.067	311.892	277.318	345.814
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	1.690.813	608.226	1.703.942	712.321
Debêntures (Nota 15)	32.863	36.081	32.863	36.081
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 20)	150.039	9.019	151.022	13.457
Impostos a vencer	10.130	18.867	36.812	51.948
Remunerações e encargos a pagar	72.008	51.527	75.715	59.181
Contas a pagar	45.545	34.090	54.826	55.073
Valores a pagar para partes relacionadas (Nota 16)	15.917	124.763	521	504
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	470	65.089	470	65.096
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 9)	-	-	3.630	2.096
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	19.474	17.901	19.474	26.685
Total do passivo circulante	2.256.326	1.277.455	2.356.593	1.368.256
Não-circulante				
Passivo exigível a longo prazo				
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	4.907.536	4.018.363	5.094.183	4.267.014
Debêntures (Nota 15)	804.056	709.439	804.056	709.439
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 20)	51.652	4.673	54.398	4.674
Valores a pagar a empresas relacionadas (Nota 16)	116.850	-	-	-
Contas a pagar	3.321	4.169	3.321	7.491
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 9)	13.200	12.071	13.200	12.071
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	623.350	601.745	623.350	620.060
Provisão para contingências e passivos atuariais (Nota 17)	262.767	148.246	269.137	183.628
Plano de remuneração baseada em ações (Nota 19)	3.582	21.079	3.582	21.079
Total do passivo não-circulante	6.786.314	5.519.785	6.865.227	5.825.456
Patrimônio líquido (Nota 21)				
Capital social	2.054.430	2.054.427	2.054.430	2.054.427
Reservas de capital e de lucros	1.720.533	2.342.034	1.682.229	2.320.254
Total do patrimônio líquido	3.774.963	4.396.461	3.736.659	4.374.681
Total do passivo e patrimônio líquido	12.817.603	11.193.701	12.958.479	11.568.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta	4.879.104	3.789.547	4.648.193	3.962.702
Impostos sobre as vendas	(582.982)	(533.892)	(584.597)	(553.034)
Receita operacional líquida	4.296.122	3.255.655	4.063.596	3.409.668
Custo dos produtos vendidos	(2.651.148)	(2.041.059)	(2.647.236)	(2.215.580)
Lucro bruto	1.644.974	1.214.596	1.416.360	1.194.088
Receitas (despesas) operacionais	(2.228.901)	(421.289)	(2.052.143)	(381.991)
Despesas com vendas	(408.697)	(310.458)	(200.920)	(195.065)
Despesas gerais e administrativas	(174.725)	(154.201)	(206.040)	(203.921)
Honorários da administração	(41.345)	(23.232)	(45.364)	(25.967)
Despesas financeiras (Nota 23)	(2.040.461)	135.673	(2.095.657)	87.069
Receitas financeiras (Nota 23)	625.523	127.578	521.960	150.163
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(122.934)	(15.299)	(515)	(85)
Amortização de ágio (Nota 13)	(79.044)	(83.759)	(79.044)	(83.759)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 22)	12.782	(97.591)	53.437	(110.426)
Lucro operacional	(583.927)	793.307	(635.783)	812.097
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 9)	149.144	(256.621)	184.475	(275.496)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(434.783)	536.686	(451.308)	536.601
(Prejuízo) lucro por ação (R\$)	(1,41847)	1,71397		
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício	306.516	313.124		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Especial de ágio na Incorporação	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	2.054.388	303.507	108.723	(15.080)	122.343	1.315.170	146.130	-	4.035.181
Efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	-	-	-	-	-	-	-	(14.223)	(14.223)
Saldos ajustados com os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	2.054.388	303.507	108.723	(15.080)	122.343	1.315.170	146.130	(14.223)	4.020.958
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	39	-	-	-	-	-	-	-	39
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	536.686	536.686
Destinações:									
Juros sobre capital próprio creditados e pagos em 28 de setembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	(87.178)	(87.178)
Juros sobre capital próprio creditados em 21 de dezembro de 2007 e pagos em 09 de janeiro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	(74.044)	(74.044)
Reserva Legal	-	-	-	-	26.972	-	-	(26.972)	-
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	316.119	-	(316.119)	-
Reserva estatutária especial	-	-	-	-	-	-	35.124	(35.124)	-
Reserva para aumento de capital – Adoção Inicial Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	-	-	-	-	-	(16.974)	-	16.974	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.054.427	303.507	108.723	(15.080)	149.315	1.614.315	181.254	-	4.396.461
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(434.783)	(434.783)
Destinações:									
Aquisição de ações próprias	-	-	-	(186.718)	-	-	-	-	(186.718)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(434.783)	-	434.783	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.054.430	303.507	108.723	(201.798)	149.315	1.179.532	181.254	-	3.774.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(434.783)	536.686	(451.308)	536.601
Depreciação, exaustão e amortização	375.334	257.466	451.763	375.595
Resultado na venda de ativos permanentes	(19.107)	83.859	(23.395)	96.844
Resultado da equivalência patrimonial	122.934	15.299	515	85
Amortização de ágio	79.044	83.759	79.044	83.759
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.113.623	(484.091)	1.039.018	(441.174)
Despesas com juros, líquidas	364.180	525.318	373.905	519.845
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos	234.446	(69.285)	213.916	(64.721)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	(149.144)	256.621	(184.475)	275.496
Despesas com outros impostos	118.748	87.603	129.832	96.658
Provisão (reversão) de contingências	44.599	(51.788)	31.266	(62.615)
(Complemento) reversão de outras provisões	(19.439)	16.500	(20.684)	16.818
Despesas de juros com aquisição de ações próprias	110.860	-	110.860	-
Variações de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo:				
Aumento em contas a receber	(468.718)	(114.414)	(55.882)	(150.238)
Aumento em estoques	(44.376)	(108.693)	(228.283)	(146.103)
Aumento em impostos a compensar	(128.600)	(266.485)	(130.608)	(246.548)
Aumento (redução) em outros ativos circulantes e não-circulantes	(130.330)	(71.425)	(39.396)	68.827
Liquidação de operações com derivativos	(27.350)	65.816	(36.212)	67.001
(Redução) aumento em fornecedores	(92.302)	114.797	(67.962)	158.153
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e não-circulantes	(84.936)	148.580	(3.541)	10.298
Pagamento de juros	(268.656)	(380.118)	(284.980)	(408.926)
Pagamento de outros impostos e contribuições	(79.182)	(67.838)	(86.881)	(74.285)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(4.677)	(52.675)	(14.039)
Efeito líquido da cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	41.621	-	41.621	-
Efeito líquido da incorporação da BLDSPÉ	-	19.895	-	19.895
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	658.466	593.385	805.458	717.226
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Adições em investimentos	-	(13.630)	-	(11.860)
Adições no imobilizado e diferido	(910.029)	(1.223.988)	(1.065.854)	(1.353.009)
Recebimentos por venda de ativos permanentes	44.001	69.837	50.802	61.935
Efeito líquido da alienação Ariemil e Água Fria	15.209	12.706	15.209	12.033
Efeito líquido da cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	610.393	-	583.035	-
Efeito líquido da incorporação da BLDSPÉ	-	19.285	-	19.251
Caixa e equivalentes de caixa provenientes da incorporação da BLDSPÉ	-	1.300	-	1.300
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	(240.426)	(1.134.490)	(416.808)	(1.270.350)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(64.619)	(147.133)	(64.619)	(147.133)
Empréstimos captados	2.962.611	1.044.199	2.996.337	1.052.389
Liquidação de operações com derivativos	(4.104)	(2.924)	(3.672)	(2.924)
Pagamentos de empréstimos	(2.070.378)	(409.592)	(2.177.194)	(480.123)
Aquisição de ações próprias	(297.578)	-	(297.578)	-
Efeito líquido da cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	(82.534)	-	(82.534)	-
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamentos	443.398	484.550	370.740	422.209
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	77.002	(48.970)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	861.438	(56.555)	836.392	(179.885)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
Demonstração do aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	861.438	(56.555)	836.392	(179.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.847.392	3.756.694	4.670.736	3.965.990
Outras receitas	80.839	(59.698)	146.800	(60.956)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	68.602	827.654	68.602	843.241
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)	(9.101)	(14.571)	(10.030)	(15.336)
	4.987.732	4.510.079	4.876.108	4.732.939
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.519.587)	(1.200.133)	(1.466.965)	(996.409)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.646.164)	(2.019.048)	(1.364.765)	(2.096.157)
Perda/Recuperação de valores ativos	(60.431)	(33.585)	(60.431)	(33.585)
	(3.226.182)	(3.252.766)	(2.892.161)	(3.126.151)
Valor Adicionado Bruto	1.761.550	1.257.313	1.983.947	1.606.788
Depreciação, Amortização e Exaustão	(375.334)	(257.466)	(451.763)	(375.595)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	1.386.216	999.847	1.532.184	1.231.193
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(122.934)	(15.299)	(515)	(85)
Receitas financeiras	625.523	127.578	521.960	150.163
Amortização de Ágio	(79.044)	(83.759)	(79.044)	(83.759)
	423.545	28.520	442.402	66.319
Valor Adicionado a Distribuir	1.809.761	1.028.367	1.974.586	1.297.512
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	376.432	307.813	409.557	392.100
Remuneração direta	294.213	239.417	326.308	322.712
Benefícios	65.190	54.764	66.193	55.649
FGTS	17.029	13.632	17.056	13.739
Impostos, Taxas e Contribuições	(236.356)	182.684	(143.623)	326.045
Federais	(160.726)	251.374	(113.246)	333.684
Estaduais	(78.334)	(71.071)	(34.423)	(12.535)
Municipais	2.704	2.381	4.046	4.896
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.104.468	1.184	2.159.960	42.766
Juros	2.040.461	(45.224)	2.095.657	3.860
Aluguéis	64.007	46.408	64.303	38.906
Remuneração de Capitais Próprios	(434.783)	536.686	(451.308)	536.601
Juros sobre o capital próprio	-	161.222	-	161.222
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	(434.783)	375.464	(451.308)	375.379
	1.809.761	1.028.367	1.974.586	1.297.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia ou Suzano) e suas controladas, com unidades de produção nos Estados da Bahia e de São Paulo, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Para a comercialização de seus produtos no mercado internacional, a Companhia utiliza-se de suas subsidiárias integrais localizadas no exterior, as quais não possuem unidades fabris.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de março de 2009.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº 449/08, tem como principal objetivo proporcionar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para aquelas constantes das normas contábeis internacionais, que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a *data de transição* para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2006. A *data de transição* é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

Dessa forma, as demonstrações contábeis de 2008 e as comparativas de 2007 estão apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, das demonstrações contábeis do exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2007 e do balanço patrimonial inicial preparado para 31 de dezembro de 2006 foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e a Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Em 30 de janeiro de 2009, a CVM emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº01/2009, que aprova a Orientação "OCPC 02 Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008", com o objetivo de esclarecer alguns aspectos em relação à aplicação de dispositivos da Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC ao longo do ano de 2007 e 2008. Tais esclarecimentos também foram analisados e utilizados pela Administração da Companhia na elaboração das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas.

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia está apresentando no quadro abaixo uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08:

CONTROLADORA					
Descrição dos efeitos	Ref.	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		Exercício findo em 31 de dezembro de			
		2008	2007	2008	2007
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	(I)	(28.588)	(14.467)	(14.121)	3.000
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos	(II)	(21.717)	(11.253)	(10.464)	(7.170)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os efeitos acima		17.104	8.746	8.359	1.419
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		(33.201)	(16.974)	(16.226)	(2.751)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		3.808.164	4.413.435	(418.557)	539.437
Saldo após a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		3.774.963	4.396.461	(434.783)	536.686

CONSOLIDADO					
Descrição dos efeitos	Ref.	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		Exercício findo em 31 de dezembro de			
		2008	2007	2008	2007
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantil financeiro	(I)	(28.588)	(14.467)	(14.121)	3.000
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos	(II)	(21.717)	(11.253)	(10.464)	(7.170)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os efeitos acima		17.104	8.746	8.359	1.419
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		(33.201)	(16.974)	(16.226)	(2.751)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		3.769.860	4.391.656	(435.082)	539.353
Saldo após a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08		3.736.659	4.374.681	(451.308)	536.601

(I) Refere-se ao efeito líquido do reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros, detalhados na Nota 14, em conformidade com o pronunciamento "CPC 06 – Arrendamento Mercantil".

(II) Refere-se à contabilização do valor justo de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", em conformidade com o pronunciamento "CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação".

O pronunciamento "CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis" prevê, nos seus itens 4 e 5, a extensão a determinadas controladas no exterior dos procedimentos próprios de filiais para a contabilização de efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Estes itens dizem respeito, principalmente, ao tratamento a ser dado a tais controladas exigindo a integração, às demonstrações da controladora, de ativos, passivos e resultados. Tais disposições suscitaram diversas questões quanto à caracterização de tais controladas e aos impactos societários e fiscais decorrentes de sua aplicação. Em razão dessas circunstâncias, a Companhia solicitou e obteve da CVM autorização para não aplicar às demonstrações contábeis da controladora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e às três informações trimestrais a serem apresentadas durante o exercício de 2009 as disposições dos itens 4 e 5 do CPC 02.

Por conta da eliminação promovida pela MP nº 449/08, da linha de resultado não-operacional, posteriormente ratificada pelo Ofício Circular CVM 01/2009, a Companhia reclassificou na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 os resultados negativos nos montantes de R\$ 37.147 e R\$ 110.436 na controladora e R\$ 31.868 e R\$ 127.860 no consolidado, respectivamente para a linha de outras receitas (despesas) operacionais.

3 *sumário das principais práticas contábeis*

3.1 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

3.2 Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:

a) Investimentos e moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e do consolidado. As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas localizadas no Brasil, nas quais a Companhia possui influência significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o "hedge accounting" previsto no CPC 14.

3.3.1 Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: Ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.1 (a) e contas a receber de clientes, classificados na categoria 3.3.1 (b). A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2 Passivos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não-derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, classificados na categoria 3.3.2 (b) e perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.2 (a).

3.3.3 Valor justo: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.5 Contas a receber de clientes: O contas a receber é classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estando apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira, e está ajustado por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.6 Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O reflorestamento é avaliado pelo custo de aquisição, formação e conservação e tem sua exaustão calculada em função do volume colhido com base no custo médio da área colhida. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são agregados ao valor do ativo imobilizado.

3.8 Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- 138
- 3.9 Intangível:** Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão mais amortizados, devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (*vide Nota Explicativa nº 13*).
- 3.10 Provisão para recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
- 3.11 Passivos atuariais:** Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, ao final de cada exercício, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.
- 3.12 Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.
- Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não-circulantes.
- 3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro:** A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição Social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não-dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não-tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.
- Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- 3.14 Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.
- 3.15 Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro. Os custos dessas transações são inicialmente reconhecidos no resultado durante o período em que os serviços foram recebidos em contrapartida a um passivo financeiro, e mensurados pelo seu valor justo, no momento em que os programas de remuneração são concedidos. Subsequentemente o passivo é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado operacional na rubrica “despesas administrativas”.
- 3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e do balanço inicial de abertura, a Companhia mensurou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários circulantes, assim como aplicou as taxas de desconto, com base nas premissas de mercado existentes na data de transição. Os itens que compõem cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. Quanto aos ativos e passivos não-circulantes, a Companhia já adotava o procedimento de atualizá-los monetariamente e, portanto, já estavam ajustados ao valor presente.

3.17 Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia já adota a prática de divulgar trimestralmente as demonstrações do fluxo de caixa e anualmente a demonstração do valor adicionado. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, a Companhia optou por adequar os valores das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, às disposições sobre preparação e apresentação contidas no CPC 03 e CPC 09, respectivamente. A partir do trimestre findo em 31 de março de 2008, a Companhia optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos.

3.19 Lucro (prejuízo) por ação: O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro (prejuízo) líquido/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4 *Demonstrações contábeis consolidadas*

Os critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas são aqueles previstos pela Lei nº 6.404/76, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07, pela Medida Provisória nº 449/08 e pelos critérios estabelecidos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Suzano Papel e Celulose e das controladas diretas e indiretas descritas na Nota Explicativa 11.

Os exercícios sociais das controladas e coligadas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Em 31 de agosto de 2008, ocorreu a cisão total e extinção da Ripasa, com versão de parte menor do seu patrimônio para a constituição da empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda ("Asapir") e versão da parte restante (planta de Americana), em partes iguais, para a Companhia e para a Votorantim Celulose e Papel S.A. ("VCP"), com o objetivo de operá-la como unidade produtiva em regime de consórcio – ("Conpacel").

Em decorrência dos fatos acima citados, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 incluem as consolidações proporcionais das demonstrações contábeis da Ripasa de janeiro a agosto de 2008 e da Asapir de setembro a dezembro de 2008. A Conpacel, dada a sua natureza de consórcio, tem seus ativos, passivos e contas de resultado integrados à controladora.

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da Ripasa, Asapir e Conpacel que foram objeto de consolidação proporcional pela Companhia:

Ripasa S.A. Celulose e Papel:

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO		Período de 8 meses findo em Dez./2008
Receita operacional bruta		833.010
Impostos sobre as vendas		(219.078)
Receita operacional líquida		613.932
Custo dos produtos vendidos		(517.990)
Lucro bruto		95.942
Despesas operacionais líquidas		(3.414)
Lucro operacional		92.528
Imposto de Renda e Contribuição Social		(40.133)
Lucro líquido do período		52.395

Asapir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2008	Demonstrativo do resultado	Período de 4 meses findo em Dez./2008
Ativo		Receita operacional bruta	5.176
Circulante	31.809	Impostos sobre as vendas	(1.369)
Não-circulante	32.567	Receita operacional líquida	3.807
Realizável a longo prazo	23.467	Custo dos produtos vendidos	(3.807)
Permanente	9.100	Lucro bruto	-
	64.376	Despesas operacionais líquidas	(10.643)
		Prejuízo operacional	(10.643)
Passivo		Resultado não-operacional	-
Circulante	2.150	Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(10.643)
Não-circulante	12.566	Imposto de Renda e Contribuição Social	12.255
Patrimônio líquido	49.660	Lucro líquido do período	1.612
	64.376		

Conpacel:

ATIVO	2008	Passivo e conta corrente com consorciados	2008
Circulante		Circulante	
Estoques	81.139	Fornecedores	35.104
Outros ativos	5.872	Outros passivos	27.127
Total do ativo circulante	87.011	Total do passivo circulante	62.231
Não-circulante		Não-circulante	
Realizável a longo prazo	9.333	Conta corrente com consorciados	1.320.744
Permanente			
Imobilizado	1.280.597		
Intangível	6.034	Total do passivo não-circulante	1.320.744
Total do ativo não-circulante	1.295.964		
Total do ativo	1.382.975	Total do passivo e conta corrente com consorciados	1.382.975

Conciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado

A conciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2008	2007	2008	2007
Controladora	(434.783)	536.686	3.774.963	4.396.461
Eliminação de lucros não realizados auferidos pela controladora em vendas de produtos para controladas	(74.824)	(582)	(105.161)	(30.337)
Efeito no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre as eliminações de lucros passíveis de tributação	58.299	197	68.614	10.314
Venda de ativos da controladora para controladas	-	-	(1.757)	(1.757)
Outros	-	300	-	-
Consolidado	(451.308)	536.601	3.736.659	4.374.681

5 Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Caixas e bancos	23.222	23.133	77.719	64.008
Aplicações financeiras	1.897.841	1.036.492	2.098.593	1.275.912
	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920

As aplicações financeiras referem-se preponderantemente a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e fundos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2008, estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 107,0% (99,0% a 103,0% em 31 de dezembro de 2007) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e aplicações financeiras no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, compostas de depósitos bancários a prazo remuneradas à taxa média ponderada de 0,95% ao ano na mesma data.

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros mantidos para negociação e, portanto, foram mensurados de acordo com o descrito na nota 3.3.1 (a).

6 Contas a receber de clientes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Cientes no País				
Terceiros	436.068	419.994	443.742	431.886
Cientes no exterior				
Empresas controladas	985.021	515.781	-	-
Terceiros	3.603	11.064	382.704	330.129
Saques descontados	(315)	(220)	(315)	(220)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.707)	(23.667)	(36.089)	(29.813)
	1.391.670	922.952	790.042	731.982

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía operações de "vender" em aberto com seus clientes no montante de R\$ 144.128 (R\$ 148.439 em 31 de dezembro de 2007), nas quais participava como interveniente garantidora. No consolidado, essas operações totalizavam o mesmo montante da controladora em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 148.572 em 31 de dezembro de 2007).

O contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na nota 3.3.1 (b).

7 Estoques

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Produtos acabados				
Celulose				
País	27.632	16.350	27.632	17.211
Exterior	-	-	196.206	45.740
Papel				
País	162.564	176.048	162.564	168.218
Exterior	-	-	98.730	79.121
Produtos em elaboração	43.403	47.334	43.402	47.799
Matérias-primas	159.315	142.185	159.543	152.607
Materiais de almoxarifado e outros	205.349	171.250	205.887	196.441
Provisão para perda nos estoques de almoxarifado e outros	(12.396)	(11.676)	(12.396)	(11.676)
	585.867	541.491	881.568	695.461

8 Impostos e contribuições sociais a compensar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Contribuição Social a compensar	49.499	6.403	49.558	6.770
Imposto de Renda a compensar	75.994	22.296	76.827	24.132
PIS/COFINS a compensar	221.751	271.123	221.791	280.112
ICMS a compensar	117.995	76.112	144.300	108.737
IPI a compensar	10.109	10.169	10.109	10.169
Outros impostos e contribuições	10.788	8.258	10.880	8.346
	486.136	394.361	513.465	438.266
Parcela circulante	333.700	229.816	361.025	263.570
Parcela não-circulante	152.436	164.545	152.440	174.696

Além do benefício de depreciação acelerada incentivada, referida na Nota Explicativa 9, a Lei nº 11.196 de 21/11/2005 também autoriza o uso de créditos de PIS/COFINS sobre aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2006, de determinadas máquinas e equipamentos (bens de capital), em 12 meses em vez dos anteriores 24 meses.

O montante de PIS/COFINS a compensar demonstrado no quadro acima deve-se basicamente a créditos tributários sobre a aquisição de ativo fixo do projeto de expansão de Mucuri. A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos do aumento das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais, de acordo com o previsto na Instrução SRF nº 600/05.

Devido ao processo transitar em julgado no 4º trimestre de 2006, a Companhia constituiu crédito tributário de ICMS no montante de R\$ 9.148, registrado na linha de ICMS a compensar, decorrente de pagamentos a maior face às alterações com a Lei nº 6.556/89.

9 Imposto de Renda e Contribuição Social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008–2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Créditos sobre prejuízos fiscais	436.346	307.718	436.346	307.718
Créditos sobre bases negativas da Contribuição Social	34.336	-	34.336	-
Créditos sobre diferenças temporárias:				
Créditos sobre provisões	105.437	73.734	178.470	114.585
Créditos sobre amortizações de ágios	81.424	96.981	81.424	96.981
Créditos sobre efeitos da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08	47.422	32.251	47.422	32.251
	704.965	510.684	777.998	551.535
Parcela circulante	60.766	26.679	131.351	44.743
Parcela não-circulante	644.199	484.005	646.647	506.792

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Passivo				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	607.687	596.139	607.687	596.139
Custos de reflorestamento	4.819	-	4.819	-
Diferimento de variação cambial	-	-	-	21.626
Exclusões temporárias	-	-	-	5.473
Débitos sobre efeitos da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08	30.318	23.507	30.318	23.507
	642.824	619.646	642.824	646.745
Parcela circulante	19.474	17.901	19.474	26.685
Parcela não-circulante	623.350	601.745	623.350	620.060

143

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Prejuízos fiscais	1.745.384	1.230.872	1.745.384	1.230.872
Base negativa da Contribuição Social	381.511	-	381.511	-

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A Companhia, baseada neste estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros com os saldos do exercício, estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
2008	-	26.679	-	44.743
2009	60.766	68.682	131.351	70.731
2010	136.599	92.843	136.599	96.131
2011	95.686	90.823	95.686	91.181
2012	98.384	95.584	98.384	95.584
2013	98.720	103.278	98.720	103.278
2014 em diante	214.810	32.795	217.258	49.887
	704.965	510.684	777.998	551.535

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Imposto de Renda – Redução de 75% SUDENE – Unidade Mucuri (linha 1)

A Companhia possui da SUDENE (antiga ADENE) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, relativamente à Unidade Mucuri (Linha 1 de celulose e máquina de papel), a ser auferida até 2011 para a celulose e até 2012 para o papel. Esse incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas da Unidade Mucuri (Linha 1 de celulose e máquina de papel).

A redução do Imposto de Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no resultado do período. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor. A Companhia não utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 por não ter apurado lucro tributável (em razão de ter registrado valor significativo de depreciação acelerada) nem no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, por ter sido apurado prejuízo.

A Companhia apresentou à SUDENE pedido de idêntico incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda para a Linha 2 de celulose de Mucuri (expansão), que, se concedido, permitirá a utilização desse benefício para os produtos da Linha 2 (cumulativamente com o já referido para a Linha 1), a partir do exercício de 2009, pelo prazo de dez anos.

As subvenções e assistências governamentais garantidas à Companhia (incentivos fiscais) anteriormente a 31 de dezembro de 2008 já eram contabilizadas no resultado do exercício e, posteriormente, destinadas para a conta de reserva de capital no patrimônio líquido, evitando assim sua distribuição como dividendos. Dessa forma, a Companhia manteve o tratamento contábil vigente na data em que foram originadas, incluindo a manutenção dos respectivos saldos em conta de reserva de capital.

Imposto de Renda – incentivo de depreciação acelerada relativamente à Unidade Mucuri

A Lei nº 11.196, de 21.11.2005, em seu art. 31, estabeleceu para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas, nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006. Este benefício foi deferido à Unidade Mucuri pela Portaria nº 0018/2007 da ADENE (atual SUDENE), em 29 de março de 2007, tendo, no entanto, efeito retroativo em relação às aquisições ocorridas durante o exercício social de 2006. A depreciação acelerada incentivada em questão consiste na depreciação integral no ano de aquisição, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real (tributável), feita através do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do Imposto de Renda (não alcança a Contribuição Social sobre Lucro Líquido) pelo tempo de vida útil do bem, devendo nos anos futuros ser adicionado ao lucro tributável valor igual à depreciação contabilizada em cada um dos anos para os bens em questão.

Nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, não levamos em consideração o uso deste novo benefício fiscal, porque na data de elaboração das demonstrações contábeis a aprovação e publicação do ato concessório ainda não estava disponível, pois, como dito acima, só foi expedido em 29 de março de 2007. No entanto, na Declaração de Imposto de Renda (DIPJ) relativa ao exercício social de 2006, a Companhia utilizou este benefício fiscal, sendo que o valor do imposto diferido passivo sobre a depreciação acelerada a excluir do imposto apurado naquela data era de R\$ 172.514. Desta forma, o lucro tributável tornou-se um prejuízo fiscal a compensar contra lucros futuros cujo imposto diferido ativo, naquela data, foi de R\$ 60.244. Como não houve lucro tributável, não foi possível fazer a redução do Imposto de Renda de 75% referida no tópico anterior, perdendo-se, então, de forma definitiva para o exercício social de 2006 esse incentivo fiscal.

O valor econômico-financeiro de ganho para a Companhia com diferimento do imposto, em decorrência da depreciação acelerada incentivada, é superior à perda da redução de 75% do Imposto de Renda, mas o primeiro não tem impacto no resultado, porque estes ativos e passivos não se registram por seu valor presente (fluxo de caixa descontado), enquanto que o segundo impacta o resultado.

A perda definitiva, pela redução do incentivo de Imposto de Renda, impactou o resultado de 2007, requerendo um registro adicional de uma despesa de Imposto de Renda no montante de R\$ 35.083, que por sua vez impactou a alíquota efetiva consolidada do exercício de 2007 em 4,3 pontos percentuais.

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
(Prejuízo) lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(583.927)	793.307	(635.783)	812.097
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	122.934	15.299	515	85
(Prejuízo) lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(460.993)	808.606	(635.268)	812.182
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal de 34%	156.738	(274.926)	215.991	(276.142)
Ajustamentos do lucro contábil para o fiscal:				
Tributação do lucro de controladas no exterior	(184)	(680)	(3.795)	-
Efeito cambial sobre investimentos no exterior	-	-	(23.768)	(18.423)
Tributação sobre os ajustes da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 registrados nas empresas controladas no exterior	(9.016)	(1.008)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	54.816	-	54.816
Incentivos fiscais – Rouanet e SUDENE (perda permanente)/redução do imposto	-	(35.083)	-	(35.083)
Outros	1.606	260	(3.953)	(664)
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes	(11)	(262.412)	(33.216)	(276.812)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	149.155	5.791	217.691	1.316
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	149.144	(256.621)	184.475	(275.496)
Alíquota efetiva	32,4%	31,7%	29,0%	33,9%
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, excluindo o ajuste da provisão do exercício de 2006, relativamente a perda dos incentivos fiscais – SUDENE		(221.538)		(240.413)
Alíquota efetiva correspondente		27,4%		29,6%

10 Adiantamento a fornecedores – Programa de fomento

O fomento, sistema em que produtores independentes locais plantam eucalipto em suas próprias terras, atingiu 87,2 mil ha*, com 1.180* contratos em 57* municípios. A madeira proveniente destes produtores representou, em 31 de dezembro de 2008, 23%* do consumo total da Companhia (18%* em 31 de dezembro de 2007).

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía adiantamentos de recursos financeiros para o fomento no montante total de R\$ 218.434, classificados no ativo circulante e não-circulante (R\$ 178.388 em 31 de dezembro de 2007).

* Não auditado pelos auditores independentes.

11 Investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Participações em empresas controladas e coligadas	232.273	849.104	-	646
Outros investimentos (*)	11.223	23.442	11.223	28.328
Provisão para perdas em outros investimentos (*)	(3.185)	(5.126)	(3.123)	(9.032)
	240.311	867.420	8.100	19.942

(*) Os investimentos avaliados ao custo de aquisição estão classificados no ativo permanente, pois a Administração não tem a intenção de negociá-los no curto prazo.

Posição detalhada dos investimentos

	2008			EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		INVESTIMENTOS	
	INFORMAÇÕES DA CONTROLADA/COLIGADA			2008	2007	2008	2007
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária				
Controladora							
Água Fria Indústria de Papéis S.A.	-	-	-	-	1	-	-
Ariemil Indústria de Papéis S.A.	-	-	-	-	179	-	-
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A. (b)	-	-	-	-	354	-	-
Nemo International (c) / (f)	-	-	-	-	183	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel (a)	-	52.395	50%	30.163	10.201	-	501.130
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. (a)	49.660	1.612	50%	806	-	24.830	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	179.303	14.065	100%	14.065	6.905	179.303	151.639
Stenfar S.A., Ind. Com. Imp. Y Exp. (f)	17.661	1.228	15,70%	797	(50)	2.773	1.974
Suzano Trading Ltd. (d) / (f)	(13.443)	(233.116)	100%	(178.176)	(33.749)	(14.075)	164.102
Suzano America, Inc. (e) / (f)	13.188	1.133	100%	4.051	(891)	13.188	9.135
Bahia Sul Holdings GmbH (f)	(52)	(49)	100%	(44)	(5)	(52)	-
Suzano Europe S.A. (f)	8.347	4.478	100%	5.542	2.015	8.347	2.797
Sun Paper and Board Limited (e) / (f)	18.099	1.014	100%	285	(459)	18.099	17.812
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	9	9	100%	9	-	9	-
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(30)	(32)	100%	(32)	-	(30)	-
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(1)	(3)	100%	(3)	-	(1)	-
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(118)	(120)	100%	(120)	-	(118)	-
Pakprint S.A.(g)	-	(1.384)	20%	(277)	17	-	515
Total de investimentos em controladas e coligadas				(122.934)	(15.299)	232.273	849.104
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda						8.038	18.316
Total de investimentos				(122.934)	(15.299)	240.311	867.420
Consolidado							
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda						8.100	19.296
Coligadas				(515)	(85)	-	646
Total de investimentos						8.100	19.942

(a) Em 31 de agosto de 2008, esta controlada em conjunto foi totalmente cindida, e seu patrimônio líquido foi vertido para a Companhia, para a VCP e para a constituição da Asapir. Em 1º de setembro de 2008, a parcela vertida à Companhia foi incorporada;

(b) Em 31 de agosto de 2007, essa controlada foi incorporada pela Suzano Papel e Celulose S.A.;

(c) Esta controlada foi dissolvida em abril de 2007;

(d) Em 31 de dezembro de 2008, o investimento nesta controlada considerava a exclusão de lucros nos estoques não realizados, líquidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 632 (R\$ 2.524 em 31 de dezembro de 2007);

(e) Devido à dissolução da controlada Nemo International, a Companhia passou a deter 100% do capital das controladas Suzano America, Inc e Sun Paper and Board Limited;

(f) O resultado da equivalência patrimonial dessas controladas localizadas no exterior, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, inclui um ganho com variação cambial do investimento nessas controladas no montante de R\$ 59.958 (perda de R\$ 40.637 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007);

(g) Esta coligada foi alienada pela Companhia em setembro de 2008.

Aquisição da Ripasa

Em 10 de novembro de 2004, a Suzano Papel e Celulose S.A. e a Votorantim Celulose e Papel S.A. celebraram um acordo para a aquisição do controle acionário da Ripasa.

Em 31 de março de 2005, foi concretizada a aquisição do controle acionário da Ripasa por intermédio da Ripasa Participações S.A. (a seguir denominada "Ripar"), controlada em conjunto da Suzano e VCP, na qual foram adquiridas 129.676.966 ações ordinárias e 41.050.819 ações preferenciais, representando 77,59% do capital votante e 46,06% do capital total, pelo valor total de R\$ 1.484.190 (equivalentes a US\$ 549,151 milhões naquela data).

Em 24 de maio de 2006, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a incorporação das ações de emissão da Ripasa, detidas pelos acionistas não-controladores, ao patrimônio da Ripar, ocasião em que os acionistas não-controladores da Ripasa tornaram-se acionistas da Ripar, com base na relação de substituição estabelecida no "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e de Cisão Total".

Após a incorporação das ações da Ripasa pela Ripar, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Suzano, VCP e Ripar a cisão total da Ripar, com versão de seu patrimônio, em partes iguais, para Suzano e VCP, que implicou (i) o aumento do capital de Suzano e VCP, com emissão de novas ações, que foram distribuídas aos acionistas não-controladores da Ripar, com base na relação de substituição, divulgada no item 3 do Fato Relevante publicado em 5 de maio de 2006; e (ii) a extinção da Ripar.

Após a reestruturação societária descrita acima, Suzano e VCP passaram a deter 100% das ações da Ripasa. A parte da Suzano corresponde a 50% das ações da Ripasa, que equivale a 83.563.025 ações ordinárias e 101.759.330 ações preferenciais, pelo valor total de R\$ 1.315.724, dos quais R\$ 840.176 referem-se ao ágio da aquisição.

Quando da aquisição das ações da Ripasa, em 31 de março de 2005, foi firmado o contrato de opção de compra e venda com um dos três grupos de antigos acionistas controladores daquela Companhia, relativamente às ações de sua participação no capital da mesma, a ser exercido no prazo de até seis anos. Em razão da incorporação dessas ações na Ripar e sua posterior cisão, com versão de seus ativos ao patrimônio da Suzano e VCP, tal opção por parte da Suzano passou a ser sobre 5.428.955 ações ordinárias e 1.795.986 ações preferenciais classe "A" de emissão da Suzano. Nos primeiros cinco anos, os vendedores têm a opção de venda e, no último ano, os compradores têm a opção de compra; o valor que cabe à Companhia, fixado pelo contrato de opção, era originalmente de R\$ 216.628, equivalente a US\$ 80 milhões, reajustado pela variação da SELIC, calculada de forma cumulativa, a partir de 1º de abril de 2005 até o efetivo pagamento e a transferência de propriedade dessas ações.

Em 3 de março de 2008, esse grupo de antigos controladores da Ripasa notificou quanto ao exercício da opção de venda das ações que detém na Companhia, correspondente às 5.428.955 ações ordinárias e 1.009.583 de suas ações preferenciais classe "A". O exercício desta opção tornou obrigatória a aquisição pela Suzano de ações de sua própria emissão, para manutenção das mesmas em tesouraria.

Por conta dos termos contratuais dessa opção e determinações impostas pela Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, a Companhia submeteu consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 26 de março de 2008 a fim de obter prévia autorização para proceder à aquisição dessas ações próprias e efetuar pagamento de valor a título de transação com finalidade de prevenir litígio, uma vez que a compra dar-se-ia a preços de mercado que são inferiores ao preço contratualmente pactuado.

Em 5 de junho de 2008, o Colegiado da CVM autorizou a aquisição das ações objeto do exercício de opção a preços de mercado e não se manifestou contrariamente ao pagamento do valor pactuado. Em 10 de junho de 2008, a Suzano firmou com esse grupo de antigos controladores da Ripasa o instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, Transação, Quitação e Outras Avenças, através do qual a Companhia tornou-se proprietária dessas ações pelo montante total de R\$ 297.578, dos quais R\$ 186.718 correspondem ao valor de mercado das ações registrado na rubrica de ações em tesouraria no patrimônio líquido e R\$ 110.860 correspondem ao acordo extrajudicial de transação contra a renúncia de qualquer pretensão contra a Suzano e quitação total, registrados na rubrica de despesas financeiras no resultado do segundo trimestre.

Em decorrência do Instrumento de Opção, remanescem 786.403 ações preferenciais classe "A" ainda indisponíveis para o exercício da opção, cujo valor corrigido é de R\$ 38.984. O valor de mercado destas ações sob opção, tomando por base a cotação na BOVESPA das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2008, seria de R\$ 9.508. A Companhia não efetuou o registro desta opção por se enquadrar na exceção prevista no parágrafo 2(g) do CPC 14.

Em 29 de agosto de 2008 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a cisão total da Ripasa, com versão de parte do seu patrimônio para a constituição da empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e o restante do acervo líquido vertido, em partes iguais, para a Companhia e para a VCP, com o objetivo de transformar a Ripasa em uma unidade produtiva em regime de consórcio.

Conpacel – Consórcio Paulista de Celulose e Papel

A partir de 1º de setembro de 2008, a unidade industrial da extinta Ripasa, localizada em Americana (SP), passou a operar em regime de condomínio da Companhia e VCP, por meio de um modelo de consórcio, denominado Conpacel – Consórcio Paulista de Celulose e Papel, no qual as consorciadas comercializam sua produção de forma independente.

Os principais grupos de contas que compunham o balanço patrimonial da Ripasa, cedido em 31 de agosto de 2008 e incorporado ao balanço patrimonial da Companhia em 1º de setembro de 2008, estão sumarizados a seguir:

ATIVO	31/08/2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/08/2008
Circulante		Circulante	
Estoque	43.729	Financiamentos	29.031
Outros ativos	11.939	Débitos com partes relacionadas	44.982
		Outros passivos	12.002
Total do ativo circulante	55.668	Total do passivo circulante	86.015
Ativo não-circulante		Passivo não-circulante	
Realizável a longo prazo	50.604	Exigível a longo prazo	
Permanente		Financiamentos	53.503
Imobilizado	605.777	Provisão para contingências	43.310
Intangível	3.790	Outros passivos	7.666
Diferido	825		
Total do ativo não-circulante	660.996	Total do passivo não-circulante	104.479
		Patrimônio Líquido	526.170
Total do ativo	716.664	Total do passivo e patrimônio líquido	716.664

12 Imobilizado

CONTROLADORA

	Taxa Média Anual de Depreciação em dez./08	2008			2007
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	3,13%	1.143.650	(399.682)	743.968	647.386
Máquinas e equipamentos (*)	4,24%	7.061.536	(2.796.124)	4.265.412	4.179.251
Outros ativos	15,71%	230.043	(176.672)	53.371	52.778
Terrenos e fazendas	-	582.861	-	582.861	452.269
Reflorestamento	-	860.371	-	860.371	625.671
Obras em andamento	-	45.366	-	45.366	37.793
Imobilizado Líquido		9.923.827	(3.372.478)	6.551.349	5.995.148

CONSOLIDADO

Edificações	3,13%	1.149.889	(405.111)	744.778	734.425
Máquinas e equipamentos (*)	4,24%	7.061.767	(2.796.280)	4.265.487	4.451.061
Outros ativos	15,71%	460.908	(193.327)	267.581	292.083
Terrenos e fazendas	-	688.407	-	688.407	562.973
Reflorestamento	-	865.157	-	865.157	742.670
Obras em andamento	-	45.366	-	45.366	104.682
Imobilizado Líquido		10.271.494	(3.394.718)	6.876.776	6.887.894

(*) Considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 14

Em 31 de dezembro de 2008, os outros ativos referiam-se, substancialmente, às turbinas do Projeto Capim Branco I e II – R\$ 208.595, as quais já estão gerando energia elétrica para as suas consorciadas. Em 2007, o Consórcio Capim Branco passou a denominar-se Complexo Energético Amador Aguiar. De acordo com o disposto na Deliberação CVM 193/96, a Companhia registra no ativo imobilizado, durante o período de construção destes ativos, os encargos financeiros decorrentes de financiamentos destinados a aplicações em seus projetos de investimentos. Os saldos consolidados desses encargos líquidos de variações cambiais e de depreciação somavam R\$ 438.490 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 457.882 em 31 de dezembro de 2007). A Companhia reclassificou a totalidade dos saldos anteriormente reconhecidos no grupo do ativo diferido para o ativo imobilizado no grupo de "obras em andamento" por se tratarem de gastos com obras ligadas à atividade industrial da Companhia e atenderem aos critérios de reconhecimento contábil desse novo grupo.

Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Companhia registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data de transição. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação, exaustão e amortização. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

13 Intangível – Controladora e Consolidado

Os intangíveis registrados nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas de 31 de dezembro de 2008 e 2007 referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos, e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. As combinações de negócios (detalhadas na Nota 11) que ocasionaram o reconhecimento desses intangíveis foram: (i) Ágio gerado nas aquisições de participações societárias na Ripasa S.A. Celulose e Papel, ocorridas durante os exercícios de 2005 a 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos até 31 de dezembro de 2008; (ii) Ágio gerado na aquisição do controle societário da B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A., ocorrida em 30 de março de 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos até 31 de dezembro de 2008.

A seguir, apresentamos um demonstrativo da movimentação dos ativos intangíveis:

	Custo	Amortização	Baixas por alienação	Líquido
Ripasa S.A. Celulose e Papel	722.646	(185.477)	-	537.169
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	49.305	(5.973)	-	43.332
Ariemil Indústria de Papéis S.A.	21.121	(438)	(20.683)	-
Água Fria Indústria de Papéis S.A.	47.104	(978)	(46.126)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	840.176	(192.866)	(66.809)	580.501
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	(69.759)	-	(69.759)
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	-	(9.285)	-	(9.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	840.176	(271.910)	(66.809)	501.457

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados na operação. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa e futuro e projeções de crescimento são baseadas no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida útil-econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas-chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: (i) Receitas – As receitas foram projetadas com base no plano de negócios da Companhia que abrange o período entre 2009 e 2013; (ii) Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e seu crescimento foi projetado em linha com o crescimento das vendas, considerando-se sua relação; (iii) Investimento de Capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.

As premissas-chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por períodos de 8 a 15 anos. As taxas de crescimento das receitas utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo, as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que a Companhia opera.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

Em consonância com o CPC 01 e CPC 13, a partir de 1º de janeiro de 2009, os saldos dos ágios não serão amortizados, estando sujeitos a análises anuais de recuperação.

14 Financiamentos e empréstimos

Indexador	Taxa média anual de juros em dez./08	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
		2008	2007	2008	2007	
Imobilizado:						
BNDES - Finem	TJLP (1) (2)	8,54%	1.808.300	1.640.285	1.889.498	1.725.360
BNDES - Finem	Cesta de moedas (2)	7,40%	374.815	264.023	374.815	264.023
BNDES - Finame	TJLP (1) (2)	10,26%	10.909	19.069	10.909	19.183
BNDES - Finame	Cesta de moedas	8,03%	229	175	229	175
BNDES - Automático	TJLP (1) (2)	9,54%	6.444	7.769	6.444	49.195
BNDES - Automático	Cesta de moedas	8,58%	890	742	890	6.014
FNE - BNB	Taxa pré-fixada	8,50%	157.408	132.822	157.408	132.822
FINEP	TJLP	6,25%	7.636	10.878	7.636	10.878
Crédito Rural	Taxa fixa + CDI	7,92%	21.328	10.716	21.328	10.716
Arrendamento financeiro mercantil	CDI+US\$	9,03%	93.110	32.943	93.110	87.548
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações	US\$	4,59%	3.148.259	1.814.147	3.148.259	1.960.565
Financiamentos de importações	US\$ (3)	3,64%	404.055	319.738	522.610	339.544
Nordic Investment Bank	US\$ (4)	4,64%	118.130	90.146	118.130	90.146
Nota de crédito de exportação	CDI	10,62%	374.615	224.294	374.615	224.294
Nota de crédito de exportação	US\$	6,65%	70.110	53.139	70.110	53.139
Outros			2.111	5.703	2.134	5.733
			6.598.349	4.626.589	6.798.125	4.979.335
Parcela circulante (inclui juros a pagar)			1.690.813	608.226	1.703.942	712.321
Parcela não-circulante			4.907.536	4.018.363	5.094.183	4.267.014
Os financiamentos e empréstimos não-circulantes vencem como se segue:						
2009			-	848.184	-	937.331
2010			1.290.562	759.692	1.301.639	816.170
2011			864.760	628.004	992.687	661.428
2012			821.109	584.417	832.186	610.041
2013			666.984	300.385	678.061	318.621
2014			354.866	290.127	365.943	302.345
2015 em diante			909.255	607.554	923.667	621.078
			4.907.536	4.018.363	5.094.183	4.267.014

(1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da taxa de juros de longo prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central;

(2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais e florestas; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.

(3) Em outubro de 2006, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2008.

(4) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (Credit Facility Agreement), no valor de até US\$ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2008.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, denominados em dólares norte-americanos, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano-SP, Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer essa opção nas datas previstas em cada contrato.

Os valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, registrados nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estão abaixo demonstrados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Máquinas e equipamentos	94.954	42.726	94.954	94.954
(-) Depreciação acumulada	(30.434)	(5.534)	(30.434)	(21.871)
Imobilizado líquido	64.520	37.192	64.520	73.083
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):				
Menos de 1 ano	14.249	2.924	14.249	11.856
Mais de 1 ano e até 5 anos	60.917	14.620	60.917	60.293
Mais de 5 anos	17.944	15.399	17.944	15.399
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	93.110	32.943	93.110	87.548
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	23.168	16.877	23.168	21.043
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	116.278	49.820	116.278	108.591

15 Debêntures – Controladora e Consolidado

Emissão	Série	Quantidade	Circulante	2008		2007	Indexador	Juros	Resgate
				Não-circulante	Circulante e não-circulante	Circulante e não-circulante			
3ª	1ª	333.000	29.958	429.666	459.624	388.609	IGP-M	10% *	1/4/2014
3ª	2ª	167.000	1.417	129.425	130.842	104.527	USD	9,85%	7/5/2019
4ª	1ª	79.735	558	81.841	82.399	85.648	TJLP	2,50%	1/12/2012
4ª	2ª	159.471	930	163.124	164.054	166.736	TJLP	2,50%	1/12/2012
			32.863	804.056	836.919	745.520			

* O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação de 8% a.a. para 10% a.a.

Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, em agosto de 2004, no valor de R\$ 500.000, é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333.000 e a segunda no montante de R\$ 167.000, ambas com prazo de vencimento em 2014 em parcela única. A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série que antes era de 10 anos com vencimento em 1º/04/2014, e passou a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 07/05/2019, bem como a alteração dos juros remuneratórios que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

As debêntures da 3ª emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 1º de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R\$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R\$ 221.919 nominais, foram subscritos pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 4ª emissão têm vencimento no final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 17,30 por ação, a partir de 1º/01/2007. Para as ações ordinárias resultantes da conversão, o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não-financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2008, essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas.

Conversão de debêntures em ações

Em março de 2008, foram convertidas 1 debênture da 1ª série e 2 debêntures da 2ª série, ambas da 4ª emissão, as quais resultaram na emissão de 59 ações ordinárias e 118 ações preferenciais Classe "A" da Companhia (*vide Nota Explicativa 21*).

16 Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2008

	ATIVO		PASSIVO		2008
	Circulante	Não-circulante	Circulante	Não-circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Suzano Trading Ltd.	974.301 ⁽⁵⁾	1.490	2.397	116.850 ⁽⁴⁾	2.333.015
Suzano America, Inc.	386	-	253	-	-
Suzano Europe S.A.	240	-	53	-	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	-	-	1.426	-	(29.990)
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	3
Stenfar S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	10.474 ⁽⁵⁾	-	16	-	30.564
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	13.661 ⁽²⁾	-	-	-
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	22.607 ⁽²⁾	-	-	-
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	7.480 ⁽²⁾	-	-	-
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3.845 ⁽²⁾	-	-	-
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	-	-	11.251	-	-
	985.401	49.083	15.396	116.850	2.333.592
Com empresas não-consolidadas					
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	(9.185)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	3.339 ⁽¹⁾	-	-	-	12.236
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	16.839 ⁽¹⁾	-	-	-	50.839
Nova Mercante de Papéis Ltda.	19.963 ⁽¹⁾	-	-	-	33.442
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(194)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(131)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	521 ⁽⁶⁾	-	(3.873) ⁽⁶⁾
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(259)
CONSOLIDADO	40.141	-	521	-	82.875
CONTROLADORA	1.025.542	49.083	15.917	116.850	2.416.467

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2007

	ATIVO		PASSIVO		2007
	Circulante	Não-circulante	Circulante	Não-circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Suzano Trading Ltd.	491.476 ⁽⁵⁾	1.129	-	-	1.445.790
Suzano America, Inc.	20	-	35	-	(2.627)
Suzano Europe S.A.	21	-	-	-	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	-	13.600 ⁽²⁾	2.482	-	(2.526)
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	1.602	121.742 ⁽³⁾	-	6.014
Stenfar S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	24.305 ⁽⁵⁾	-	-	-	47.419
Água Fria Indústria de Papéis S.A.	-	-	-	-	3.890
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	-	-	-	-	12.117
	515.822	16.331	124.259	-	1.510.077
Com empresas não-consolidadas					
Suzano Holding S.A.	-	25	-	-	(8.874)
IPLF Holding S.A.	-	-	504	-	-
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	3.135 ⁽¹⁾	-	-	-	15.719
Central Distribuidora de Papéis Ltda	12.201 ⁽¹⁾	-	-	-	37.013
Nova Mercante de Papéis Ltda	19.374 ⁽¹⁾	-	-	-	49.496
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(189)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(23)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(402)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	(4.320)
Suzano Petroquímica S.A.	-	538	-	-	-
CONSOLIDADO	34.710	563	504	-	88.420
CONTROLADORA	550.532	16.894	124.763	-	1.598.497

(1) Em relação a estas empresas relacionadas, a Companhia possui operações de "vendedor" em aberto no montante de R\$ 37.325 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 39.330 em 31 de dezembro de 2007):

(2) Adiantamentos para futuros aumentos de capital;

(3) A partir de 1º de setembro de 2006, a unidade de Americana da Ripasa passou a concentrar a venda de seus produtos acabados para Suzano e VCP na proporção de 50% para cada controlador. A partir de 1º de setembro de 2008, a Ripasa passou a operar como uma unidade produtiva da Companhia e da VCP, por meio do Consórcio Paulista de Papel e Celulose – Conpacel.

(4) Refere-se a financiamento de importação, denominado em dólares norte-americanos com vencimento em 19 de agosto de 2011, contratado pela controlada integral Suzano Trading Ltd. e repassado a Companhia em operação de pré-pagamento de exportação.

(5) Refere-se a operações de comerciais de venda de papel e celulose;

(6) Despesas com plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os colaboradores da Companhia.

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado. Especificamente com relação à extinta controlada em conjunto Ripasa, tais transações, até 31 de agosto de 2008, foram realizadas de acordo com as condições estabelecidas entre as partes.

Remuneração de administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia reconhecidas no resultado do exercício da controladora e consolidadas totalizaram R\$ 42.135 e R\$ 46.154 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 23.801 e R\$ 26.536 em 31 de dezembro de 2007), respectivamente.

17 Provisão para contingências e passivos atuariais

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

CONTROLADORA						
	2008			2007		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias	7.115	(125.355)	(118.240)	7.372	(75.428)	(68.056)
Previdenciárias	-	(3.411)	(3.411)	-	(1.861)	(1.861)
Trabalhistas e cíveis	7.933	(20.597)	(12.664)	7.714	(19.889)	(12.175)
Passivos atuariais	-	(128.452)	(128.452)	-	(66.154)	(66.154)
	15.048	(277.815)	(262.767)	15.086	(163.332)	(148.246)

CONSOLIDADO						
	2008			2007		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributárias	7.115	(125.355)	(118.240)	31.881	(127.110)	(95.229)
Previdenciárias	-	(3.411)	(3.411)	-	(1.861)	(1.861)
Trabalhistas e cíveis	7.933	(26.967)	(19.034)	9.223	(24.508)	(15.285)
Passivos atuariais	-	(128.452)	(128.452)	-	(71.253)	(71.253)
	15.048	(284.185)	(269.137)	41.104	(224.732)	(183.628)

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências (sem deduzir os depósitos judiciais) e passivos atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Saldo inicial	163.332	208.040	224.732	280.267
Entrada de novos processos e complemento de Passivos atuariais	84.741	33.277	88.920	35.182
Atualização monetária	15.104	7.080	16.717	7.080
Transferência entre grupos do passivo não-circulante	11.470	-	11.470	-
Contingências provenientes da cisão total da Ripasa	43.310	-	-	-
Baixa de processos	(40.142)	(85.065)	(57.654)	(97.797)
Saldo final	277.815	163.332	284.185	224.732

Os principais processos são comentados a seguir:

PIS/COFINS – Provisão constituída no montante de R\$ 26.409 pelo não-recolhimento do PIS e COFINS em virtude de questionamento judicial quanto à base de cálculo (incidência das contribuições sobre outras receitas). A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 36.543.

A extinta controlada em conjunto Ripasa S.A. Celulose e Papel, transformada em consórcio operacional da Companhia e VCP a partir de agosto de 2008, mantinha provisão para contingências relativa a não-recolhimento de COFINS sobre outras receitas excedentes ao faturamento e majoração da alíquota de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98). Em abril de 2006, houve o trânsito em julgado da ação com decisão favorável para ambos os pleitos. Após decorrido o prazo prescricional de reformulação da decisão, a Companhia reverteu, no 4º trimestre de 2008, a provisão constituída para perda de tal contingência no montante de R\$ 21.048. A reversão foi efetuada nas linhas originais em que a provisão foi constituída anteriormente. Dessa forma, R\$ 15.784 referentes ao principal foram revertidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" e a atualização da provisão pela SELIC, no montante de R\$ 5.264, na rubrica "Despesas financeiras".

Imposto de Renda sobre lucros no exterior – A Companhia foi autuada, em setembro de 2005, relativamente à tributação sobre a disponibilização de lucros de subsidiárias no exterior (Lei nº 9.249/95 e nº 9.532/97) e sobre a variação cambial incluída na equivalência patrimonial de investimentos no exterior (IN 213/2002). Os montantes dos autos totalizaram R\$ 51.226 e R\$ 122.643, respectivamente. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de um desfecho desfavorável é remota, e não constituiu provisão para perda sobre esta contingência.

Correção monetária de balanço (Plano Verão) – A Companhia discute judicialmente o direito da dedução de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social, depreciações, baixas e itens controlados no LALUR, do saldo devedor da Correção Monetária de Balanço, decorrente de expurgos inflacionários ocorridos em 1989, no percentual de 51,87% ou alternativamente, 35,58%, utilizando o IPC como fator de correção. Para fins de compensação com outros tributos, a Companhia utilizou o percentual de 35,58%.

Conforme alteração do entendimento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o índice de correção monetária considerado válido e legal é a OTN e não mais o IPC. Diante desta situação, os advogados responsáveis por estes casos alteraram a avaliação de remota para possível, sobre a chance de um desfecho desfavorável para o percentual de 35,58%. Em 31 de dezembro de 2008, o montante compensado e atualizado é de R\$ 104.902 (R\$ 100.839 em 31 de dezembro de 2007), e não foi provisionado pela Companhia diante do desfecho previsto ser estimado como possível e não provável.

ICMS: Em 29 de setembro de 2004, a Companhia foi autuada relativamente ao não-pagamento e compensação de créditos tributários de ICMS sobre aquisição de produtos intermediários e diferencial de alíquotas sobre esses produtos. Em 27 de maio de 2008, o processo transitou em julgado com decisão favorável à Companhia. Dessa forma, no 2º trimestre de 2008 foi revertida a provisão constituída para perda de tal contingência no montante de R\$ 9.120. A reversão foi efetuada nas linhas originais em que a provisão foi constituída anteriormente. Dessa forma, R\$ 3.520 referentes ao principal foram revertidos na rubrica "Despesas gerais e administrativas", a multa e a atualização da provisão pela SELIC, no montante de R\$ 5.600, na rubrica "Despesas financeiras".

Passivos atuariais: A Companhia, em acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica de forma permanente para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 30 de junho de 2003, bem como para seus dependentes até completar a maioridade e cônjuges, de forma vitalícia.

Em 31 de agosto de 2008, com a cisão da Ripasa, a Companhia incorporou parcela do passivo atuarial dessa extinta controlada em conjunto no montante de R\$ 5.692, que assegura os mesmos direitos aos funcionários que requereram aposentadoria até o exercício de 1998.

A Companhia assegura também o custeio de assistência médica junto à Bradesco Saúde para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.658/98.

Em 31 de dezembro de 2008, estes grupos contavam com 4.547 participantes (titulares e dependentes), sendo o valor registrado pela Companhia das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente, no montante de R\$ 128.452 (R\$ 66.154 em 31 de dezembro de 2007). Os métodos atuariais adotados atendem à NPC nº 26/2000 do IBRACON referendada pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo em 2008 foram: taxa de desconto de 7,75% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

18 Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005, a Companhia instituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os seus empregados denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, a Companhia definiu que pagará a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir os benefícios do plano. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, totalizaram R\$ 3.873, e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 5.435 (R\$ 4.320 e R\$ 5.012 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, respectivamente),

19 Plano de remuneração baseada em ações

19.1 Descrição dos planos de remuneração baseada em ações com pagamento em moeda corrente:

Para seus principais executivos e membros-chave, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de "ações-fantasma" a esses executivos (beneficiários), a serem definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia. Abaixo destacamos as condições aplicáveis:

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações-fantasma aos seus executivos.

A determinação das quantidades de ações-fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de ações-fantasma a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões. Para os programas de 2004 a 2006, havia limitação de valorização das ações-fantasma em 120% do valor de outorga. Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações-fantasma (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item iii) do parágrafo anterior, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer às ações-fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações-fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações-fantasma; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações-fantasma nos termos definidos pelos regulamentos. Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações-fantasma somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O preço de exercício, correspondente a cada ação-fantasma (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 50% a 125%, quando aplicável

Em julho de 2008, a Companhia decidiu antecipar a concessão dos programas ILP 2008 e 2009, mantendo o término dos respectivos períodos de carência para 2011 e 2012. As informações relativas a esta antecipação estão demonstradas no resumo a seguir:

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivos de longo prazo. As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados. O valor da compensação paga aos executivos é função do incremento do valor de mercado das preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2008, o limite máximo de compensações a serem pagas de 2009 a 2011, por este plano, para o conjunto dos executivos incluídos, é de US\$ 3,1 milhões.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

19.2 Resumo das informações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Abaixo apresentamos quadro demonstrativo das movimentações e informações das séries em vigor e exercidas dos planos de remuneração baseados em ações:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

											2008
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade				Preço médio ponderado das ações exercidas	
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Não exercida por demissão		Total em vigor em 31/12/2007
ILP2004	Mai-05	12,68	26,01	Set-08	Set-11	33.894	(33.894)	-	-	-	26,01
ILP2005	Mar-06	10,03	15,50	Mar-09	Mar-12	10.965	-	-	-	10.965	-
ILP2006 (P)	Mai-07	23,38	15,50	Set-10	Set-13	31.818	-	(6.934)	-	24.884	16,85
ILP2006 (D)	Mai-07	16,32	15,50	Set-10	Set-13	12.626	-	-	-	12.626	-
ILP2007 (PN)	Mar-08	37,74	17,61	Mar-11	Mar-14	152.445	-	(24.231)	(3.689)	124.525	16,77
ILP2007 (PA)	Mar-08	43,38	21,04	Mar-11	Mar-14	5.634	-	-	-	5.634	-
ILP2007 (PE)	Ago-08	34,74	17,61	Set-14	-	7.197	-	-	-	7.197	-
ILP2008 (R1)	Mar-08	25,68	14,09	Mar-09	-	877	-	-	-	877	-
ILP2008 (R2)	Mar-08	25,68	14,09	Mar-10	-	285.089	-	-	-	285.089	-
ILP2008 (R3)	Mar-08	25,68	14,09	Mar-11	-	190.936	-	-	-	190.936	-
ILP2008	Jul-08	34,74	17,61	Mar-12	Mar-15	72.104	-	-	(2.375)	69.729	-
ILP2009	Jul-08	34,74	17,61	Mar-13	Mar-16	66.706	-	-	(2.375)	64.331	-
TOTAL						870.291	(33.894)	(31.165)	(8.439)	796.793	19,88

											2007
ILP2004	Mai-05	12,68	28,29	Set-08	Set-11	33.894	-	-	-	33.894	-
ILP2005	Mar-06	10,03	31,12	Mar-09	Mar-12	10.965	-	-	-	10.965	-
ILP2006 (P)	Mai-07	23,38	31,12	Set-10	Set-13	31.818	-	-	-	31.818	-
ILP2006 (D)	Mai-07	16,32	31,12	Set-10	Set-13	12.626	-	-	-	12.626	-
TOTAL						89.303	-	-	-	89.303	-

159

19.3 Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações-fantasma, a Companhia definiu conforme modelo de cálculo do programa a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões para a ação Suzb5 de cada exercício, multiplicada pelo TRS de 125%, quando aplicável. Especificamente para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, assim como para fins de determinação do valor justo destas ações-fantasma, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

DESCRIÇÃO DAS PREMISSAS	INDICADORES
Preço do ativo base (1)	R\$ 14,09 / ação
Expectativa de volatilidade (2)	77,61% a.a
Expectativa de vida média das ações-fantasma/opções (3)	5,24 anos
Expectativa de dividendos (4)	3,20% a.a
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 12,58%

- (1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação Suzb5;
(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio-padrão de 90 observações de retornos;
(3) A expectativa de vida média das ações-fantasma foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;
(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

O valor justo das compensações concedidas a executivos na forma dos programas de incentivo de longo prazo (ações-fantasma) é apropriado durante o período de aquisição como despesa nas demonstrações contábeis da Companhia, na linha de despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro de remuneração baseada em ações no passivo não-circulante.

Os valores correspondentes aos serviços prestados reconhecidos nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estão demonstrados no quadro abaixo:

	2008	2007
Plano de remuneração baseada em ações (passivo não-circulante)	3.582	21.079
Receita (despesa) com remuneração baseada em ações (*)	17.497	(16.500)

(*) Refere-se à variação da mensuração do valor justo da remuneração baseada em ações

20 Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. Todas as operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de risco e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b) Avaliação

Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que fossem classificados na data de transição, em vez do momento original de seu registro, sendo essa a opção efetuada pela Companhia.

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, enquanto o valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalentes nas datas dos balanços. O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANDIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreçamento de opções e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos equivalentes ou similares junto aos principais participantes deste mercado.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, nas quais a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

CONSOLIDADO				
	2008		2007	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	2.176.312	2.176.312	1.339.920	1.339.920
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não-circulante)	31.388	31.388	18.778	18.778
Contas a receber de clientes	790.042	790.042	731.982	731.982
PASSIVO				
Contas a pagar a fornecedores	277.318	277.318	345.814	345.814
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não-circulante)	6.798.125	6.650.196	4.979.335	4.794.136
Debêntures (circulante e não-circulante)	836.919	815.454	745.520	799.920
Perdas em operações com derivativos (circulante e não-circulante)	205.420	205.420	18.131	18.131

c) Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

d) Risco de taxa de câmbio e de juros

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que cerca de 54% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2008, o valor de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares era de US\$ 300 milhões, com utilização apenas de NDF's (Non Deliverable Forwards) simples. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro e outubro de 2009, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Assim, no caso de uma depreciação do Real como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2008 a Companhia tinha em aberto (i) US\$ 603 milhões em *swaps* para fixação da Libor em contratos de financiamento, (ii) US\$ 170 milhões em *swaps* do cupom cambial para taxa Libor de 3 meses fixada, (iii) US\$ 30 milhões em *swaps* de Cupom Cambial para % do DI, e (iv) R\$ 77,5 milhões em *swaps* de TR e Pré para % do DI.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios da controladora e consolidadas. A Nota Explicativa 23 (resultado financeiro líquido) demonstra os ganhos e perdas com derivativos que impactaram o resultado do exercício.

e) Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008 e 2007, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
		31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008		31.12.2007	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira									
Posição Ativa - US\$ Libor	04/01/2010 até	1.409.211	177.130	1.415.639	178.311	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	15/08/2013	1.409.211	177.130	1.483.711	183.852	-	-	-	-
Subtotal				(68.072)	(5.540)	69.291	1.219	5.540	-
Valor em Risco (VaR) (1)				6.707	592				
Swaps de Taxas e Índices									
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré		10.000	-	10.530	-	-	-	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom	28/04/2009 até	67.500	94.500	76.241	98.812	-	-	-	-
Posição Ativa - Cupom US\$	09/05/2010	70.120	-	70.945	-	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI		147.620	94.500	157.616	99.318	-	-	-	-
Subtotal				100	(507)	1.675	1.775	507	-
Valor em Risco (VaR) (1)				2.617	46				
Swaps de Moedas									
Posição Comprada em US\$ x R\$	1º/01/2009	-	495.964	-	(7.647)	-	-	-	-
Posição Vendida em US\$ x R\$	até 1º/10/2009	701.100	1.027.354	(134.454)	17.308	-	-	-	-
Subtotal				(134.454)	9.661	134.454	-	7.645	17.308
Valor em Risco (VaR) (1)				25.687	8.307				
Swaps de Commodities									
Posição Vendida em Celulose BHKP	3/31/2010	90.021	73.268	18.449	(4.439)	-	-	-	-
Subtotal				18.449	(4.439)	-	18.449	4.439	-
Valor em Risco (VaR) (1)				774	502				
Outros									
Posição Ativa - Cupom Cambial	11/09/2009	397.290	88.565	63.978	11.877	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Libor Fixada	até 11/09/2013	397.290	88.565	54.033	10.408	-	-	-	-
Subtotal				9.945	1.469	-	9.945	-	1.470
Valor em Risco (VaR) (1)				326	23				
Resultado Total em Swaps				(174.032)	644	205.420	31.388	18.131	18.778

(1) VaR com horizonte temporal de 1 dia, e com nível de confiança de 95%

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

Descrição	Valor de referência (nocial) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	
					A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira						
Contrapartes						
Banco Itaú BBA S.A.	701.100	-	(43.552)	-	-	-
JP Morgan	432.375	-	(11.904)	-	-	-
Banco Standard S.A.	233.700	177.130	(12.820)	(5.540)	-	-
Banco Santander	42.066	-	203	-	-	-
Subtotal			(68.072)	(5.540)	69.291	1.219
Swaps de Taxas e Índices						
Contrapartes (nocial considerado pelo ativo)						
Banco Itaú BBA S.A.	75.520	47.500	1.033	(226)	-	-
Banco Santander	52.100	-	(670)	-	-	-
Unibanco	20.000	20.000	(263)	(141)	-	-
UBS Pactual	-	27.000	-	(140)	-	-
Subtotal			100	(507)	1.675	1.775
Swaps de Moedas						
Contrapartes						
Posição Comprada						
Banco Itaú BBA S.A.	-	185.987	-	(2.631)	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	70.852	-	(1.100)	-	-
Rabobank Brasil	-	177.130	-	(2.849)	-	-
UBS Pactual	-	61.996	-	(1.067)	-	-
Posição Vendida						
Banco Itaú BBA S.A.	46.740	425.112	(12.228)	5.899	-	-
Banco Santander	58.425	-	(1.059)	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	315.495	-	(68.912)	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	210.330	88.565	(36.167)	1.467	-	-
Rabobank Brasil	70.110	318.834	(16.088)	5.642	-	-
Banco ING	-	88.565	-	1.059	-	-
Banco Bradesco	-	44.283	-	2.239	-	-
UBS Pactual	-	61.996	-	1.002	-	-
Subtotal			(134.454)	9.661	134.454	-
Swaps de Commodities						
Contraparte						
Nordea Bank Finland P/C	90.021	43.510	18.449	(2.885)	-	-
JP Morgan	-	29.758	-	(1.554)	-	-
Subtotal			18.449	(4.439)	-	18.449
Outros						
Contraparte						
JP Morgan	397.290	88.565	9.945	1.470	-	-
Subtotal			9.945	1.470	-	9.945
Resultado Total em Swaps			(174.032)	645	205.420	31.388

f) Derivativos liquidados

As posições de derivativos liquidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nocional) em		Valor justo (de liquidação) em	
		Dezembro 2008	Dezembro 2007	31.12.2008	31.12.2007
Swaps em Moeda Estrangeira					
Posição Ativa - US\$ Libor	2007: 14/05 - 14/11		185.987	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2008: 14/02 - 26/11	607.620		-	-
Subtotal				(2.845)	3.858
Swaps de Taxas e Índices					
Posição Ativa - TJLP + Cupom	2007: 28/02 até 21/12		5.000	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom	2007: 19/05 até 20/08	54.500	50.000	-	-
Posição Ativa - Cupom US\$			2.270	-	-
Posição Passiva - % DI		54.500	57.270	-	-
Subtotal				(238)	(3.794)
Swaps de Moedas					
Posição Comprada em US\$ x R\$	2007: 24/01 até 19/12	6.555.285	699.664	-	-
Posição Vendida em US\$ x R\$	2008: 02/01 até 29/12	7.677.045	1.820.896	-	-
Posição Comprada em EUR x US\$			39.129	-	-
Subtotal				(27.567)	73.320
Opções de moedas					
Posição Comprada em Call e Vendida em Put (R\$/US\$)	2007: 1º/10 até 1º/11	-	132.848		
Posição Vendida em Put (R\$/US\$)	2008: 02/06 até 01/09	350.550	-	-	-
Subtotal		-	-	255	(7.918)
Swaps de Commodities					
Posição Vendida em Celulose BHKP	2007: 07/08 até 07/12 2008: 08/01 até 07/11	95.639	20.680	-	-
Subtotal				(9.489)	(1.389)
Resultado Total em Swaps		-	-	(39.884)	64.077

165

g) Demonstrativo de análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade das posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2008, conforme demonstradas no item (e), a variações de preços e taxas nos ativos subjacentes:

Descrição	Valor Justo	Risco	Cenários em 31/12/2009		
			Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Swaps em Moeda Estrangeira					
Ativo US\$ Libor x Passivo US\$ Pré ⁽¹⁾	(68.072)	Queda da Libor	(71.054)	(86.527)	(102.476)
Swaps de Moeda Estrangeira e Índices					
Ativo Cupom US\$ ⁽²⁾ x Passivo % DI	62	Baixa da Taxa de Câmbio R\$/US\$ e Alta do Cupom Cambial	545	(17.582)	(35.527)
Swaps de Taxas e Índices					
Ativo Pré ⁽³⁾ e TR ⁽⁴⁾ em R\$ x Passivo % DI	38	Alta da Curva Pré e Alta do Cupom de T.R.	530	(1.060)	(2.576)
Swaps de Moedas (NDF)					
Posição Vendida em US\$ x R\$ ⁽⁵⁾	(134.454)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(124.320)	(291.743)	(459.167)
Swaps de Commodities					
Cenário Celulose ⁽⁶⁾	18.449	Alta da Celulose	16.258	6.225	(3.808)

(1) Fonte para o cenário provável: Bloomberg - Curva de mercado de 23/01/2009. Taxa Libor de 1 ano provável em 31/12/2009: 1,92% a.a.

Deterioração de 25%: Libor de 1 ano em 31/12/2009 de 1,44% a.a. Deterioração de 50%: Libor de 1 ano em 31/12/2009 de 0,96% a.a.

(2) Fonte para o cenário provável: Bloomberg - Curva de mercado de 23/01/2009. Cupom de US\$ provável em 31/12/2009: 3,66% a.a.

Deterioração de 25%: Cupom de US\$ em 31/12/2009 de 4,57% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de US\$ em 31/12/2009 de 5,48% a.a.

(3) Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 16/01/2009. Taxa Selic provável em 31/12/2009: 11,13% a.a.

Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2009 de 13,91% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2009 de 16,7% a.a.

(4) Fonte para o cenário provável: BM&F - Curva de mercado de 22/01/2009. Cupom de TR provável em 31/12/2009: 9,92% a.a.

Deterioração de 25%: Cupom de TR em 31/12/2009 de 12,4% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de TR em 31/12/2009 de 14,88% a.a.

(5) Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 16/01/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2009: R\$ 2,28/US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2009 de R\$ 2,85/US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2009 de R\$ 3,42/US\$.

(6) Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 31/12/2008. Preço provável da celulose BHKP em 31/12/2009: US\$ 580/ton.

Deterioração de 25%: Preço em 31/12/2009 de US\$ 725/ton. Deterioração de 50%: Preço em 31/12/2009 de US\$ 870/ton.

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de *stop loss*) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de *stop loss*.

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2008 ou a análise de sensibilidade para os *swaps* listados na categoria "Outros" na tabela do item (e), uma vez que estes *swaps* se referem a operações de arbitragem entre a taxa Libor e o cupom cambial, com ambas as taxas pré-fixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

21 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito era de R\$ 2.054.430, integralmente realizado e dividido em 314.482.496 ações (314.482.319 ações em 31 de dezembro de 2007), sem valor nominal, das quais: 107.821.512 eram ordinárias, nominativas; 205.120.105 eram preferenciais classe "A" e 1.540.879 eram preferenciais classe "B", ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 5.428.955 ações ordinárias, 1.009.583 ações preferenciais classe "A" e 1.527.759 preferenciais classe "B" (1.358.419 ações preferenciais classe "B" em 31 de dezembro de 2007).

As ações preferenciais classe "A" têm direito a dividendos por ação pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais classe "B" têm direito a dividendo prioritário de 6% a.a. sobre sua parte do capital social ou pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais não gozam do direito de voto, salvo quando previsto em lei.

Em março de 2008, foi homologado aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 3, representado pela emissão de 59 ações ordinárias e 118 ações preferenciais Classe "A", ao preço unitário de R\$ 17,30, em decorrência da conversão de 1 debênture da 1ª série e 2 debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Debêntures Conversíveis em Ações.

Em razão do exercício da opção de compra e venda das ações detidas por um dos antigos grupos controladores da Ripasa, em 10 de junho de 2008 a Companhia concretizou a aquisição de 5.428.955 ações ordinárias e 1.009.583 ações preferenciais classe "A" de sua emissão a um preço médio ponderado de R\$ 29,00 por ação. Estas ações serão mantidas em tesouraria até que a Companhia decida pela sua revenda no mercado ou seu cancelamento.

Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente, após dividendos e reserva legal, dos lucros do exercício e objetiva assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. Já a reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% e objetiva garantir continuidade da distribuição de dividendos.

Apropriação do Prejuízo Líquido

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de prejuízo de R\$ 434.783. Este valor, juntamente com o registro de perda de R\$ 16.974, foi lançado diretamente no patrimônio líquido, em função da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, somando R\$ 451.757, que estão sendo absorvidos pela Reserva Especial para Aumento de Capital, no pressuposto de aprovação pela Assembleia Geral de proposta da Administração nesse sentido.

22 Outras receitas (despesas) operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Lucro na venda de outros produtos	4.880	6.398	7.493	4.793
Reversão de provisão para contingências	15.784	-	32.205	2.410
Receita (despesa) na venda de energia elétrica	-	-	9.518	(5.663)
Provisão para perda de estoque	(5.766)	(2.777)	(5.778)	(1.443)
Recuperação de tributos	10.839	9.089	10.839	17.202
Outras receitas (despesas) (a)	24.192	135	31.033	(4.304)
Provisão para passivos atuariais	(58.196)	(26.577)	(58.196)	(26.577)
Lucro (prejuízo) na venda de ativo imobilizado	12.001	(18.084)	8.792	(22.924)
Reversão (provisão) para baixa de imóveis	-	-	8.145	(8.145)
Lucro (prejuízo) na venda de investimentos	9.048	(65.775)	9.386	(65.775)
Outras receitas (despesas) operacionais	12.782	(97.591)	53.437	(110.426)

(a) Refere-se substancialmente a compensações de fornecedores por itens de desempenho operacional de equipamentos, dentro de prazos estipulados, consideradas recuperáveis pela Administração junto a fornecedores

23 Resultado financeiro líquido

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Despesas de juros	(401.902)	(318.643)	(417.785)	(340.277)
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.105.237)	495.392	(1.129.950)	492.782
Perdas em operações com derivativos	(411.001)	(41.982)	(421.645)	(47.819)
Outras despesas financeiras ^(a)	(122.321)	906	(126.277)	(17.617)
Total das despesas financeiras	(2.040.461)	135.673	(2.095.657)	87.069
Receita de juros	209.006	114.785	217.081	137.272
Ganhos em operações com derivativos	176.555	111.267	207.729	112.540
Variações monetárias e cambiais ativas	239.962	(98.474)	97.150	(99.649)
Total das receitas financeiras	625.523	127.578	521.960	150.163
Resultado financeiro líquido	(1.414.938)	263.251	(1.573.697)	237.232

(a) Desse saldo, o montante de R\$ 110.860 refere-se ao acordo extrajudicial pago ao grupo de antigos controladores da Ripasa, conforme descrito na Nota Explicativa 11

24 Demonstração do Lajida ajustado – EBITDA ajustado (Não auditada)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
(Prejuízo) lucro operacional	(583.927)	793.307	(635.783)	812.097
Despesas financeiras	2.040.461	(135.673)	2.095.657	(87.069)
Receitas financeiras	(625.523)	(127.578)	(521.960)	(150.163)
Resultado da equivalência patrimonial	122.934	15.299	515	85
Amortização de ágio	79.044	83.759	79.044	83.759
Depreciação, exaustão e amortização	375.334	257.466	451.763	375.595
Lucro antes dos juros, do resultado da equivalência patrimonial, impostos, depreciações, exaustões e amortizações - LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado)	1.408.323	886.580	1.469.236	1.034.304
Resultado não-operacional reclassificado para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08	37.147	110.436	31.868	127.860
LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado), excluindo o resultado não operacional	1.445.470	997.016	1.501.104	1.162.164

25 Cobertura de seguros (Não auditada)

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Índice remissivo GRI

G R I

(3.12)

INDICADOR	NÍVEL	PÁGINA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	●	7,8,9 e 13
1.2	●	13,22,23,39 e 40
PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1	●	10
2.2	●	10
2.3	●	11 e 37
2.4	●	10,20 e 21
2.5	●	10,20 e 21
2.6	●	10 e 126
2.7	●	20 e 21
2.8	●	10,11,24,51,54 e 126
2.9	●	10 e 11
2.10	●	19
PERFIL DO RELATÓRIO		
3.1	●	13
3.2	●	13
3.3	●	13
3.4	●	15 e 176
ESCOPO E LIMITE DO RELATÓRIO		
3.5	●	13
3.6	●	13
3.7	●	13,14 e 15
3.8	●	13,14 e 15
3.9	●	13
3.10	●	13
3.11	●	13
SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI		
3.12	●	169,170 e 171
VERIFICAÇÃO		
3.13	●	13, 172 e 173
INDICADORES DE DESEMPENHO		
Governança, Compromissos e engajamento		
4.1	●	32 a 38
4.2	●	34
4.3	●	34 e 35
4.4	●	32
4.8	●	18, 32 e 33
4.9	●	30 e 31
4.11	●	39 a 41

169

INDICADOR	NÍVEL	PÁGINA
4.12 Cartas, princípios ou outras iniciativas que a organização subscreve	●	96 e 97
4.13 Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa	●	96 e 97
4.14 Engajamento dos <i>stakeholders</i>	●	13,14 e 15
4.15 Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	●	13 e 17
4.16 Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	●	13
4.17 Principais temas e preocupações levantados por <i>stakeholders</i>	●	14 e 15
Desempenho Económico		
EC1 Valor económico direto gerado e distribuído	●	62
EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	●	117 e 118
EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	●	80
EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	●	80
EC6 Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais	●	86 e 87
EC8 Investimentos em infraestrutura e serviços	●	91 a 93
EC9 Descrição de impactos económicos indiretos	●	91
Desempenho Ambiental		
EN1 Materiais usados	●	110
EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	●	111
EN3 Consumo de energia direta	●	112
EN4 Consumo de energia indireta	●	112
EN5 Energia economizada em razão de melhorias em conservação	●	111
EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	●	111
EN8 Total de retirada de água	●	114
EN9 Fontes hídricas afetadas por retirada de água	●	113 e 114
EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	◐	113 e 114
EN11 Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	●	115 e 116
EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	●	115 e 116
EN13 Habitats protegidos ou restaurados	●	115 e 116
EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade	●	115 e 116
EN15 Espécies em risco de extinção	◐	104
EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	●	117 e 118
EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa	●	117 e 118
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	●	117 e 118
EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	●	117 e 118
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	●	117 e 118
EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação	●	121
EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	●	122
EN23 Número e volume total de derramamentos significativos	●	120
EN24 Peso de resíduos transportados considerados perigosos	●	122
EN25 Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água	●	122
EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	●	123
EN28 Multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	◐	108
EN30 Total de gastos com proteção ambiental por tipo	●	108

INDICADOR	NÍVEL	PÁGINA
Desempenho Social – Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente		
LA1	●	74
LA2	●	75
LA3	●	80
LA4	●	71
LA5	●	80
LA6	●	71
LA7	●	71 e 72
LA8	●	72
LA9	●	71
LA10	●	79
LA11	●	78
LA12	●	78 e 79
LA13	●	74 e 77
LA14	●	80
Desempenho Social – Direitos Humanos		
HR1	●	94
HR2	●	86 e 87
HR3	●	78
HR4	●	73
HR6	●	94
HR7	●	94
HR8	●	94
HR9	●	94
Desempenho Social – Sociedade		
SO1	●	88 a 93, 99 e 100
SO2	●	96 e 97
SO3	●	78
SO4	●	96 e 97
SO5	●	96 e 97
SO7	●	96 e 97
SO8	●	96 e 97
Desempenho Social – Responsabilidade pelo produto		
PR1	●	82 a 85
PR2	●	82 a 85
PR3	●	82 a 85
PR4	●	82 a 85
PR5	●	82 a 85
PR6	●	82 a 85
PR7	●	82 a 85
PR8	●	82 a 85

Declaração de Verificação

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O Bureau Veritas Certification Brasil foi contratado pela Suzano Papel e Celulose S.A. (Suzano S.A.) para conduzir uma avaliação independente do seu Relatório Anual de Sustentabilidade (doravante denominado o Relatório), incluindo avaliação de conteúdo dos resultados, referente ao ano de 2008. O conteúdo do Relatório é de responsabilidade exclusiva da administração da Suzano S.A. Nossa responsabilidade se limitou à avaliação independente de seu conteúdo.

ESCOPO DO TRABALHO

A Suzano S.A. solicitou ao Bureau Veritas Certification que incluísse em seu escopo de avaliação independente o seguinte:

- Dados e informações incluídas no Relatório sobre o ano de 2008;
- Adequação e robustez dos sistemas e processos subjacentes utilizados para coletar, analisar e revisar as informações reportadas;
- Avaliação do Relatório em comparação com os seguintes princípios essenciais da Norma de Avaliação AA1000 (2003)¹:
 - Abrangência
 - Materialidade
 - Grau de responsabilidade
- Avaliação do Relatório seguindo os princípios de Inclusão dos *Stakeholders*, Contexto da Sustentabilidade, Equilíbrio, Comparabilidade, Exatidão, Periodicidade, Clareza e Confiabilidade, como definido nas Diretrizes de Relatórios de Sustentabilidade GRI G3 (GRI G3).

Foi excluída do escopo deste trabalho qualquer avaliação de informações relacionadas a:

- Atividades fora do período de avaliação definido;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da Suzano S.A., assim como declarações de futuros compromissos.

METODOLOGIA

Nosso trabalho foi conduzido de acordo com procedimentos do Bureau Veritas para Avaliação Independente de Relatórios de Sustentabilidade, baseados nas melhores práticas atuais², abrangendo as seguintes atividades:

1. Entrevistas com o pessoal envolvido (“donos” do processo) na elaboração do Relatório;
2. Análise da evidência documental produzida pela Suzano S.A., para o período reportado (2008);
3. Avaliação das informações e dados de desempenho em relação aos princípios que asseguram a qualidade do Relatório, de acordo com a GRI G3³;

4. Avaliação do processo de elaboração do Relatório, de acordo com os Princípios relevantes da norma de avaliação contábil AA 1000 (2003);
5. Visitas locais nas unidades de Mucuri, Suzano e Escritório Central de São Paulo;
6. Análise das atividades de engajamento das partes interessadas (*stakeholders*) desenvolvidos pela Suzano S.A.;
7. Avaliação da sistemática utilizada para determinação das questões materiais incluídas no Relatório, considerando o contexto da sustentabilidade e o equilíbrio das informações publicadas.

As atividades foram planejadas e executadas para fornecer avaliação razoável, em vez de avaliação absoluta, oferecendo uma base aceitável para nossas conclusões.

PARECER TÉCNICO

- As informações e dados apresentados no Relatório foram avaliados como exatos e livres de erros significativos ou declarações falsas, considerando nosso escopo de avaliação;
- Grande parte das informações incluídas no Relatório foi obtida e gerenciada pelo Sistema de Gestão Integrado da Suzano S.A., certificado pelas internacionalmente reconhecidas normas ISO 9001/00, ISO 14001/04 e OHSAS 18001/99;
- Os mecanismos internos de coleta, análise e compilação de informações publicadas, assim como o controle de documentos relevantes e sua rastreabilidade, podem ser considerados confiáveis;
- As informações foram apresentadas de forma mais clara e compreensível em relação ao Relatório sobre o ano de 2007, sendo acessível para todas as partes interessadas;
- Foi evidenciada a aplicação de uma metodologia para engajamento de determinados grupos de *stakeholders*, o que proporcionou a priorização de questões materiais identificadas por estes *stakeholders*. Em relação ao relatório do ano anterior, observamos um avanço considerável no engajamento com o grupo Comunidades, já que foi evidenciado uso consistente da ferramenta *Diálogos Sociais*, o que possibilitou a inclusão de alguns temas materiais específicos para essas partes interessadas.
- As informações apresentadas no Relatório demonstram a evolução de muitos temas já abordados no relatório sobre 2007, publicando exemplos de ações reais executadas e permitindo ao leitor uma análise comparativa ao longo do tempo.
- O Relatório apresenta informações de forma equilibrada sobre o período de 2008, abordando temas e ações que não tiveram o desempenho esperado. Isto permite ao leitor formar uma opinião racional a respeito do desempenho em termos de sustentabilidade das atividades da Suzano S.A.

- Foi constatado avanço na metodologia para coordenar o processo de elaboração do Relatório. As questões relevantes, identificadas ao longo da nossa avaliação independente, foram tratadas de forma efetiva, possibilitando um ganho em qualidade e exatidão.

Com base no trabalho conduzido, nós recomendamos que a Suzano S.A. considere o seguinte para o próximo Relatório:

- Intensificar a capacitação dos responsáveis (“donos dos processos”) nos temas relacionados aos indicadores de desempenho. A geração de dados aderentes ao “Conjunto de Protocolos de Indicadores” da Diretriz para Relatórios de Sustentabilidade – GRI G3 é de extrema importância;
- Apresentar mais informações sobre uso e disponibilidade de recursos hídricos da Unidade de Negócio Florestal, tema que é internacionalmente reconhecido como relevante para o setor;
- Intensificar o processo de engajamento com Partes Interessadas, no âmbito da definição da Materialidade, em especial para os grupos Analistas de Mercado, Fomentados e ONGs;
- Apresentar resultados mais consistentes de viabilidade para os novos projetos no Maranhão e no Piauí, sob o prisma da sustentabilidade, possibilitando ao leitor um melhor entendimento das análises econômica, social e ambiental realizadas.

CONCLUSÃO

O Bureau Veritas Certification entende que a Suzano S.A. tem devidamente implementado um sistema de gestão abrangendo seus aspectos materiais significativos, o que propicia a divulgação de informações confiáveis a este respeito, assim como gerenciamento efetivo destes aspectos. Durante as avaliações de campo os dados fornecidos para o Relatório foram confirmados quanto à sua exatidão e confiabilidade.

Entendemos que o conteúdo do Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 melhorou em relação ao relatório do ano anterior em razão do avanço dos trabalhos de Inclusão de *Stakeholders* e utilização consistente dos Princípios de Equilíbrio, Clareza e Comparabilidade.

A autoavaliação realizada pela Suzano S.A., demonstrada através do Índice Remissivo incluído no Relatório, foi confirmada por nós, o que confere a esta empresa a classificação C+, conforme os critérios da Diretriz GRI G3.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

O Bureau Veritas Certification é uma empresa independente de serviços profissionais especializada na gestão de Qualidade, Saúde, Segurança, Social e de Meio Ambiente com quase 180 anos de experiência em serviços de avaliação independente.

Nenhum membro da equipe de avaliação possui vínculo comercial com a Suzano S.A. Nós conduzimos esta avaliação de forma independente, entendendo que não houve conflito de interesses.

O Bureau Veritas Certification implantou um Código de Ética em todo o negócio para manter altos padrões éticos entre o seu pessoal nas atividades empresariais.

CONTATO

O Bureau Veritas Certification encontra-se à disposição para mais esclarecimentos através do site www.bureauveritascertification.com.br/faleconosco.asp ou do telefone (11) 5070-9800.

1 Publicado por AccountAbility: The Institute of Social and Ethical Accountability <http://www.accountability.org.uk>

2 O protocolo de avaliação independente do Bureau Veritas é baseado na Norma Internacional de Asseguração de Garantia – ISAE 3000 (Assurance Engagements), Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI G3 e a Norma de Avaliação Contábil AA1000 (2003).

3 Abrange os Princípios de Equilíbrio, Comparabilidade, Exatidão, Periodicidade, Clareza, Confiabilidade e Temporalidade.

Global Compact

O Pacto Global da Organização das Nações Unidas conta com o engajamento do setor privado para construir o avanço da prática de responsabilidade social, visando a uma economia global mais sustentável e inclusiva. Os princípios estipulados pelo Pacto estão em sintonia com os Princípios Éticos Suzano e nosso Código de Conduta. Dentre eles, estão os compromissos relacionados à proteção dos direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e contra a corrupção.

Abaixo, apresentamos o índice de nosso desempenho em relação aos dez princípios do Pacto Global que se relacionam com os principais indicadores do GRI, princípios que asseguram a qualidade do Relatório, de acordo com o GRI.

	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	RELAÇÃO COM O GRI	PÁGINAS
1	Respeitar e proteger os direitos humanos	HR1, HR2, HR3	78, 86, 87 e 94
2	Impedir a violação dos direitos humanos	HR2, HR3	78, 86 e 87
3	Apoiar a liberdade de associação no trabalho	HR5, LA4	71
4	Abolir o trabalho forçado	HR7	94
5	Abolir o trabalho infantil	HR6	94
6	Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	LA10, LA11	78 e 79
7	Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	3.13	13, 172 e 173
8	Promover a responsabilidade ambiental	EN1 a EN30	108 e 110
9	Encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente	EN16 a EN25	117, 118 e 122
10	Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	SO2	96, 97

Relatório Anual de Sustentabilidade Suzano Papel e Celulose

Coordenação geral

André Dorf
Andrea Fernandes
Cristiane Malfatti

Edição

Comunicação Corporativa e Responsabilidade Social
Relações com Investidores

Comitê dos Indicadores GRI:

Adriana Claudino da Silva · Alessandra Avanzo · Alexandre Di Ciero · Ana Paula Braz da Costa · André Luiz Bueno de Marco · Bárbara Cristina Garcia · Cecília Korber Gonçalves · César Vinicius Mendes · Elisabete Flores Pagliusi · Eraldo Cordeiro Almeida Junior · Fabio Fumio Moribe · Gláucia Aparecida Dias · Henrique Araújo Torreira de Mattos · Jaqueline da Costa Silva · Leandro Salles Santos · Leandro Solano Fariello · Luciana Batista Pereira · Renato Miguel Lipener · Rosely D'Alessandro Onizuca · Rudson de Souza Lima e Vinicius Precioso.

Texto e edição

Editora Contadino

Projeto Gráfico

Originale Arte+Disegno

Fotografias

Ricardo Teles

Revisão de texto

Eliete Soares Nogueira

Impressão

D'Lippi Print – Gráfica Certificada FSC

Agradecimentos

Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros de negócios que participaram desta edição e, em especial, às pessoas que cederam suas imagens para utilização nesta publicação.

Agradecemos aos participantes do Encontro com Stakeholders para avaliar o Relatório de Sustentabilidade 2007:

Colaboradores: Aguinaldo José de Souza, Cecília Korber Gonçalves, Edson Tadeu Kersul de Oliveira, Helton Vieira da Silva Lopes, Jailza do Nascimento Tomaz, Kátia Maria M. Eiras, Leonardo Toto Caltayud Coronel, Marcio Ribeiro Soares Saad, Renato Miguel Lipener, Ricardo de Aguiar Quadros;

Clientes: Claudio Zomignan (Melhoramentos), Juliana S. Gonçalves (Gráfica Gonçalves), Roberto Foroni (Gráfica Foroni), Sergio Matos (Dama-pel)

Fornecedores: Alex Feijolo (Célere), Anderson Bonaldi (BASF), Andreesa Braga Correa (Com. Prod. Quim.), Douglas Passoni (Comau), Edson Hernandez Garcia (Renner Herrann), Irecê Andrade (Julio Simões), Israel Marcos (Emcopa), José Carlos de Almeida (JFI), Lairton Leonardi (Speciality Minerals), Pedro Lohn (Binotto).

Este relatório foi impresso em:

Capa – Papelcartão Supremo 330 g/m²

Miolo – Papel Couché Matte 150 g/m²

Papéis da Suzano Papel e Celulose, produzidos a partir de florestas renováveis de eucalipto.

Cada árvore utilizada foi plantada para este fim.

Julho de 2009

Para esclarecimentos e/ou sugestões sobre o conteúdo desta publicação, colocamos à disposição os seguintes canais de comunicação:

Suzano Responde: 0800 7747440 ou suzanoresponde@suzano.com.br

Relações com Investidores: ri@suzano.com.br



O selo FSC garante que este relatório foi impresso em papel feito com madeira de reflorestamentos certificados de acordo com rigorosos critérios sociais, ambientais e econômicos estabelecidos pela organização internacional FSC (Conselho de Manejo Floresta) e outras fontes controladas.



CARBON FREE

As emissões de carbono, resultado do processo de impressão desse relatório, foram compensadas através de plantio de árvores nativas de Mata Atlântica.



Produto de soja reconhecido pela American Soybean Association



SUZANO
PAPEL E CELULOSE